



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

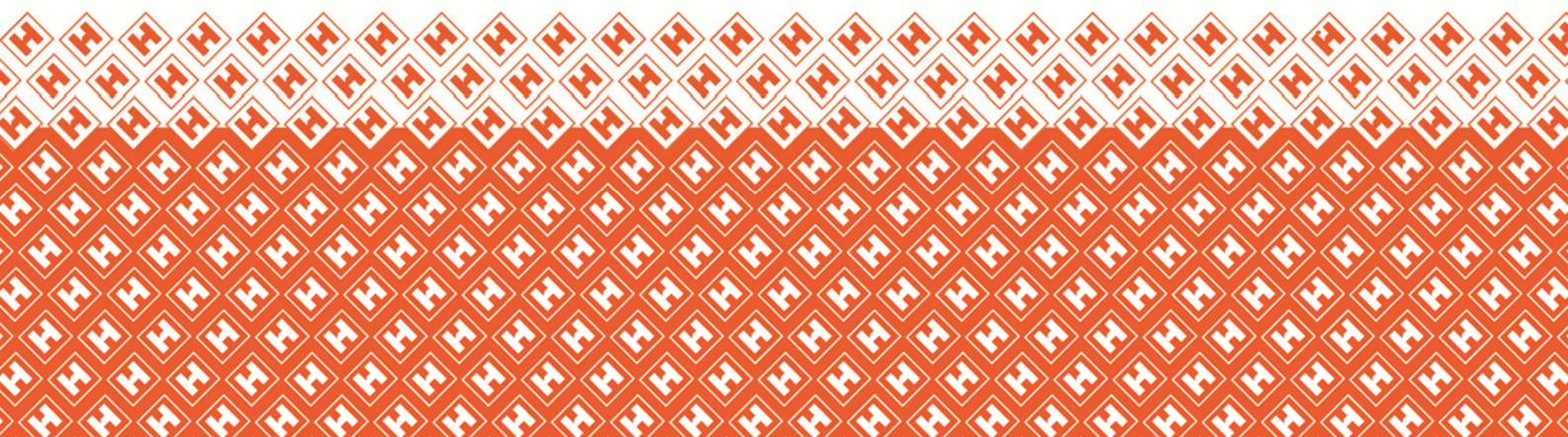
---

LUCIANA BISPO DA ROSA

**ENTRE O ARCANJO E AS MATAS:  
os caminhos de São Miguel das Matas como  
ferramenta para o ensino de História**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

Agosto/2022



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/UESB

**Luciana Bispo da Rosa**

**ENTRE O ARCANJO E AS MATAS:  
OS CAMINHOS DE SÃO MIGUEL DAS MATAS COMO  
FERRAMENTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória/Uesb, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Orientadora: Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves.

Vitória da Conquista – Bahia  
Agosto de 2022

R789e

Rosa, Luciana Bispo da.

Entre o arcanjo e as matas: os caminhos de São Miguel das Matas como ferramenta para o ensino de história. / Luciana Bispo da Rosa, 2022.

167f. il.

Orientador (a): Dr<sup>a</sup>. Cleide de Lima Chaves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

Contém guia de apoio pedagógico

Inclui referência F. 85 - 90

1. Ensino de história - Toponímia. 2. Espaços de memória. 3. História local – São Miguel das Matas. 4. Memória e identidade. I. Chaves, Cleide de Lima. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

CDD 907

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Luciana Bispo da Rosa**

### **Entre o Arcanjo e as Matas: os caminhos de São Miguel das Matas como ferramenta para o ensino de História**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/Uesb, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

#### **Banca Examinadora:**

**Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Orientadora - UESB)

**Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Data da aprovação: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022



## AGRADECIMENTOS

Gosto muito de um ditado africano que diz que “se você quiser ir rápido vá sozinho, se quiser ir longe vá com alguém”. Como vim bem longe, precisei de muitas companhias e tenho muito que agradecer a todos e todas que me ajudaram e caminharam comigo nessa trajetória. Inicialmente agradeço a Deus, pela sabedoria e discernimento, por iluminar meus dias e me abençoar muito mais do que mereço. A meu Pai (Cecídio), que, mesmo não estando mais fisicamente entre nós, se faz presente em minha vida. A Mãe (Dinalva), pela paciência em me ouvir nos momentos de crise e por me incentivar sempre a ser uma pessoa perseverante. A Rebeca, Mariana e João, as crianças da minha casa, por compreenderem a minha ausência e por esperarem a conclusão deste curso para pagar as várias promessas que fiz de ida ao cinema, de visita ao boliche, de comer uma pizza..., esse momento tá chegando! Aos amigos, por incentivarem e torcerem por mim nesse percurso, em especial Nete, Geni, Ruy, Jober e Elane, que estiveram mais próximos, mesmo que à distância física, fazendo planejamento de escrita, cronograma de atividades e cobrando os resultados.

Meu agradecimento mais que especial a Cleide de Lima Chaves, minha orientadora, por ter aceitado me conduzir nesse trabalho de pesquisa, indicando-me caminhos possíveis e apresentando-me uma forma diferenciada de compreender a função, metodologia e importância do ensino de História. Obrigada por segurar na minha mão nos momentos em que mais precisei!

Ao ProfHistória, por me proporcionar um curso para além de aperfeiçoamento, mas uma mudança profissional; estendo esse agradecimento à rede nacional do Mestrado, que me proporcionou conhecer e ter contato com professores de outras universidades, momentos esses de grande valor no campo da aprendizagem.

Às professoras que aceitaram fazer parte desta banca, Márcia Elisa Teté Ramos e Maria Cristina Dantas Pina, por se disporem a ler atentamente este trabalho e dar suas importantes contribuições para o seu aperfeiçoamento.

À UESB, por me apresentar um ambiente universitário tão amigável e caloroso, mesmo em tempos de distanciamento social; estendo meus agradecimentos a todos/as professores/as que contribuíram grandemente para a formação desta pesquisa. Vocês estão aqui, retratados/as de alguma forma neste trabalho.

Aos/às colegas do ProfHistória/UESB por todo o companheirismo e cumplicidade. Muitos quilômetros nos separam, mas sempre estivemos próximos, nossa convivência foi leve, saudável, divertida e fortalecedora.

Ao Colégio Estadual Balbino Muniz Barreto, que me acolheu desde janeiro de 2019 e me fez membro de uma família comprometida com uma educação de qualidade.

Deixei para o final o agradecimento mais importante; a meus alunos e alunas, a todos/as que já passaram por minhas turmas e os/as que atualmente caminham comigo. Todos vocês ajudaram a me formar enquanto professora de História, são vocês minha maior motivação e fonte de inspiração para que eu me torne uma professora capaz de motivá-los e inspirá-los. A convivência com esses adolescentes enche meus dias de vida e é por eles e para eles que busco, constantemente, ser uma professora melhor.

Agradecer é um exercício divino, mas corremos o risco de deixar alguém pelo caminho. Por isso, gostaria que todos/as que, de alguma forma, fazem parte da minha vida, se sentissem abraçados/as juntamente com os citados/as anteriormente.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta educacional que, pautada nos conceitos de Educação Patrimonial e Cidade, tem como objetivo o estudo da história local, com ênfase nas diversidades e sociabilidades em diferentes temporalidades, utilizando-se da toponímia como ferramenta para o Ensino de História, a partir do estudo da história de São Miguel das Matas, no interior da Bahia. A investigação baseia-se nas narrativas dos moradores sobre os sujeitos que nomeiam os caminhos miguelenses e os que foram esquecidos nessas escolhas sociopolíticas. As escolhas de personagens para dar nomes às ruas devem ser entendidas como construções simbólicas, realizadas sob o controle de grupos sociais e políticos locais e, muitas vezes, não encontram correspondência na memória coletiva dos munícipes. A proposta baseia-se em documentos, depoimentos, fotografias e aulas de campo para a construção de uma sequência didática que busca dar visibilidade ao tema para estudantes e professores da Educação Básica. Para além de apresentar os personagens presentes na toponímia miguelense, este trabalho busca utilizar de ferramentas da história oral para ouvir seus moradores sobre quem foi esquecido nesse processo, os possíveis merecedores de homenagens e o que justifica suas escolhas. Este trabalho é um convite para estudantes, professores e comunidade olharem e experienciarem a cidade e aprenderem a partir dela e com ela, buscando a necessária aproximação entre escola e cidade.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Espaços de memória. Memória e identidade. História local. Toponímia. São Miguel das Matas.

## ABSTRACT

This work presents an educational proposal that, based on concepts of heritage and city education, aims to study local history, with emphasis on diversities and sociability in different temporalities, using toponymy as a tool for History teaching, from the study of the history of São Miguel das Matas, in the interior of Bahia. The investigation had based on the residents' narratives about the subjects who name the miguelense paths and those who have forgotten in these sociopolitical choices. The choices of characters to name the streets must be understood as symbolic constructions, carried out under control of local social and political groups, and often find no connection in the collective memory of citizens. The proposal has based on documents, testimonies, photographs and field classes for construction of a didactic sequence that seeks to give visibility to the theme for students and teachers in Basic Education. In addition to presenting the characters in miguelense toponymy, this work seeks to use oral history tools to hear its residents about who had forgotten in that process, the possible deserving of tributes and what justifies their choices. This work is an invitation for students, teachers and community to look the city and experience it, and learn from and with that, seeking the necessary approximation between school and city.

**Keywords:** History Teaching. Memory spaces. Memory and Identity. Local history. Toponymy. Sao Miguel das Matas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2 PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	16
2.1 MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....	16
2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE PATRIMÔNIOS LOCAIS .....	22
2.3 DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	28
<b>3 CIDADE, MEMÓRIA E TOPONÍMIA</b> .....	33
3.1 A CIDADE DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, O QUE É E O QUE SE CONTA SOBRE ELA .....	33
3.2 CAMINHANDO PELAS RUAS MIGUELENSES E EXPLORANDO SUA TOPONÍMIA .....	38
3.3 MEMÓRIAS DOS MIGUELENSES: QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE NOMEIAM AS SUAS RUAS .....	44
3.4 A CIDADE COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM .....	48
<b>4 TRILHAS DE APRENDIZAGEM</b> .....	53
4.1 CONHECENDO AS NOSSAS RUAS.....	60
4.2 PELAS RUAS DA CIDADE.....	66
4.3 COLETANDO INFORMAÇÕES .....	71
4.4 SOCIALIZANDO AS PESQUISAS .....	74
4.5 VISITA À CÂMARA DE VEREADORES .....	75
4.6 ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI.....	77
4.7 SESSÃO SIMULADA DA CÂMARA DE VEREADORES .....	80
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85
<b>APÊNDICE</b> .....	91

## 1 INTRODUÇÃO

Foram muitos os desafios no processo de escrever esta dissertação. Um deles foi o de conciliar o período de aulas com as atividades do Mestrado. Resido em São Miguel das Matas e exerço as minhas atividades na cidade de Ubaíra, uma distância de 76 km, o que me deixa três dias da semana como habitante de outra cidade.

Desde o início desta proposta tenho reelaborado minhas concepções enquanto educadora, por acreditar em uma educação mais significativa e integral, na necessidade do envolvimento das várias áreas da sociedade com a escola. Mas, ao mesmo tempo, percebo que muitos/as professores/as da Educação Básica se veem muito distante devido às próprias condições do seu trabalho, o que resultou em reflexões sobre o desenvolvimento profissional que eu considero importantes. Uma das reflexões é a própria precariedade do trabalho docente, que a todo custo dificulta a busca por novas formações e conhecimentos para os/as professore/as. Em meu caso específico, trabalhava 60h semanais, 40h como professora da rede estadual e 20h em uma escola particular, mas como não obtive licença, precisei reduzir minha carga horária. Desliguei-me da instituição privada, diminuindo conseqüentemente a minha renda, em busca de uma formação que me proporcionasse um aperfeiçoamento enquanto professora e pesquisadora na área de História. Enveredando pelo campo da pesquisa tomei como palco para aplicação de minha proposta a cidade de São Miguel das Matas.

A cidade tem se revelado como um vasto campo a ser explorado na área do ensino de História. Várias são as pesquisas que têm se debruçado sobre essa temática; recentemente e em especial dentro do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), esse movimento é intenso e conta ainda com ações propositivas que nos brindam com materiais pedagógicos que devem e podem ser aplicados por educadores/as ao trabalharem com este tema em suas aulas.

São Miguel das Matas é uma pequena cidade do interior da Bahia, localizada numa região denominada Vale do Jiquiriçá, e que tem em um de seus caminhos uma avenida nomeada de Getúlio Vargas. Eis a questão inicial desta pesquisa. Durante as aulas que ministro, abordando o Brasil da primeira metade do século XX, o nome de Vargas é apontado por ter governado o país em momentos distintos. Durante a apresentação do conteúdo, é comum a

reflexão da popularidade do ex-presidente pelo interior do país, tendo em vista a quantidade de cidades que, assim como São Miguel das Matas, nomearam ruas<sup>1</sup> em sua homenagem.

Ao ingressar no Mestrado, logo no primeiro semestre de aulas fomos estimulados/as a pensar sobre qual tema deveria se debruçar nossa pesquisa, e isso deveria estar pautado em nossa forma de ver a educação, as dificuldades que enfrentávamos em sala de aula e como poderíamos resolver essas questões, soluções práticas que pudessem nos ajudar, assim como também a outros/as professores/as de História pelo Brasil. A minha ideia inicial ao ingressar no curso do Mestrado era desenvolver uma pesquisa sobre a cidade de São Miguel das Matas. Com a exigência da aplicabilidade para sala de aula, comecei a pensar sobre um tema que envolvesse e aproximasse os estudantes das aulas de História. Dessa forma, juntou-se a ideia da nomeação das ruas miguelenses a partir da Avenida Getúlio Vargas, atendendo assim aos desejos pessoais e às exigências do curso.

Durante a Banca de Qualificação optamos, sabiamente, por não reforçar o nome de Vargas, mas percorrer o caminho das memórias dos/as moradores/as da cidade, ouvir sobre o que eles/as sabem sobre os/as personagens que nomeiam os caminhos miguelenses, investigar sobre o processo de escolha e também descobrir quem essa comunidade elege como merecedores/as de receber tal honra.

Para realizar o trabalho, foi necessário trilhar os caminhos miguelenses com o olhar voltado para as histórias que estão nessa trajetória. Passar pela Oclenídia Vilas Boas, virar na Evaristo Sampaio e findar na Cônego Pompílio, não é simplesmente percorrer três ruas numa cidade, mas caminhar por três escolhas que estão carregadas de histórias, valores e intenções.

A grandeza em se trabalhar com a cidade está em seu potencial educativo, que aparece através de inúmeras, ou talvez incontáveis, possibilidades didáticas e pedagógicas. O contato entre as pessoas nos diferentes espaços de convivência na cidade é capaz de produzir saberes, narrativas e experiências que, se analisadas por um viés historiográfico, podem contribuir para um melhor entendimento das identidades, das características culturais, das formas de pertencimento dos/as habitantes desse ambiente urbano e, por que não, para a identificação de uma história (ou histórias) para além daquela ligada a uma memória totalizante. Explorar as possibilidades da educação da/na cidade passa pelo que Siman (2013) chama de educação do olhar, ou seja, saber ver a cidade de diversas formas, fazendo leituras diferentes.

---

<sup>1</sup> Na Bahia, são 106 ruas com nome de Getúlio Vargas, de um total de 831 citações em logradouros públicos no território brasileiro, segundo o site “Region.com.br”. Disponível em: <https://www.region.com.br/logradouro-getulio-vargas/index.php>. Acesso em: 15 jul. 2022.

O repertório historiográfico disponibilizado no acervo do ProfHistória tem nos mostrado uma diversidade de possibilidades de pensar a educação na/pela cidade, que já foram discutidas ao longo do tempo, mas uma em especial apareceu como inspiração para essa pesquisa, que vem sendo utilizada por várias cidades no mundo; é a ideia da Cidade Educadora. A importância, inclusive internacional, do projeto e conceito de Cidade Educadora, que desde a década de 1990 foi formalizado e implantado por diversas cidades, me chamou a atenção e me fez pensar sobre a forma como a educação se apresenta, na maior parte das vezes, separada da realidade da cidade. A partir de então, passei a buscar possibilidades de entendimento e práticas que pudessem contribuir para a educação na/pela cidade.

Nesse contexto de educação na/pela cidade, o ensino de História entra nesse panorama através da história local. O potencial do ensino da história local está atrelado a diversos fatores como, por exemplo, os usos da memória, a valorização das subjetividades e a aproximação aos/as alunos/as. O estudo da história local pode contribuir para uma valorização das micro-histórias<sup>2</sup> e da história vista de baixo<sup>3</sup>, e facilitar na construção de problematizações: a apreensão de histórias ligadas a diferentes sujeitos, inclusive as histórias silenciadas, ou seja, as que não foram institucionalizadas, favorecendo a reflexão de experiências individuais e coletivas dos/as estudantes, mostrando que elas são também constitutivas de uma realidade histórica.

É válido salientar que entre esta pesquisa e a sua relação com a história local, existe a preocupação de um estudo que leve em consideração a história local de São Miguel das Matas, mas não estou referenciando um recorte ou uma pesquisa historiográfica; o interesse é tensionar um recorte já existente com um propósito educacional, levando em consideração a particularidade do ProfHistória, que é um programa de pós-graduação profissional em ensino de História, e também da linha de pesquisa “saberes históricos em diferentes espaços de memória”, que investiga a produção e o ensino de História fora do espaço escolar, preocupada com as representações e usos do passado nos espaços públicos.

---

<sup>2</sup> A **Micro-História** é uma forma de se pesquisar e escrever História na qual a escala de observação é reduzida. Sem deixar de levar em consideração as estruturas estabelecidas pela História Geral, a Micro-História se foca em objetos bem específicos para apresentar novas realidades. A proposta é que o historiador desenvolva uma delimitação temática extremamente específica em questão de temporalidade e de espaço para conseguir observar realidades que não são retratadas pela História Geral.

<sup>3</sup> A ideia de uma “história vista de baixo” é uma corrente historiográfica, surgida na Inglaterra, tendo como principal expoente o historiador E. P. Thompson. Nesta corrente teórica, os historiadores procuram produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens considerados comuns, até então, mas que foram tão sujeitos do processo histórico estudado quanto políticos e líderes militares que habitualmente protagonizam o estudo da história.



É necessário, também, encontrar possibilidades de abordar o ensino através da cidade, garantindo a sua coletividade e sua pluralidade, levando em consideração também a particularidade de cada cidade. No caso desta pesquisa, a particularidade se encontra na cidade de São Miguel das Matas, por isso é importante dizer que esta pesquisa foi desenvolvida dentro das especificidades desta cidade e, portanto, a proposta foi pensada para ela. Isto, entretanto, não impede a utilização das bases e alguns instrumentos para a criação de propostas para outras cidades, outras realidades, desde que feitas as adaptações necessárias a tais realidades. O público alvo para este trabalho são estudantes da educação básica na modalidade do ensino médio, o que não impede que adequações sejam feitas e que possa ser utilizado com alunos/as do ensino fundamental I e II.

Faz-se necessária neste trabalho uma reflexão sobre a Educação Patrimonial, por ser elemento central nesta pesquisa; primeiramente devido a uma urgência no debate sobre o patrimônio e o processo de patrimonialização, pensando na importância e interação desses bens culturais para com a sociedade. Segundo, devido a diversas concepções ligadas ao binômio educação e patrimônio ao longo do tempo. O próprio conceito de Patrimônio é ainda alvo dos mais variados estudos e reflexões, embora o entendamos aqui como patrimônio cultural, abrangendo, portanto, o imaterial, conceito largamente discutido nos últimos 20 anos. Faz-se necessária uma educação patrimonial que considere a relação do sujeito com o patrimônio, inclusive na sua construção enquanto tal. Assim como Gil (2020), entendo que o bem material não é o centro das ações educativas do patrimônio, mas sim, a relação dos sujeitos com esse patrimônio nas diferentes realidades possíveis na cidade.

É importante, é claro, não ignorar os espaços formais, ou seja, esta proposta não procura se desvincular da escola; pelo contrário, busca encurtar os laços entre a escola e a cidade e seus espaços, encontrando formas de aproximar as modalidades formal e não formal de educação. Como podemos perceber, quando falo de patrimônio de uma cidade não me refiro somente ao material, ou aos “bens de pedra e cal”, como abordam Abreu e Chagas (2009, p. 13), mas também àquele constituído de criações populares anônimas, que durante anos não foram considerados tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais, bem como um modo específico de relacionamento com o meio ambiente; ou seja, o chamado patrimônio imaterial ou intangível.

No processo de construção deste trabalho passei por duas fases, sendo a primeira delas, uma das mais importantes, a de uma pesquisa exploratória, que dividi em duas partes. Uma ligada à pesquisa documental sobre a historiografia da cidade, buscando compreender que

história se conta sobre São Miguel das Matas, memórias e histórias que chamo aqui de narrativas. Essa pluralidade de narrativas – possibilitada por documentos, fotografias, depoimentos, edificações, espaços, entre outros – está presente nos ambientes da cidade. A produção da historiografia da cidade é bem restrita. No processo de pesquisa, encontrei dois livros memorialistas que não foram publicados e têm o objetivo de contar sobre a fundação de São Miguel das Matas. O primeiro deles, chamado “O livro do Tombo: a história de São Miguel das Matas e do seu povo”, escrito por Dr. Ismar Araujo Vilas Boas; e o segundo, “Paróquia de São Miguel Arcanjo: antes da criação da diocese de Amargosa 1823-1942”, narrado por Pe. Gilberto Vaz Sampaio. Vale ressaltar que há outras produções, de cunho acadêmico, que se referem a São Miguel das Matas, mas não foram utilizadas neste trabalho por se distanciarem da temática abordada aqui.

A segunda parte desta primeira etapa se concentrou na pesquisa e leitura sobre as produções historiográficas sobre a temática: o que já havia sido pesquisado e produzido sobre Cidade, Patrimônio, Educação Patrimonial, Toponímia, Memória e Cidade dentro dos cursos de mestrado e, em especial, dentro do banco de dados do ProfHistória, muitas possibilidades de se trabalhar com aulas de História utilizando o patrimônio das cidades. No entanto, não encontrei nenhum trabalho que fizesse uso da toponímia com a abordagem de discutir a relevância dos homenageados e dos esquecimentos, a partir das lembranças de seus moradores. Nesse trabalho de busca por pesquisas afins, encontrei três trabalhos que me serviram de grande valia e de inspiração: “Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira”, do professor Dr. Reginaldo Benedito Dias; “Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981 - 2008)”, Ms. Bruno Sanches Mariante da Silva; e “Ruas de minha cidade - um estudo hodonímico”, da Ms. Tríssia Ordovás Sartori.

A segunda etapa, portanto, envolveu produção, propriamente dita. O momento de sintetizar as ideias e produzir uma discussão que desse conta de abordar as temáticas já apresentadas anteriormente; outra parte desta produção foi a elaboração da ação propositiva, ou seja, a criação de uma sequência didática que explorasse a história de São Miguel das Matas a partir do que já se sabe sobre ela, somando ao que os moradores elegem como relevante a se contar, a se acrescentar nestas narrativas.

Esta dissertação, que trata das discussões teóricas e desenvolvimento da proposta, está dividida em três capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. No primeiro capítulo (seção 2), nomeado Patrimônio, Educação Patrimonial e Ensino de História, buscamos

apresentar uma discussão que abordasse as ruas de São Miguel das Matas como espaços significativos que possibilitam aprendizagem em História, dentro de uma concepção de Educação Patrimonial que se amplia a partir de discussões mais recentes em relação ao que se elege como Patrimônio dentro de uma comunidade – não mais ou somente os prédios, os museus, as esculturas, mas o que a comunidade elege como relevante e importante preservar, discutir e reconhecer como bem valioso para aquele determinado grupo social. Para essa tarefa, Bittencourt (2008) nos alerta para a relevância dos professores de História, que, sensibilizados para essas questões, têm desenvolvido atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado, por quem e para quem é preservado.

No segundo capítulo (seção 3), intitulado Cidade, Memória e Toponímia, apresento São Miguel das Matas, um pouco do que se conta da sua história, a partir da narrativa de memorialistas locais, as características sociopolíticas, o conceito de Cidade como espaço possibilitador de atividades educacionais. É nessa sequência que discutimos, também, a importância da toponímia como ato político e marcador de poder e identidades, a investigação da memória coletiva como construção de histórias que durante muito tempo foram esquecidas na nomeação oficial de logradouros miguelenses.

No terceiro capítulo (seção 4), Trilhas de aprendizagem, apresento meu próprio caminhar enquanto educadora, ao mesmo tempo em que traduzo a rotina de vários/as professores/as, de sentar, dialogar e discutir com seus pares, o exercício de planejar e fazer uma educação com qualidade. É dessas conversas que saem muitos projetos e muitas práticas significativas para a sala de aula. Essa, em especial, apresenta uma sequência didática em que abordamos as ruas de São Miguel das Matas, a toponímia que se desenha nessas vielas, e investiga com seus moradores os/as personagens que foram esquecidos nesses atos de homenagear os/as miguelenses. Nesse trilhar por essas ruas e avenidas, vamos apresentando uma proposta pedagógica que foi planejada para a cidade de São Miguel das Matas, mas que, feitas as devidas adequações, pode ser aplicada em qualquer cidade brasileira.

Por fim, concluímos que a proposta pedagógica, juntamente com a discussão teórica, amplia as possibilidades do ensino da História através de espaços de uma cidade, espaços de memórias e histórias, junto com a análise de fontes diversas. É através do produto desenvolvido neste trabalho que convido professores e professoras a experienciar a cidade e aprenderem a partir dela e com ela, assim como fazer a ligação tão necessária entre escola e cidade. Sem essa aproximação as ações da escola perdem significado e a cidade perde possibilidades. Além

disso, o objetivo de mostrar a forma como eu realizei essas articulações e discussões é estimular outros/as colegas professores e professoras a pensarem suas realidades e experiências para criarem outras possibilidades, envolvendo outros espaços e temáticas.

## 2 PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

*“Era uma vez uma cidade que possuía uma comunidade, que possuía uma escola. Mas os muros dessa escola eram fechados a essa comunidade. De repente, caíram-se os muros e não se sabia mais onde terminava a escola, onde começava a comunidade. E a cidade passou a ser uma grande aventura do conhecimento.”<sup>4</sup>*

### 2.1 MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Professores/as de História, comumente, relatam experiências de estudo do meio, a maior parte deles ocorre em cidades históricas, lugares com monumentos consagrados, usos e visitas a museus nos grandes centros urbanos, mas pouco, ainda, se observa no entorno do espaço escolar. A preferência por visitar estes lugares indica a necessidade de deter-se na concepção de patrimônio histórico e na constituição dos lugares da memória da sociedade brasileira.

As ruas, praças, vielas são recheadas de história que podem ser relacionadas ao cenário nacional e podem, também, se tornar um forte aliado para aproximar os interesses de jovens e adolescentes às discussões da História. Derrubar os muros da escola está muito além de uma metáfora, e próximo a uma descoberta, apropriação e valorização dos bens culturais que estão presentes no dia a dia do público escolar.

É corriqueiro no sobe e desce pelos caminhos de São Miguel das Matas, passar pela Rua Oclenidia Cavalcanti Vilas Boas ou pela Praça Anatilde Cardoso, ou ainda, pela Avenida Getúlio Vargas e nunca questionar sobre estas personagens; quem foram, que contribuições deram ao nosso município e/ou, o que está implícito/explicito nessas escolhas. A Educação Patrimonial parte da premissa de apropriação e problematização dos bens culturais que nos rodeiam e como estes se encontram conectados com um universo maior de interesses e relações imbricadas nessas escolhas.

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a

---

<sup>4</sup> Texto extraído do DVD "O Direito de Aprender", uma realização da Associação Cidade Escola Aprendiz, em parceria com a UNICEF.

sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado (BITTENCOURT, 2008, p. 277).

Para melhor se compreender o que rege a Educação Patrimonial e porque este termo vem sendo tão utilizado nas discussões referentes a uma educação significativa, vale visitarmos os marcos históricos que vem, ao longo dos anos, demarcando o conceito de Patrimônio, sua definição, aplicabilidade e conservação.

Desde 1937, a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e anteriormente no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), idealizado em 1936 por Mário de Andrade – já sinalizava a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens e, conseqüentemente, do patrimônio cultural.

Inicialmente, o objetivo era apresentar uma nova ideia de Patrimônio à sociedade brasileira, a da herança coletiva. Era preciso criar uma nova concepção para estes bens que superasse sua visão unicamente como objetos particulares, cuja destruição dizia respeito apenas a uma escolha individual. A ideia da herança coletiva trazia consigo a concepção do interesse coletivo, de que a destruição destes bens significaria a perda para todos, de relíquias da história do país. “Tudo isso era muito novo para a sociedade brasileira, em geral, e acreditava-se que era preciso ensinar/educar/esclarecer para gerar novos comportamentos frente ao que se entendia como patrimônio” (SCIFONI, 2019, p. 20).

Nos primeiros anos de fundação do SPHAN no Brasil, segundo constatou Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua palestra de 1939, não havia a valorização e nem o reconhecimento público da relevância de seus monumentos e nem valorização de sua própria história enquanto nação. Em parte de seu discurso, ele acrescenta que

com efeito, muita gente julgará que os fatos da história do Brasil representam pouca coisa dentro dos capítulos da história universal e que a nossa atividade artística tem tão pequena importância em relação ao patrimônio de arte de outros povos, que não serão justificáveis os trabalhos e os esforços empreendidos aqui em defesa dos nossos monumentos (ANDRADE, 1987, p. 49).

Fez-se necessário, assim, convencer a sociedade de que no Brasil existiam bens que mereceriam ser preservados e que essa seleção e conservação não deveria ser uma exclusividade de países europeus. Fundamental era demonstrar que as “edificaçõeszinhas barrocas de um gosto tão impuro” (ANDRADE, 1987, p. 50), como se referiu esse diretor, tinham tanto valor quanto os mais admiráveis monumentos de arte e de história, espalhados pelo mundo.

Dentro desta concepção, estava claro que gerar uma nova atitude para com o patrimônio demandava criar vínculos, o apego a estes bens, uma relação que passava necessariamente pelo conhecer. Ainda que tal ideia apareça hoje como uma visão ingênua do processo, fazia algum sentido diante da novidade da lei e da experiência que se trazia para o país (SCIFONI, 2019, p. 22).

Em meados dos anos de 1960-1970, foi criada a Fundação Nacional Pró Memória que centralizou a política federal de patrimônio cultural e conclamou a população a ser a guardiã de seu patrimônio. Não mais como objeto dos acervos ou público alvo das exposições, mas como sujeitos que selecionam e preservam o seu patrimônio. A nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, assim definiu Patrimônio:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

O documento, acima citado, tenta corrigir uma distorção da política de preservação, ao estabelecer em vários dispositivos a importância de outros elementos formadores da sociedade brasileira, admitindo, portanto, a realidade histórica de que somos uma nação multiétnica. Afirma ainda, em seu artigo 215, por exemplo, que o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, além de prever a elaboração de leis que venham dispor sobre afixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 1988). Assim, a análise do texto constitucional permite-nos concluir que há uma tentativa de busca na construção de uma memória plural que venha subsidiar uma nova política de preservação de nosso patrimônio histórico.

Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de patrimônio cultural e, ao incorporar os diferentes grupos étnicos na formação da sociedade brasileira, rompe-se a visão elitista de considerar apenas objeto de preservação as manifestações, bens e valores da classe historicamente dominante (ORÍ, 2015, p. 136).

Nessa mesma década o termo Educação Patrimonial passa a ser utilizado no Brasil, inspirados/as em projetos na Inglaterra, em que o patrimônio passa a ser utilizado com fins

educacionais. Nesse período, foi criado o Projeto Interação que buscou relacionar a cultura à educação, trazendo à diversa rotina escolar como possibilidade de apreensão cultural, numa tentativa de associação dos bens culturais à vida cotidiana.

O escritor modernista Mário de Andrade, em seus estudos etnográficos e antropológicos já atestava o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura, em suas múltiplas dimensões, daria condições de o Brasil inserir-se no concerto das nações e esse trabalho deveria iniciasse juntamente ao processo de escolarização (ORIA, 2015, p.141).

Vale salientar que a Educação Patrimonial ainda é um tema em aberto aqui em nosso país, carregado de contradições e permeado por discussões que estão longe de um consenso. Utilizado pela primeira vez no Museu Imperial durante um seminário ocorrido em 1983, o termo Educação Patrimonial ganhou notoriedade com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial. “O problema é que este guia atrelou determinada experiência de ação à própria definição deste campo de atuação e, ao ser difundido pelo país, multiplicando o seu uso, tem provocado mal estar constante entre os profissionais da área” (SCIFONI, 2015, p. 195).

A centralidade das críticas tecidas ao Guia se dá por tratar a Educação Patrimonial como metodologia e ainda, por propor uma “alfabetização cultural” aos indivíduos que tem contato com essa proposta educacional. Ao se comparar a Educação Patrimonial a uma metodologia, o Guia deixa de observar os vários cenários e a diversidade de públicos escolares, enaltecendo uma prática centrada nos objetos, nos bens culturais em detrimento de um público e os seus valores em relação ao patrimônio analisado. “Ao se afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos os sujeitos como produtores/as e protagonistas de sua própria cultura e daí selecionamos uma cultura como superior a outra” (TOLENTINO, 2016, p.40-41) não considerando a educação como uma prática de construção coletiva.

Neste contexto, vale lembrar o que Paulo Freire (1999) nos coloca sobre a importância de respeitar os saberes dos educandos e das classes sociais que eles representam. Saberes estes, segundo ele, construídos na prática comunitária, discutindo conceitos a partir de suas vivências.

Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e o os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora de má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia (FREIRE, 1999, p. 33).



Assim pode-se afirmar que a Educação Patrimonial também pode inserir discussões através de um viés político e social. Há uma relação dos/as moradores com os prédios e monumentos em seu entorno? Há um sentimento de pertencimento aquele local que se habita? Existe curiosidade sobre a história do bairro ou da escola em que se frequenta? São questionamentos que permeiam essas discussões. Não basta selecionar monumentos, há de se investigar se existe uma relação estabelecida entre o construído e suas práticas com os que habitam ou vivem em seu entorno. Para além das discussões sociais, a Educação Patrimonial nos referenda como marcador para a valorização cultural, auxiliando na definição de identidades, uma possibilidade de ser e de se enxergar neste mundo.

Nos primeiros anos da legislação patrimonial no país, era um tema pouco utilizado ou debatido, apenas no mundo acadêmico, mas distante do grande público. Hoje, no entanto, é possível verificar a presença constante do tema patrimônio permeando o cotidiano de diversos grupos sociais. É um tema presente nas redes sociais; várias páginas apresentam monumentos, problematizam seu uso e discutem políticas de preservação. Blogs de turismo, campanhas virtuais em forma de abaixo-assinados para a preservação de bens, matérias jornalísticas, manifestações que questionam a permanência de esculturas que homenageiam determinados/as personagens históricos e até mesmo em questões de exames vestibulares e como no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, nas últimas edições, contemplou questões sobre o patrimônio, entre outras formas.

Reproduzir acriticamente este famoso lema (conhecer para preservar) tem levado a despolitização do debate sobre o patrimônio e o papel da educação neste campo de atuação. Despolitiza porque, de um lado, credita à “ignorância” da população as mazelas do patrimônio, o que acaba por desresponsabilizar determinados sujeitos sociais ao atribuir a um conjunto geral, indefinido e ser genérico chamado de “população”, a culpabilização pela situação dos bens culturais. Deixa de se explicitar e debater os processos que estão por traz destas intervenções, assim como os interesses políticos e econômicos e as formas de atuação para viabilizá-los (SCIFONI, 2019, p.25).

Tal leitura nega o papel da educação patrimonial como campo de debate. Não é simplesmente o fato de a população conhecer o patrimônio para conservá-lo, tal leitura se mostra ingênua e reduz o debate neste campo de discussão. “Uma educação patrimonial com orientação crítica significa compreender o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê emerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação” (SCIFONI, 2019, p.26).

O fortalecimento dos vínculos entre instituição, proteção do patrimônio e as pessoas, surge a partir das estratégias de educação patrimonial, que muito tem contribuído ao incorporar o olhar dos sujeitos locais como forma legítima de interpretação desse patrimônio cultural. Uma construção feita a muitas mãos, estabelecendo diálogos em que se ensina e se aprende, valorizando os saberes locais, as falas dos moradores e os saberes populares. Como alerta Freire, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1999, p. 96).

A Educação Patrimonial vem se constituindo como um conceito, bem como um campo de aproximação entre o patrimônio cultural e a escola, visando problematizar o que a sociedade já construiu enquanto cultura, mas também o que esta comunidade elenca como significativo para se estudar e/ou preservar. Não mais, ou somente os prédios, os casarões, as estátuas, mas o que a sociedade organizada define como bem relevante; valoroso para a comunidade na qual estão inseridos. Carmem Gil nos relata que não é:

“alfabetizar culturalmente” ninguém ou transmitir valores assentados na valorização de memórias. No âmbito educacional, queremos crer que o patrimônio e a história podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva (GIL, 2020, p. 108).

Estas discussões, aliadas a temas formais (conteúdos históricos), propõem uma sala de aula que possibilite um processo participativo do que o nosso/a alunado/a compreenda como bem social e consiga fazer conexões dos acontecimentos nacionais e as influências que estes exercem em nossa realidade.

No ensino de História, poderíamos imaginar uma educação patrimonial que possibilite ampliar as fontes documentais, permitindo que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares, monumentos sejam problematizados em sua historicidade. Além de ensinar história com “novas fontes”, a educação patrimonial possibilita associar currículo às diferentes leituras das cidades (GIL, 2020, p. 121-122).

Observar, selecionar e problematizar o patrimônio cultural de uma pequena cidade pode ser um importante mecanismo para se construir uma nova perspectiva para o ensino de História, na medida em que as discussões em sala de aula passam a instigar os/as alunos/as, dando a eles/as situações práticas e desafiadoras em que terão de problematizar a noção do próprio espaço em que vivem. Partindo de situações concretas e cotidianas, esperamos que eles/as compreendam a História não como a ciência que estuda o passado da humanidade, somente,

mas, como uma área do conhecimento que estuda os homens do seu tempo com um olhar crítico e reflexivo sobre o passado e sobre o presente.

## 2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE PATRIMÔNIOS LOCAIS

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional define, por meio de seus grupos de coordenação, que:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócia histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas (FLORÊNCIO, 2015, p.24).

A prática social, portanto, está inserida em todas as etapas no que se define como esse processo pedagógico, desde a escolha dos bens culturais até a sua política de preservação. Não é uma seleção para enaltecer ou reificar os objetos culturais, mas relacionar o valor histórico à comunidade a que pertence, possibilitando, desta forma, a criação de canais de interlocução entre a sociedade e os setores públicos responsáveis pela política de patrimônio cultural, por meio de estruturas de escuta que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais. “Considerar que a Educação Patrimonial se limita a ‘ensinar a população’ reflete uma visão autoritária de educação que desconsidera os saberes locais e as relações estabelecidas entre os moradores do local e o patrimônio” (SCIFONI, 2015, p. 198).

No que se refere à prática escolar educativa, os espaços públicos tidos como patrimônio podem, e devem ser utilizados em diversas áreas do conhecimento. Isto potencializa o sentimento de pertencimento e a demarcação de territórios públicos e comunitários como espaços educacionais. Para além destes pontos, vale salientar a prática educacional como um ato significativo, que reflita a realidade em que se vive e que se possa aplicar o conhecimento comunitário durante a sua trajetória escolar. Para além dos conhecimentos científicos sobre Patrimônio, há que se dá um significado social para a escolha do que é considerado como um bem para a comunidade que o cerca, estabelecendo um diálogo e aprendizagem entre os agentes envolvidos no processo de escolha e preservação. Nessa perspectiva podemos definir, como bem nos trouxe Scifoni, a educação patrimonial é processo e não produto.

A educação não é solução redentora para o patrimônio, mas, antes de tudo, um direito social e uma necessidade. Portanto, ela é condição inerente à preservação uma vez que, a partir dela, pode-se problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio (SCIFONI, 2019, p.15).

Há uma afirmativa que vem se repetindo ao longo dos anos no campo da educação patrimonial, que é a do *conhecer para preservar*, jargão comumente utilizado para justificar a necessidade de ações educativas. Tal expressão, usada repetidas vezes, resultou na incorporação naturalizada dessa concepção, a ponto de ter se tornado uma “verdade inquestionável”. No entanto, reproduzi-la pode significar despolitizar o debate sobre o papel que as ações educativas têm para a preservação do patrimônio. O que se pretende não é negar a importância de estimular e promover o conhecimento sobre o patrimônio, mas contestar a interpretação de que há uma relação indissociável e de causalidade direta estabelecida entre os dois termos, conhecer e preservar, como se o conhecimento levasse, necessariamente, à preservação do patrimônio.

Deseja-se, assim, questionar a necessidade de ações educativas no campo do patrimônio como solução redentora da preservação, e, em contraposição, situá-la na perspectiva da educação como direito social fundamental e como possibilidade de apropriação social de um patrimônio do qual a população foi apartada (SCIFONI, 2019, p.18).

Os conteúdos tradicionais trabalhados no Ensino de História começam a sofrer alterações significativas em meados do século XX. A renovação temática e a inclusão de novos objetos proporcionaram mudanças significativas no entendimento do que vêm a ser conteúdos em História. Temáticas como mulheres, crianças, religiosidades e porque não dizer temas relacionados à própria estrutura do conhecimento histórico como fontes, documentos, temporalidade começam a fazer parte dos conteúdos. Tais mudanças partem da perspectiva que os objetivos da Educação Básica não se restringem, apenas, à assimilação de conteúdos prefixados, mas se comprometem a articular conhecimento, competências e valores, com a finalidade de possibilitar aos/às alunos/as, utilizarem-se das informações para a transformação de sua própria realidade, questionarem o mundo em seu entorno e para atuar de maneira efetiva na transformação da sociedade. Estuda-se história, também, para poder pensar o outro, para compreender as mudanças e as permanências no nosso entorno, compreendendo que as ações do presente possibilitam a construção de futuros. Neste sentido, a escolha dos conteúdos para serem trabalhados em sala de aula precisa refletir esta forma de pensar a função do Ensino de História, ou seja, trabalhar as diferenças na formação de cidadãos/ãs conscientes da sua história e da história do/a outro/a.

Já em meados do século XIX, por muitas vezes o Ensino da História foi entendido e trabalhado a partir de uma escala temporalmente longínqua e de um espaço geograficamente distante. Naquele momento, acreditava-se que a História recente não poderia ser objeto de estudo e que o espaço mais próximo, comprometeria a análise do espaço estudado. Sendo assim, o primeiro poderia comprometer a neutralidade e objetividade, na mesma medida em que o segundo poderia ser excessivamente familiar para uma análise imparcial.

Nessa perspectiva, a história era ensinada sob o foco da erudição, valorizando a capacidade de memorizar muitos fatos e feitos tidos como relevantes, protagonizados por homens considerados verdadeiros heróis. Ao professor era destinado o papel de transmissor de tais informações, ao passo que caberia aos estudantes a tarefa de decorá-las e repeti-las quando solicitados (CAIMI, 2010, p.59).

Em tempos atuais, historiadores, pesquisadores do ensino e professores/as têm defendido uma História que possibilitem os sujeitos a pensarem historicamente, a refletirem sobre o espaço em que vivem, a desenvolverem uma consciência histórica, a reconhecerem a diversidade de experiências históricas das sociedades e, a partir deste entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo. Formar um/a cidadão/ã comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive (CAIMI, 2010, p.60).

As discussões referentes ao Ensino de História apontam para a possibilidade de uma relação proveitosa entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de uma forma que se possa superar o verbalismo das aulas de História, baseadas apenas nas temporalidades remotas ou a espaços distantes e a seleção de determinadas memórias selecionada por um livro didático, com as quais a maioria dos/as estudantes que frequentam a escola brasileira não se identificam e nas quais não reconhecem as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença. Nesse viés, acredita-se que os estudos de história local/regional possam possibilitar que os/as alunos/as ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu cotidiano.

O estudo da história local/regional, através dos patrimônios, objetiva que os/as estudantes possam se enxergar nos processos históricos, assim como, atuar na construção ativa e colaborativa de conhecimentos e na apropriação de procedimentos metodológicos específicos que permitam explorar as fontes disponíveis, como nesse caso específico, os logradouros de São Miguel das Matas.

O ato de nomear ruas não é um fator natural da vida humana, é um ato político que seleciona, homenageia e exclui determinados sujeitos. Esta prática está carregada de intenções, mas que fatores estão atrelados a esta intencionalidade? Caminhar pelas vias de determinada cidade com uma turma de estudantes abre possibilidades de confronto com a própria realidade em que eles vivem, a partir da rua em que moram, de questionarem a realidade posta em suas vidas e de construírem uma aprendizagem significativa. Assentada sobre a pesquisa em História local busca-se o intuito de demonstrar que os conteúdos abordados em sala de aula estão em nosso cotidiano, nas ruas por onde trilhamos, nos nomes das pessoas que receberam homenagens, mas também nos silêncios sobre aquelas que foram esquecidas. Construindo uma

[...] educação comprometida com a vida, uma educação que use a memória e o patrimônio para mobilizar afetos políticos e estéticos. Este é um caminho potente para operar com a educação patrimonial e, assim, produzir pertencimento, estranhamento, reflexão, pensamento histórico e ação (GIL, 2020, p.122).

Nosso foco não está, pura e simplesmente, nas nomenclaturas das ruas miguelezes, mas na vida das pessoas, das comunidades que vivem ali, nas histórias contadas sobre determinados sujeitos e nas histórias silenciadas das comunidades populares e dos/as personagens subalternizados. A educação patrimonial se constitui assim como possibilidades de reflexões e de metodologias, sempre empenhada com uma aprendizagem diversificada e comprometida com a História.

Nesta trajetória outros conceitos, como a memória e a identidade, ambos inseparáveis, se interligam com o de patrimônio. Estudiosos destes assuntos defendem que há mecanismos que contribuem para “preservar a memória coletiva, através do patrimônio (museus, monumentos, escolas, arquivos e comemorações) ou patrimônio imaterial (leis, a língua, hábitos e costumes), e isto contribui para a preservação do passado no presente.” (SOLÉ, 2015, p. 56).

Inicialmente, os trabalhos com a Educação Patrimonial e Patrimônio estavam centrados nos monumentos de maior significado histórico. Felizmente, essa oferta de pesquisas ampliou-se a abordagens ambientalistas e ao intangível; e os indícios desta importância crescente manifestam-se em campos heterogêneos – revitalização de bairros antigos, reutilização de monumentos históricos e de edifícios industriais ou rurais, preservação de conhecimentos artesanais ou costumes locais, proteção de modos de vida ou de lugares em risco de desaparecimento. Tudo isso numa tentativa de encontrar os traços distintivos, as identidades.

Os museus, neste contexto de educação em outros espaços para além da sala de aula, eram comumente utilizados como únicos espaços e recursos educativos. Os museus e centros patrimoniais são, e devem ser reconhecidos dentro da educação formal como importantes recursos de ensino por estimular o envolvimento ativo dos jovens, lhes permitindo a experiência única do contato direto com o patrimônio e a leitura que se pode extrair dele; mas não são os únicos espaços em que a prática educativa pode acontecer para além dos muros escolares. As pesquisas dentro do campo da Educação Patrimonial vêm apresentando variadas possibilidades de se mediar aulas em tantos outros espaços, como é o caso desta pesquisa.

Durante anos, os currículos escolares concentravam-se na apresentação da herança nacional aos/as alunos/as e tratavam a História como um conjunto de informações que deveriam ser memorizadas. Nesta dinâmica, as fontes históricas eram utilizadas ocasionalmente (quando eram usadas) para estimular a curiosidade, o interesse, e mesmo admiração, ou para ilustrar casos particulares. Nos programas da disciplina de História, em sua prática de sala de aula, há uma predominância de utilização de fontes escritas e, por vezes, iconográficas. A utilização de fontes patrimoniais no ensino de História, ainda não é tão frequente. Segundo Helena Pinto, para se promover uma Educação Patrimonial, sistemática e fundamentada, é essencial:

- proporcionar recursos e atividades desafiadoras das concepções prévias dos alunos;
- selecionar conteúdos relacionados com a história local/regional, introduzindo de forma interessante e adequada ao currículo a abordagem do patrimônio, recorrendo a um museu ou a um sítio histórico na área próxima da escola;
- usar fontes patrimoniais de forma a desenvolver a compreensão dos conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e econômicos de diversos grupos nas suas comunidades (PINTO, 2015, p. 670).

O contato direto com artefatos, edifícios, nomenclatura de ruas é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos sobre pessoas, lugares e acontecimentos, mas, deve permitir algo mais do que isso. Mais importante que o contato é a interpretação que os/as estudantes podem construir sobre essas fontes históricas, relacionando-as com a sua aprendizagem no momento e os conhecimentos adquiridos, mas também, os questionamentos e hipóteses explicativas sobre objeto em estudo, edifício, monumento ou rua. Para tal, o trabalho com objetos na sala de aula, tal como nos museus ou outros locais, não se pode confinar a uma sessão, deve ser um processo contínuo.

As pessoas usualmente utilizam-se de espaços públicos e particulares, assim como, lembranças de acontecimentos do passado, seja ele individual ou coletivo, com objetivo de

comprovar ou rejeitar ideias, justificar posicionamentos, criar concepções. A relação entre os feitos da trajetória humana no tempo e as diferentes formas com as quais esse percurso foi contado, transmitido e retransmitido ao longo das gerações, constituía base do pensar historicamente. Dessa ideia surgem alguns questionamentos, dentre eles, a pergunta: será que ao estudarmos História em espaços escolares ou extraescolares conseguimos perceber a profunda relação que ela tem com nosso cotidiano?

“Uma das primeiras constatações feitas por Rüsen, ao longo de sua longa discussão das questões da didática da história, é que essa não se esgota no sistema escolar, embora tenha nela uma arena preferencial” (ALVES, 2013, p. 54). História, sua experiência e sua reflexão, têm função determinante na formação da identidade das pessoas e de suas sociedades, constituindo um papel educacional na sociedade em geral e não apenas dentro dos muros escolares. História está imbricada na relação ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, mas está presente também no contraste e na crítica do cotidiano e do meio-ambiente cultural a que pertencemos todos. “A história está na arquitetura interpretativa do tempo que nos envolve, nos documentos, nos monumentos, no espaço urbano e rural, nas mentalidades e nos valores, nas crenças e nas convicções, enfim, em tudo em que o homem pôs a mão e a razão” (ALVES, 2013, p. 54).

A aprendizagem histórica é própria a todo e qualquer ser humano, independentemente de ser professor(a) ou atuar em outras áreas profissionais. Pensar a si e seu mundo no fluxo do tempo, ou seja, refletir historicamente, é uma prática humana universal. Ninguém nasce em um mundo sem história.

O modo de a interiorizar (pelo pensamento e na consciência) e de a exprimir reveste-se das características específicas de cada cultura historicamente constituída, em que cada pessoa está inserida. A diversidade cultural (e, eventualmente, o conflito entre culturas ao longo do tempo e em espaços distintos) nada retira ao modo de toda pessoa de conscientizar-se historicamente. Um intelectual europeu do século XXI passa por tal processo, assim como um índio americano do século XVI ou um escravo africano do século XIX. (MARTINS, 2021, p.47).

A prática social de introdução e obrigatoriedade de frequentar a escola, de ser alfabetizado e de, conseqüentemente, conhecer o contexto de sua sociedade e de sua cultura, como de sua língua e de seus costumes, mudou a perspectiva, o horizonte de referência, mesmo que gradualmente, para os pertencentes desta sociedade. A escola passa a ser, nesse contexto, um espaço coletivo de acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento do ser humano.



### 2.3 DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Em muitos contextos surge o questionamento acerca da importância ou utilidade da História enquanto disciplina escolar. Em tempos atuais, mais que nunca, se faz necessário explicar e defender os estudos históricos por contribuir, principalmente, para entendermos o mundo presente.

A História nos ajuda a decifrar a cidade, como espaço existente através da toponímia, da arquitetura, das crenças, dos mitos e superstições do passado e presente, elucidando processos de lembranças e esquecimentos, possibilitando questionamentos que nos ajudem a compreender melhor o nosso presente. Segundo Eric Hobsbawm,

todo estudo histórico, portanto, implica uma seleção minúscula, de algumas coisas da infinidade de atividades humanas do passado, e aquilo que afetou essas atividades. Mas não há nenhum critério geral aceito para se fazer tal seleção (HOBSBAWN, 1998, p.71).

Em meados do século XIX, a disciplina de História é instituída no Brasil. Nesse processo, os conteúdos definidos como essenciais para serem ensinados remontavam as questões da história da civilização europeia, especificamente a civilização ocidental. Tal escolha nos revela que o desenvolvimento desses conteúdos indicava que cada fato histórico era único e sem possibilidade de repetição. Dessa forma, a História deveria ser reconstituída de forma objetiva, sem interferência das subjetividades para ser considerada como verdadeira, e assim sendo científica.

A criação da primeira escola pública definida como secundarista, marca a introdução no Brasil, da História, como disciplina escolar, em meados do século XIX. O processo de formação de professores/as para atuarem nesse campo do conhecimento, bem como os estudos históricos datam da década de 30 do século XX. Desde então, muito tem se discutido sobre o papel social e a importância em se aprender/ensinar História.

O ensino de História é tomado como objeto de pesquisa no Brasil, com maior intensidade, a partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX. Nesse contexto marcado pelo processo político de redemocratização que levou ao fim do regime militar (1964-1985), professores de história de escolas públicas e privadas começaram a desenvolver uma série de experiências em suas salas de aula retomando antigos recursos didáticos como os jornais, porém partindo de novas perspectivas teórico-metodológicas. (GERMINARI, 2011, p. 54).

Na segunda metade do século XX acreditava-se que o objetivo do ensino de História estava limitado a conhecer o passado para projetar o futuro, ou ainda, com a finalidade de legitimar um passado, explicando a formação de uma nação que pudesse desenvolver o espírito patriótico entre a população brasileira. A contribuição da História, enquanto disciplina escolar, para a construção de identidades permanece, mas não somente para formar uma identidade nacional.

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas por outro lado, enfrenta o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial (BITENCOURT, 2008, p. 121).

Nesse sentido a constituição de identidade é associada à cidadania, ampliando o papel da escola e da disciplina História, nesse contexto. Ambas contribuem para a formação de um cidadão crítico e, embora o termo possa parecer vago, há um processo de formação em que os sujeitos sociais possam se enxergar no mundo e questionar a realidade em que estão inseridos, refletindo sobre seu papel dentro dessa mesma sociedade, e estabelecer conexões com vários fatores de ordem social. Não cabe eleger e conhecer fatos históricos de nosso passado, mas refletir sobre esses acontecimentos, suas consequências para a contemporaneidade e os sujeitos sociais envolvidos nesse processo, bem como as disputas e os conflitos entre as classes sociais.

Atualmente, as escolas públicas brasileiras abrigam, em média, 54 milhões de estudantes e dois milhões de professores/as na Educação Básica, constituindo um espaço altamente desafiador para a docência. A diversidade torna cada vez mais evidente a distância entre as culturas juvenis e a cultura escolar, e amplifica a percepção da crise na educação escolar. “Essa suposta crise se caracteriza, dentre outros aspectos, pela carência de sentido das propostas do sistema escolar perante os/as jovens, pela irrelevância de muitas das atividades que ali são desenvolvidas” (CAIMI, 2015, p.106).

A associação entre o cotidiano e a história de vida dos/as estudantes se apresenta como uma possibilidade de aproximar os conteúdos escolares de suas vivências, aproximando a vida social com sua trajetória individual. A história da cidade, do bairro, da escola que se frequenta tem sido indicada por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos mais diversos espaços de convivência.

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições

diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado (BITTENCOURT, 2008, p. 168).

Nesse contexto em que se apresentam novos olhares sobre o Ensino de História, o que se trabalhar, como fazê-lo e o que utilizar como fontes é perceptível que os professores/as querem e, constantemente, se mostram dispostos a mudar suas práticas pedagógicas, mas o fazem quando efetivamente vislumbram que elas podem melhorar a relação ensino-aprendizagem, que podem funcionar melhor se geridas de outra forma, e quando acreditam que, geridas de outro modo, podem promover aprendizagens mais qualificadas nos seus/as alunos/as. Uma vez que estejam convencidos da necessidade e da viabilidade da mudança, empreendem a luta pelas condições de trabalho, pelo tempo de planejamento, pelos materiais didáticos, dentre outros requisitos.

Na contemporaneidade em que nos inscrevemos, a História-Conhecimento tem um importante papel, não mais como “mestra da vida” (*magistra vitae*) conforme a definiu Cícero, mas como um conhecimento que se pode mobilizar para dar inteligibilidade e justificação para o tempo presente, ou, como ensina Rüsen (2001), para conhecermos a nós e aos outros, explicar o mundo, nos orientar na vida prática cotidiana e enfrentar as suas contingências (CAIMI, 2015, p.107-108).

Nessa conjuntura, o estudo da história local pode levar a compreender a relação que existe entre os acontecimentos nacionais e os seus desdobramentos nas cidades de interior, como São Miguel das Matas. Podemos, ainda, conhecer os/as personagens políticos de outras épocas e as classes dominantes ao longo do percurso histórico, mas também, questionar o porquê dessas escolhas, descobrir os/as personagens que foram subalternizados ou esquecidos/as nas homenagens nos prédios públicos, em nomes de escolas e, principalmente, na escolha de nomes de ruas da cidade a qual estudamos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, das festas, do cotidiano do município. A memória, entretanto, não pode ser confundida com a história, como advertem vários historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas, e merecem ser confrontadas.

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros lugares (BITTENCOURT, 2008, p.172).

A escola e, em particular, o Ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. E nesse espaço, em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural.

Num passado, não tão distante, a historiografia brasileira tradicional, pautada na concepção positivista, privilegiou a ação dos "heróis nacionais", em detrimento de outros sujeitos históricos. Elegemos, no decorrer da História, os bens culturais representativos dos segmentos dominantes, sobretudo os ligados ao elemento de origem europeia, e relegamos ao esquecimento a contribuição de outros segmentos étnicos na formação da cultura brasileira. Basta uma breve constatação nos nomes das ruas e avenidas, nos monumentos históricos dos "heróis nacionais" que povoam as praças de nossas cidades.

Como qualquer experiência humana, a memória histórica constitui uma das formas mais fortes e sutis da dominação e da legitimação do poder. Nesse sentido, os grupos dominantes vencedores na História buscam impor a sua visão e a perpetuação de uma memória da dominação aos vencidos, restam apenas o esquecimento e a exclusão da História e da política preservacionista.

Somente a partir da década de 80, em parte pela renovação da historiografia brasileira, que passou a resgatar em suas pesquisas a participação dos "excluídos da história oficial", é que a ação preservacionista em nosso país passou a dar atenção a bens e valores culturais de outros segmentos sociais e minorias étnico-culturais. Exemplos disso foram, o tombamento, no nível federal, da Serra da Barriga, local onde se desenvolveu o maior quilombo da História do Brasil - Palmares, situado no atual estado de Alagoas -, e, no nível estadual, pelo governo da Bahia, o tombamento da região onde se desenvolveu o Arraial de Canudos, numa tentativa de recuperar a memória de um dos mais importantes movimentos populares da História nacional, liderado por Antônio Conselheiro (ORÍÁ, 2015, p.136).

A importância em se construir uma identidade e cidadania cultural está marcada na memória dos/as habitantes que faz com que eles percebam, na descrição da cidade, na nomenclatura de seus prédios, nos caminhos cotidianos, a sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens e mulheres através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. “Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador

de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história” (ORÍ, 2015, p. 139).

A ausência de referenciais históricos, pautados na memória das cidades, nos dá a estranha sensação de que somos "estrangeiros" em nossa própria casa. Sem a memória, não encontraremos mais os nomes, os símbolos e as lembranças que nos unem às cidades.

“Toda cidade tem marcas que a identificam, que a diferenciam das outras. Seus costumes, culturas, projetos, interesses, imagens, contradições, tensões, linguagens e carências” (RAMOS, 2016, p.61). Mas o que a diferencia das demais que percorremos ao longo das andanças? O que se destaca no favoritismo estabelecido com determinado município? O agente motivador nessa relação pode ser estabelecido a partir do que se sabe sobre determinada realidade, as histórias sobre suas origens, as personalidades que são constantemente lembradas, os locais eleitos com maior destaque, mas também, e principalmente, o poder de estabelecer questionamentos do que a cidade não homenageia, os nomes que não são citados, as construções que foram destruídas e as memórias que foram apagadas.

Toda cidade faz circular, por vários dispositivos, práticas e representações que atualizam suas histórias, suas memórias. Uma cidade tem muitas formas de ser representada, que se renovam ao longo do tempo (PESAVENTO, 2007), e alguns elementos podem permanecer, como por exemplo, o que se conta sobre suas origens, acontecimento fundador, lideranças, dados, nomes e fatos (PESAVENTO, 2007). Além disso, se atualizam os esquecimentos, pois as cidades também marginalizam, excluem, escondem histórias e memórias. (RAMOS, 2016, p.61).

É nesse sentido que esta pesquisa se direciona; a busca de entender como se deu a toponímia nas ruas miguelenses, conhecer esses sujeitos e sua relevância social para serem homenageados com os atos de nomeação, mas, também, investigar seus moradores quanto ao sentimento de pertença, de conhecimento e de valorização sobre esses bens culturais do município. Sendo este um trabalho a ser desenvolvido no espaço escolar, nos cabe responder sobre como os/as alunos/as se relacionam com essas toponímias, como se estabelece sua relação com a história de sua cidade e sobre o significado de aprender história. A escola, como nos alerta Ramos (2016, p.91), não está suspensa da sociedade, que deve reconhecer os saberes, as noções, as representações, as ideias históricas dos alunos para que se aproveite a potencialidade destes sujeitos para a construção de uma racionalidade histórica crítica.

### 3 CIDADE, MEMÓRIA E TOPONÍMIA

#### 3.1 A CIDADE DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, O QUE É E O QUE SE CONTA SOBRE ELA

*São Miguel, sim Senhor!  
 Cidade do interior  
 De tradição indígena  
 Onde os brancos dominaram  
 A igreja conquistou  
 E as crenças deixaram  
 [...]  
 Depois da peste  
 Uma capela foi erguida  
 E as moradias construídas.  
 O comércio surgia,  
 A população crescia, e a vila desenvolvia  
 Sou miguelense, seu moço,  
 A Deus sou fiel  
 Então não posso deixar de falar  
 Do Arcanjo Miguel  
 Trazido por um caboclo  
 À vila de São Miguel.<sup>5</sup>*

A poesia é uma das muitas formas de se evocar e homenagear determinadas cidades. Exemplos não nos faltam. Dos versos de Manuel Bandeira em sua *Evocação do Recife*, aos de Drummond em *Confidência do Itabirano*, até o *Romanceiro da cidade de São Luís* de Bandeira Tribuzi, a cidade é resgatada da memória de seus poetas, de suas reminiscências ainda vivas, concretizadas na arquitetura de suas estrofes. Em São Miguel das Matas nos faltam versos, amplamente conhecidos, mas temos nos/as jovens estudantes o desejo de relato e de homenagear a cidade acolhedora em que vivem.

As discussões e os estudos sobre as cidades já se fazem presentes há muitos anos, mas é somente a partir do século XIX que ela passa a ser analisada de forma mais específica como uma organização social. “Anterior a esse período, pensar e sentir a cidade era uma tarefa dos poetas, dos cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos” (BARROS, 2012, p. 9). A análise sobre a vida cidadina ganhou espaço para estudos na medida em que surge uma preocupação

---

<sup>5</sup> Poema “São Miguel das Matas”, de Matheus Sousa, elaborado como culminância do Projeto de Leitura do Colégio Estadual Aldemiro Vilas Boas no ano de 2016, publicado na V Coletânea de Textos do Colégio Estadual Aldemiro Villas Boas, na cidade de São Miguel das Matas.

[...] em entender esta especificidade do “viver urbano”, em decifrar a história deste viver, as suas mutações [...] e em compreender também a complexidade dos vários tipos de vida social que podiam ser abrigados nas diversas modalidades de formações urbanas (BARROS, 2012, p.10).

Mas de onde surge essa formação social denominada cidade? Muitos pesquisadores divergem ao tentar explicar a origem da vida urbana, tendendo a uma explicação de extensão de um fenômeno natural ou até derivação das instituições sociais. Aqui nos interessa a explicação de José D’Assunção Barros, ao chamar a atenção de que teria sido o sentimento religioso o qual levava os homens a estabelecerem relações de solidariedade, iniciando com cultos domésticos aos antepassados, depois o culto se estende ao encontrarem divindades comuns com outros grupos familiares e essa relação vai unindo grupos cada vez mais extensos, da tribo até a cidade (BARROS, 2012, p. 15).

É esse culto religioso o agente motivador para o surgimento da cidade a qual nos propomos estudar, São Miguel das Matas. Esse município surge no entorno de uma igreja dedicada ao culto do Arcanjo São Miguel. Segundo relato do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, a construção da capela dedicada ao culto de São Miguel e a vinda de um sacerdote como Capelão atraíram muitas pessoas que buscavam o atendimento religioso. Com o passar dos anos, construíram casas como abrigo para visitantes que vinham de longe, outras construções foram erguidas com o propósito de abrigar comércios para abastecer a população que circulava por este local. Segundo esse relato “a presença do Capelão animou a vinda de mais agricultores, aumentando consideravelmente o número de fazendas na região. [...] a modesta Capela se torna centro irradiador do progresso da localidade, embrião da futura localidade que viria a ser sede de Freguesia<sup>6</sup>” (Memorial São Miguel Arcanjo – Pe. Gilberto Vaz Sampaio).

Tratando-se dos hagiônimos, os arraiais e vilas brasileiras, de um modo geral, nasceram sob a invocação de um santo protetor. Os conjuntos denominativos formavam-se a maneira ibérica, ostentando uma reverência ou uma devoção a um determinado padroeiro, seguido ou não de um elemento explicativo do meio onde se formava o núcleo (DICK, 1987, p. 116).

Partindo da premissa de que a cidade é um texto e que ela constantemente nos fala através de suas construções, de sua toponímia, de suas lembranças e de seus esquecimentos,

---

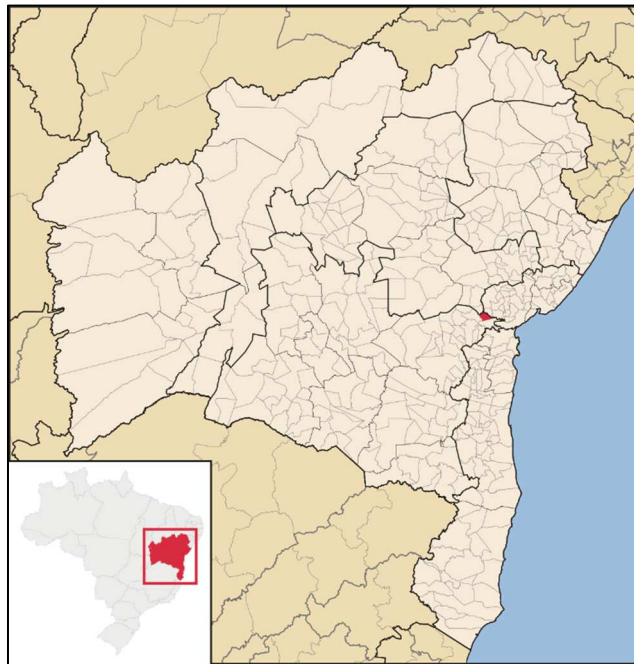
<sup>6</sup> Derivado da expressão latina *filium ecclesiae*, "filho da igreja" é a menor divisão administrativa em Portugal e no antigo Império Português, instalado aqui no Brasil em meados do século XVI, formadas por ruas ou bairros com moradias e praças.

nos propomos a analisar as relações estabelecidas entre seus/as habitantes e a nomenclatura de suas ruas. Compreendendo que as pessoas que circulam nesse ambiente citadino podem ler o texto urbano, mas também o reescrevem e, de algum modo, podem ser considerados como alguns dos personagens.

O complexo discurso urbano aloja dentro de si diversos discursos de todas as ordens. A cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos. O grande texto urbano aloja dentro de si textos menores, feitos de placas de rua que evocam memórias e imaginários (BARROS, 2012, p.45).

Em busca de conhecer os agentes motivadores sobre o uso das palavras no ato de nomear ruas, direcionamos esta pesquisa à cidade de São Miguel das Matas, município localizado no interior do estado da Bahia. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, esse município tem uma população estimada em 11.704 habitantes e fica situado no Vale do Jiquiriçá, limitando-se com as cidades de Laje, Amargosa, Elísio Medrado, Varzedo e Santo Antônio de Jesus. Distante da capital em 224 km, o município possui relevo formado por tabuleiros pré-litorâneos e o tipo climático é úmido a semi-úmido, com temperatura média de 23,4°C que varia entre 28,6°C e 19,6°C, com período chuvoso entre abril e junho. Para além dos dados estatísticos, esta cidade é conhecida na região por sua fama de hospitaleira e acolhedora.

**Figura 1-** Mapa da Bahia





**Figura 2-** Região do Vale do Jiquiriçá



Fonte: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4723-pesquisa-da-ufrb-desenvolve-mapas>

A história da fundação desse município está atrelada a fatores religiosos, especificamente, católicos, como tantas outras cidades que se originaram como um:

[...] culto dos antepassados que agrupou família à volta de um altar. Daí a primeira religião, mas também a propriedade estabelecida, a ordem fixa da sucessão. Depois a crença alargou-se e, da mesma forma e ao mesmo tempo, associação. A medida em que os homens sentem que existem para eles divindades comuns, vão se unindo em grupos cada vez mais extensos. As mesmas regras encontradas e estabelecidas para a família aplicam-se sucessivamente à pátria, à tribo, à cidade (BARROS, 2012, p.15).

Para entender sobre a formação desse município, faremos uso de dois memorialistas. O primeiro deles é o Pe. Gilberto Vaz Sampaio<sup>7</sup> que foi pároco dessa comunidade em meados do século XX e se baseou nos livros de Tombo da Paróquia de São Miguel Arcanjo para escrever um livro registro sobre a fundação, emancipação e demais acontecimentos ligados à Igreja Católica na cidade. Outra fonte é o registro de Dr. Ismar Araújo Vilas Boas<sup>8</sup>, médico e filho de um político influente na região, Ademário Vilas Boas, prefeito por seis vezes dessa cidade. Este último registro baseia-se numa pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia e a coleta de depoimentos de moradores mais velhos, assim como relatos do próprio autor acerca do que viu e viveu no entorno político e familiar.

Ambos os registros falam de um “Caboclo” que passou pela região, em meados do século XVIII, pedindo ajuda para festejar o santo São Miguel Arcanjo, na Vila de Jaguaripe.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Paróquia de São Miguel Arcanjo:** antes da criação da diocese de Amargosa 1823-1942. São Miguel das Matas. Relato memorialista sem publicação e sem data de produção.

<sup>8</sup> VILAS BOAS, Ismar Araujo. **O livro do Tombo: a história de São Miguel das Matas e do seu povo.** São Miguel das Matas. Livro de memórias sem publicação e sem data de produção.

Por ser uma pessoa desconhecida, os moradores da Vila não ofertaram ajuda, sugerindo que o “Caboclo” retornasse à sua Vila e trouxesse a imagem do referido santo, a fim de que pudessem confirmar a veracidade da promessa. Durante o retorno à Vila de Jaguaripe, o “Caboclo” foi acometido de varíola, o que o levou a óbito. A partir desse fato, o “lugarejo” passou a ser chamado de São Miguel da Aldeia, em referência ao santo e as leis de proteção das aldeias da época.

Após a saída do caboclo, dois fazendeiros da região iniciaram a construção de uma capela dedicada ao Arcanjo Miguel. Providenciaram a vinda de um sacerdote com a função de capelão<sup>9</sup>, conforme o costume da época. A presença de um capelão e sua ação administrando sacramentos atraía muitas pessoas que buscavam atendimento religioso. Logo iniciaram a construção de moradias para abrigo para quem residia à distância e vinham para as festas religiosas. Outros estabeleceram moradias fixas e casas comerciais para abastecer moradores e visitantes.

A partir de janeiro 1881, com a chegada do Pe. Manoel Pompílio Rodrigues da Silva, inicia-se um movimento que buscava a autonomia política para a Vila de São Miguel. Esse movimento conta com o apoio dos moradores e também de grandes proprietários de terras da região, inclusive o senhor Eduardo Augusto da Silva, fazendeiro da região e prefeito de Santo Antônio de Jesus, que usa de seu prestígio político para ajudar na causa.

Em 1891, dois anos após a proclamação da república, o município foi emancipado e a partir do mês de junho, e no dia 08, começou a sua administração autônoma com o nome de São Miguel das Matas, homenagem ao santo que está ligado a origem da vila e as matas que eram abundantes na região.

O Governador Dr. Jose Gonçalves, 5º governador da Bahia, alcançando a sua instalação no dia 08 de junho, dia mesmo da inauguração festiva da Ramal da Estrada de Ferro São Miguel - Amargosa, presente em São Miguel, o governador, desmembrando-se do município de Santo Antônio de Jesus, através do Decreto de 01 de junho de 1891: “Atendendo a solicitação do Intendente municipal de Santo Antonio de Jesus e uma petição dos moradores anexa em data de 21 de maio d 1891, elevo à categoria de Vila a Freguesia de São Miguel”. (SAMPAIO, [19--], s.p.).

---

<sup>9</sup> Capelão é o padre responsável pelo serviço religioso de uma capela, que é uma igreja pequena, que pode fazer parte de uma paróquia ou estar dentro de uma propriedade particular, como uma fazenda, ou de uma área pública, como um hospital ou quartel.

### 3.2 CAMINHANDO PELAS RUAS MIGUELENSES E EXPLORANDO SUA TOPONÍMIA

A cidade se constituiu como um espaço importante na vida do homem moderno, isso porque é nela que ocorrem as mais diversas atividades cotidianas e por esse motivo não se pode compreender o espaço urbano como uma porção do ambiente composta apenas de construções e ruas que não visam interferir na vida material e imaterial daqueles que se relacionam com elas. Dito isso, há uma reflexão de que as cidades podem ser compreendidas como uma construção humana planejada e por mais que se diferenciem entre si, por tamanho, nome, localização, clima, entre outros fatores, essas possuem elementos comuns que são frutos diretos da coletividade.

Um desses primeiros elementos corresponde ao fato de que essa é uma forma da dominação da coletividade sobre a natureza; essa dominação resulta num espaço urbano organizado, possuindo diferentes dimensões que vão além da organização territorial, entre elas pode-se destacar a política e a simbólica.

Desse modo, é possível entendê-la como um ambiente propício a produção de mitos e símbolos devido à grande rotatividade de grupos e indivíduos que são características das cidades contemporâneas, para tanto, essas possuem diferentes espaços decorrentes da rotatividade de grupos e indivíduos que transitam, ocupam e relacionam-se formando imagens do espaço e transformando-os de acordo com a imagem e relação feita com eles. (ANDRADE, 2020, p.84).

É nesse jogo de poder e influências de grupos dominantes que vão se sobrepondo no cenário político dos que elegem como relevantes às homenagens, que as ruas vão recebendo nomes e perpetuando memórias, ao mesmo tempo em que essas mesmas vielas podem ser apelidadas por uma parcela da população que não vê sentido ou representatividade na nomeação oficial estabelecida. É sobre esse viés que estudamos a cidade de São Miguel das Matas, os nomes lembrados e os esquecidos.

Desde os primórdios da humanidade que os seres humanos dão nome a tudo que está em seu entorno. Em um dos livros mais antigos que temos conhecimento, a Bíblia, o evangelista João em seus escritos traz um pouco dessa ideia quando nos diz que no começo a Palavra já existia, a Palavra estava no mundo, e o mundo foi feito por meio dela (Bíblia Sagrada, João 1, 1-5). Os anos se passaram desde esse relato nas escrituras bíblicas, mas, a importância das palavras e do ato de nomear permanecem em nossa sociedade. Aqui não mais a Palavra que se torna o Cristo, mas a extensão de poder de uma determinada classe social que escolhe, seleciona e nomeia ruas, praças e avenidas numa demonstração do que é considerado relevante para uma determinada comunidade.

Topônimos são nomes de lugares e nomear lugares é uma atividade muito antiga. Relatos históricos, como mapas, diários de bordo e/ou relatos bíblicos já registram nomes de países, regiões, reinos, montes, planícies, cidades. A localização espacial é inerente à vida humana. Saber onde se está ou aonde se quer chegar ou de onde se partiu, é, muitas vezes, um conhecimento importante, não raras vezes, essencial à própria sobrevivência. O topônimo, portanto, tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando o povo esquece a motivação toponímica, que se torna opaca através dos tempos.

Essas escolhas são indicativos importantes da cultura, da história e da linguagem de uma comunidade. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens e das mulheres. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa conhecer essa cidade e reconhecer os seus valores. Dick assinala que os topônimos são

[...] frutos da mentalidade dominante, costumam recobrir características que remetem a homenagens por vezes servis, fato não estranho aos primeiros descobridores, navegantes, ou exploradores de território desconhecidos, aos governantes, sejam reis, imperadores, presidentes políticos dos atuais sistemas, incluindo-se aí até a gama variada do universo familiar. (DICK, 1987, p.99).

Nomes assim constituídos evidenciam uma relação dominante/dominado, ou melhor dizendo, o poder do mando e da sujeição, mesmo nas regiões em que o exercício de autoridade não se define pelo contínuismo ou pela transmissão hereditária.

Na busca de conhecer os agentes motivadores sobre o uso das palavras no ato de nomear ruas, direcionamos esta pesquisa à cidade de São Miguel das Matas com o intuito de descobrir os nomes em seus caminhos, os sujeitos que foram homenageados nessas jornadas, os/as que foram esquecidos/as, e ainda, questionar o que essa comunidade elege como referência nessa seleção de nomes e personagens. Tendo em vista que as escolhas de personagens para dar nomes às ruas devem ser entendidas como construções simbólicas, realizadas sob o controle de grupos sociais e políticos locais, muitas vezes não encontram correspondência na memória coletiva dos munícipes.

A definição da toponímia não raro é vista como atividade menor dos legisladores e dos administradores públicos. Trata-se, não obstante, de importante mecanismo da construção da memória histórica, pois seleciona personagens ou fatos que devem sobreviver na lembrança coletiva, vinculando-os a logradouros públicos (DIAS, 2000, p.17).

Embora a nomeação de ruas, vielas e praças seja uma das atividades menosprezadas entre os/as legisladores/as e agentes públicos, trata-se de importante mecanismo de construção da memória histórica, visto que se elege um/a personagem ou um fato para ser eternizado na lembrança coletiva.

Dependendo da abrangência do nome que será estampado na placa, investe-se na composição da memória municipal ou nacional: é na disputa pela definição de datas, símbolos e cerimônias comemorativas que começa a se delinear o caráter culturalmente arbitrário, histórico, social e politicamente construído da nação (DIAS, 2012, p.161).

Nosso processo de construção da memória social é associado às lembranças vinculadas a monumentos e lugares específicos da cidade em que vivemos. Portanto, o processo de nomeação de ruas, avenida e bairros pode indicar representações de mitos fundadores, marcos identitários e referências culturais urbanas. Assim como os esquecimentos, os silêncios e as ausências de determinados sujeitos são igualmente reveladores. Reginaldo Dias nos acrescenta que os estudiosos dessa temática destacam que essa ‘tradição’ tem sido tomada como uma prática pedagógica, um meio de lembrar fatos, negar episódios, enaltecer personagens ou relegá-los ao esquecimento (DIAS, 2012, p.161).

Vale ressaltar que o significado, ou o próprio nome do logradouro não é autoexplicativo aos/as cidadãos/ãs e passantes, para os quais muitas vezes se trata apenas de mais uma placa, velha ou nova, na rua ou em alguma praça; quando há placas e quando são observadas. Sem um debate ou um chamamento, corre-se o risco do apagamento de uma memória que deveria ser coletiva, daí a relevância em se trabalhar tais propostas nas escolas em nosso país.

Em São Carlos, sem o debate público, havia o risco de a população desconhecer quem foi Sérgio Fleury ou até mesmo D. Hélder Câmara. Com o passar do tempo, o risco do esquecimento volta a se acentuar. Para que a homenagem atinja seus objetivos, demanda-se o acompanhamento de outros processos de formação e educação (DIAS, 2012, p.162).

Posto essas questões, compreendemos que o ato de nomear um espaço público é uma das possibilidades de que a personagem homenageada não venha a ser completamente esquecida fora dos círculos especializados. Uma vez formalizada, ela tem o potencial de incorporar fatos e personagens históricos em dados da vida cotidiana: “os elementos da paisagem urbana e sua visualidade permitem que os transeuntes interpretem, no campo simbólico ou cognitivo, imagens, memórias e histórias da cidade ou do país” (PELEGRINI, 2008, p. 218). Como a “história é filha de seu tempo”, a prática de escolha dos/as

homenageados/as é influenciada pelos critérios de relevância de cada época. No entanto, a relevância que um período atribui aos fatos e personagens históricos pode ser revista em um outro momento.

Mesmo nomes consagrados em dado momento, daqueles que costumam ser homenageados em todos os quadrantes do país, sujeitam-se à reavaliação de seu papel histórico. Em contrapartida, personagens antes menosprezados ou desprezados podem ser redimensionados. Lembrança indigesta na época da monarquia, Tiradentes foi ungido a herói nacional no período republicano, um século depois de ter sido executado em praça pública (DIAS, 2012, p.162).

Em São Miguel das Matas, assim como em um grande número de cidades brasileiras, existe uma rua/avenida que homenageia Getúlio Vargas, sendo essa uma das mais antigas ruas deste município e foi batizada com o nome desse personagem do Brasil republicano da primeira metade do século XX. Embora essa avenida receba outras nomenclaturas mais populares como *Estação* ou *Obrigo*, oficialmente é assim que ela se chama. A primeira definição por ser este o caminho cortado por uma linha férrea, hoje já desativada. A segunda nomenclatura, segundo Italino Camilo dos Santos, porque essa linha férrea disponibilizava de uma casa de máquinas que servia de abrigo para peças de manutenção para o trem, com o passar do tempo e a desativação da ferrovia a casa de peças foi destruída, mas na memória popular a casa abrigo passou a ser nome afetivo para a rua e assim é conhecido o “Obrigo”.

Alguns nomes de logradouros em diversas partes do Brasil existem apenas no papel da legislação, já que a comunidade que vive em seu entorno se utiliza de outros topônimos no cotidiano e, de certa forma, não se identificam com o nome “oficial”. Entende-se então, que a identidade é um complexo mosaico de relações entre o sujeito e o mundo, no qual, tem no lugar e no território suas maiores expressões. Neste caso específico, pode-se ainda relacionar a substituição do nome de Vargas por ser ele uma figura desconhecida de uma população pouco escolarizada e que, portanto, configura-se como um nome de pouca relevância social para os/as moradores/as. Além disso, as ruínas da antiga estação ferroviária não permitem que os/as moradores/as esqueçam que por ali passou o trem.

Ao contrário do que concebe o senso comum, o passado se modifica. Não, evidentemente, o ocorrido, mas o que se sabe e como se interpreta o que aconteceu. Isso leva a disputa pela memória a se reproduzir em todos os meios, incluindo os nomes de ruas. Essa revisão de sentidos e de referências faz parte, não há dúvida, da luta social pelo presente e de sua relação com um passado vivo. A memória é, afinal, o suporte da identidade (DIAS, 2012, p.162).

Ao analisar a nomeação das ruas de São Miguel, aparecem alguns temas importantes para serem abordados. Um deles é o fato de o município possuir duas ruas com nome de santos católicos, o Bairro Nossa Senhora da Esperança e a Rua de São Roque, tendo em vista ser essa a religião predominante na cidade. O atual Bairro da Esperança é popularmente conhecido como Onha, nome comum inclusive em outras cidades da região próxima, como no município de Muniz Ferreira, esse bairro foi renomeado no ano de 1998, período em que legislava Maria Yolanda Dantas Sampaio, membro de pastorais da igreja católica, na Câmara de Vereadores.

Não há nenhuma data histórica homenageada nesses caminhos e os nomes femininos aparecem, apenas, em três locais, Praça Maria Magdadena, Praça Analtide Cardoso e Rua Oclenidia Vilas Boas, num universo de trinta nomes masculinos. A explicação, possível, é de que as leis que selecionam e nomeiam os logradouros municipais saem da Câmara Municipal, órgão de predominância histórica também masculina, que centra as homenagens a seus pares, homens, brancos, não religiosos e socioeconomicamente bem sucedidos.

Tudo é homenagem, culto à personalidade do indivíduo, sacralização em vida de um procedimento que os modernos institucionalizaram como medida *post-mortem*. Nomes assim constituídos destacam a relação dominante/dominado, ou melhor dizendo, o poder do mando e da sujeição, mesmo nas regiões em que o exercício de autoridade não se define pelo continuísmo ou pela transmissão hereditária (DICK, 1996, p. 30).

No esforço para compreender a seleção de nomes e de figuras públicas para homenagear nos logradouros miguelenses, buscamos a representatividade de grupos. No entanto, essa seleção nos revela muito da pressão social, da coerção que o próprio sistema impõe aos seus membros. A organização coletiva que conduz as relações dos indivíduos entre si, trata-se de uma rede semiótica de tensões e conflitos que se tornam a face visível do topônimo, no momento da doação. Assim, em função do dominante, definem-se situações reveladoras, pelos nomes empregados, de poder, autoridade, opressão; e, no plano do dominado, submissão, obediência ou acomodação.

A noção de “território utilizado” proposta por Santos (2001, p. 247) nos parece reveladora de processos de identificação próprias dos sujeitos, já que o território por si só não diz nada, mas é o seu uso que gera reconhecimento e dá valor ao espaço. É por isso, por exemplo, que alguns nomes de logradouros no Brasil existem apenas no papel da legislação, já que o grupo se utiliza de outros topônimos no cotidiano. Então, a identidade é um complicado mosaico de relações entre o sujeito e o mundo, no qual, têm no lugar e no território suas maiores expressões (REVEL, 1998, p. 18).

O processo de formação da identidade de uma cidade se dá, principalmente, da tríade lugar-topônimo-habitante, traduzindo-se como intercessão entre o sujeito e o contexto de seu cotidiano. O local em que mora com a sua família, sua relação com seus vizinhos e amigos, os ambientes que frequenta (escola, trabalho, igreja, etc.), tudo isso faz parte da construção da personalidade e da identidade de um indivíduo ou de um grupo. A rua é o primeiro espaço com que as pessoas se deparam ao sair de casa. Em relação a alguns locais, essa pequena porção do espaço não pode ser entendida apenas como um lugar de passagem de pessoas ou de veículos. As ruas, em algumas circunstâncias, apresentam uma série de significados, ao mesmo tempo em que separam, podem unir, geram encontros; são utilizadas de várias maneiras, o jogo de futebol, as festas de rua, as manifestações da cultura popular, as procissões religiosas, as manifestações político-partidárias; tudo isso acontece por essas vias que cortam e costuram as cidades.

Nesse contexto, os topônimos assumem uma função essencial, - a de identificação para o grupo que se utiliza deles. Os personagens que nomeiam as ruas miguelenses apresentam uma forte relação de subjetividade com esse grupo, havendo uma significação, uma relação de complementaridade entre o lugar e o habitante, mediada pelo topônimo.

A nomeação dos lugares é um traço cultural inconfundível, mas é também uma estratégia de poder. Ela é uma prática social e uma prática discursiva. Para Tuan (1975 apud LEITE, 1998. P. 12), “dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização”. Como já foi mencionado, o topônimo é um alicerce na construção de identidades e por mais que alguns nomes tentem se manifestar por imposição, seu uso implica certo consentimento (REVEL, 1998, p. 21).

O ato de nomeação dos logradouros, seja pelos/as habitantes do lugar ou pelos que estão no poder, nos ajudam a compreender mais sobre a história local e assim preservar e/ou questionar uma memória. Pierre Nora, ao diferenciar memória e História, forja o termo “lugares de memória”, que são como restos, resquícios de um passado que deve ser cristalizado em formas, como monumentos e símbolos. Para Nora, os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há uma memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações (...), pois, sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).

Dar nome as ruas de uma cidade é também impregná-los de cultura e de poder. A cidade é um local onde se inscrevem essas marcas do poder, ela é como um palimpsesto; cada demolição, cada nome de rua ou praça que se foi, ressurgem pela lembrança, ou se revela através de um signo que permanece capaz de fazer aflorar, de recompor na memória o que foi.



### 3.3 MEMÓRIAS DOS MIGUELENSES: QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE NOMEIAM AS SUAS RUAS

O quadro produzido abaixo buscou sistematizar os nomes atuais oficiais e populares das ruas da cidade de São Miguel das Matas.

**Quadro 1 - Toponímia miguelense**

Nomes das ruas de São Miguel das Matas		
Nome oficial	Nome anterior	Nome popular
Avenida Getúlio Vargas		Estação/Obrigo
Avenida Jonival Lucas		
Loteamento Jardim das Hortênsias		Condomínio de Ismar
Praça Ademário Vilas Boas / Praça Antonio Souza Andrade		
Praça Anatildes de Jesus Cardoso		Triângulo
Praça Maria Magdalena		
Praça Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio		
Praça Orlando Spínola		
Rua Agapito Quadros		
Rua Alto São Miguel		Portelinha
Rua Augusto Vieira	Frederico Costa	Rua do Fogo
Rua Cônego Pompílio		
Rua da Embasa		
Rua Dionizio Borges dos Santos		
Rua do Cemitério Velho		
Rua Dr. José Gonçalves		Baixinha
Rua Duque de Caxias		Tabuleiro
Rua Ernesto José da Silva		
Rua Evaristo Costa Sampaio		
Rua Ivo de Jesus		
Rua J. J. Seabra		
Rua João Espetor		
Rua João Ferreira de Brito		

Rua Manoel Rufino		
Rua Manuel Pompílio Andrade		
Rua Marechal Castelo Branco		
Rua Oclenídia Vilas Boas		
Rua Rui Barbosa		Onha
Bairro Nossa Senhora da Esperança		
Rua São Roque		

**Fonte:** produzido pela autora.

Passeando pelas vielas de São Miguel das Matas nos deparamos com 30 caminhos que se cruzam e se complementam. Passagens essas que abrigam passeios, trajetos de trabalho, escolar, ou simplesmente o roteiro cotidiano de ida a igreja, ao supermercado, ao posto de saúde, ao cartório, etc.

Caminhando por essas ruas nos deparamos com 30 nomes, entre eles, 14 miguelenses (Ademário Vilas Boas, Antonio Souza Andrade, Agapito Quadros, Augusto Vieira, Dionizio Borges dos Santos, Ernesto José da Silva, Evaristo Costa Sampaio, Ivo de Jesus, João Espetor, João Ferreira de Brito, Manoel Rufino), tendo três mulheres entre estes homenageados (Anatildes de Jesus Cardoso, Maria Magdalena e Oclenídia Vilas Boas) e duas homenagens a santos católicos (Nossa Senhora da Esperança e São Roque). Há também homenagem a dois padres que por essa cidade estiveram durante sua vida sacerdotal (Manuel Pompílio Andrade e Gilberto Vaz Sampaio); dois presidentes da república foram lembrados (Getúlio Vargas e Marechal Castelo Branco), um ministro (Rui Barbosa), um governador do estado (J. J. Seabra), dois deputados (Jonival Lucas e Orlando Spínola) e o patrono do Exército Brasileiro (Duque de Caxias).

Dentre os miguelenses homenageados, nos chama a atenção o nome de políticos que exerceram mandatos municipais como prefeito, Ademário Vilas Boas (prefeito por seis mandatos) e Antonio Souza Andrade (prefeito por três mandatos) e também como vereador, Dionizio Borges dos Santos. A praça que homenageia os ex-prefeitos é um espaço de disputa simbólica, pois foi batizada de Praça Ademário Vilas Boas, quando o prefeito, Reinaldo Andrade Sandes, seu afilhado e sucessor político, exercia sua gestão como administrador do município. No entanto, em junho de 2008 houve uma recomendação do Ministério Público do Estado de que se cumprisse a Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, a qual:

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art 1º - É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta. (BRASIL, 1977).

Após a recomendação, a referida praça foi renomeada com o nome de Antonio Souza Andrade, também ex-prefeito, pertencente ao mesmo grupo político e tio do prefeito mencionado acima. Apesar da troca de nomes, continua sendo homenageado políticos do mesmo espectro de quem estava no poder, naquele momento.

**Figura 3** - Lei renomeando logradouro em São Miguel das Matas

**PREFEITURA**  
**São Miguel das Matas**  
 NASCE A ESPERANÇA

Rua Marechal Castelo Branco, 02 - CEP: 44.580-000 - São Miguel das Matas -Ba.  
 CNPJ.: 13.825.500/0001-04 - Telefax: (0\*\*75) 676-2141

**LEI Nº 133 de 04 de junho de 2008**


**"REDENOMINA LOGRADOIRO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DAS MATAS-BA."**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica redenominada Praça Antonio Souza Andrade, o logradouro público atualmente denominado Praça Ademário Vilas Boas, situada na sede desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel das Matas – Ba., 04 de junho de 2008.

 \_\_\_\_\_  
 Reinaldo Andrade Sandes  
 Prefeito Municipal

PUBLICADO EM MURAL EM 04/06/08

*Maria Goreth B. Santos*  
 FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO  
 NOME COMPLETO: MARIA GORETH B. SANTOS  
 CADASTRO FUNCIONAL: 073

Fonte: Lei municipal 133/2008; arquivo da Câmara de Vereadores.

Há também as ruas batizadas devido a sua localização espacial, como é o caso da Rua do Cemitério Velho e outras que por abrigarem prédios públicos com relevância para os munícipes, a Rua da Embasa. E há ainda a rua que se destaca por destoar da tradição de nomes próprios, o Loteamento Jardim das Hortênsias, surgido com o propósito de se tornar um condomínio fechado, mas que foi entregue ao município como rua para se beneficiar das obras de calçamento.

Nesse trilhar por nomes de logradouros miguelenses, nossa memória é reforçada e referenciada por diversos pontos que validam nossas lembranças individuais e coletivas. Nesse contexto, o nome de ruas, praças e avenidas da cidade que habitamos pode, ou deve, nos levar a visitar valores de uma sociedade em determinada época, ou pelo menos o que foi escolhido para se perpetuar na memória cidadina.

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (POLLAK, 1989, p.3).

A memória coletiva se constitui como um espaço de adesão afetiva de um grupo, um espaço comum a diversas classes sociais, espaço de diluição dos conflitos, “longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica” (POLLAK, 1989, p.3). Nesse contexto, esta pesquisa busca compreender as rememorações na toponímia miguelense, conhecendo os/as personagens homenageados, mas também os/as marginalizados/as, os/as excluídos/as, os/as que só podem ser apresentados através da memória dos indivíduos que habitam essa cidade.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p.8).

Dito isso, faz-se necessário compreender que ao se trabalhar com a memória individual e/ou coletiva é preciso estabelecer as devidas diferenças entre esta e a história. Embora as duas concepções se vinculem ao estudo do passado, distinguem-se na medida em que a memória vincula-se ao experimentado individual e/ou coletivamente, reservando-se o direito de escolher mais ou menos voluntariamente o que deseja lembrar e o que necessita esquecer, enquanto que

a história precisa se preocupar não só com os usos e a manutenção das lembranças herdadas, como também, e, sobretudo, deve buscar as lembranças esquecidas, para descrevê-las, explicá-las e questioná-las.

A História “consiste na escolha e construção de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocações de lembranças” (LE GOFF, 1988, p.109). As memórias, no entanto, não devem ser confundidas com a História. Elas existem para serem evocadas, recuperadas e confrontadas com a realidade posta.

### 3.4 A CIDADE COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

Ainda que a memória individual e/ou coletiva dos/as miguélnenses deva ser prestigiada nos processos de ensinar e aprender História como ponto de partida para a construção do pensamento histórico, uma vez que nela se constitui a base de conhecimentos prévios dos estudantes,

o ensino de história deve ter como parte essencial de suas preocupações o processo de produção das recordações, relatos e transmissões do passado, auxiliando-os a desenvolverem habilidades de pensamento e ferramentas conceituais para evitar as naturalizações deste passado e a recepção acrítica das tradições herdadas. Nessa perspectiva, é necessário problematizar a memória coletiva, questionando, a partir dos seguintes elementos: Quem construiu essa memória? Por que ela foi preservada? Por que determinado documento ou objeto foi guardado e não outro? (CAIMI, 2010, p.75).

Nos recentes debates sobre o ensino de História, surgem várias possibilidades de estabelecer relações entre o estudo das trajetórias locais e/ou regionais e os processos de formação de identidades sociais. Relações estas que propõem superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades passadas, a locais distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequentam a escola brasileira não se identifica, e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco, as de seu grupo de pertencimento. Os estudos da história local e/ou regional podem ainda, contribuir para estabelecer diferentes formas de resistência aos processos de padronização e homogeneização culturais, promovidos pela dinâmica da globalização.

Acredita-se, assim, que os estudos de história local-regional, concebidos numa nova perspectiva, tal como indicam a Base Nacional Comum Curricular na área de História, possibilitam “que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a

compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia” (BRASIL, 2018, p. 40).

A cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (FLORÊNCIO, 2015, p. 27).

O espaço urbano de São Miguel das Matas, assim como todas as outras cidades brasileiras, enquanto um espaço de construção humana vital e historicamente construída pode, e deve vir a se converter, sob o ponto de vista educativo, como um poderoso instrumento para a compreensão de permanências e transformações, continuidades e discontinuidades históricas, testemunha material da presença simultânea de diferentes passados.

Em seus estudos, Miranda e Blanch (2013, p.65) usam o termo “palimpsestos urbanos”, representação de uma boa metáfora para identificar a cidade enquanto um pergaminho sujeito a várias escrituras e vários apagamentos. A construção e a reconstrução, assim como usos e esquecimentos dos espaços públicos na cidade, se tornam pontos para debates de práticas educacionais, culturais, cidadania e democracia.

A potência da utilização do espaço urbano como ambiente educativo está na diversidade de possibilidades de análises e estudos. A depender do recorte que se faça para apreciação, temos contato com vários passados, vários presentes e, conseqüentemente vários futuros. Tais práticas educativas constituem um território de futuros possíveis e por isso mesmo um espaço privilegiado para a aprendizagem da prática democrática. O espaço citadino projeta-se, nessa perspectiva, como um espaço preñado de conexões envolvendo múltiplas temporalidades e experiências sociais, assim como múltiplas possibilidades de rememoração.

Educar com, na e pela cidade potencializa a emergência de uma consciência do tempo presente. A cidade, assim como outros espaços de aprendizagem como museus permitem que façamos reflexões sobre o tempo presente, a atualidade. E não se fala aqui de espaços oficialmente considerados como históricos, mas todo e qualquer lugar onde haja interações e presença de pessoas, onde se desperte sentimentos, memórias, relações simbólicas (MIRANDA; BLANCH, 2013, p.67).

As ruas, as praças, os bairros podem e devem ser incluídos como ambientes educativos, como um espaço aberto à problematização do presente, à contestação da vida, à reflexão acerca da pluralidade das experiências humanas e marcas temporais que nos são dadas no presente.

“Educar com, na e pela cidade permite, ainda, a ativação de uma consciência sobre o passado” (MIRANDA; BLANCH, 2013, p. 69).

Para além do que se estuda na seleção de conteúdos preestabelecidos por série/ano, ou vistos em livros didáticos, as aulas de campo, as visitas a espaços públicos evidenciam as marcas do tempo deixadas pela cidade e que são visíveis, tangíveis e, portanto, mais significativas do ponto de vista de uma consciência histórica.

A cidade, enquanto construção humana, existe há milhares de anos. Mudou muito, desde suas origens, até os dias de hoje, mas a sua missão primordial, segundo Aristóteles é que ‘a cidade existe para permitir o bom viver’. Nessa tarefa, infinitas são suas potencialidades educativas e tanto mais serão fortalecidas quanto mais nós, educadores, avançarmos na condição de repensar aquilo que pautara a reflexão de Paulo Freire (1999) acerca da dimensão educadora presente no espaço urbano: quem educa quem?

As seqüências didáticas que envolvam o espaço citadino devem ter em vista as diferenças materializadas ou expressas nas diferentes práticas urbanas, como por exemplo, seus monumentos, a toponímia, as construções e também seus vazios; pressupõem, para os espaços educativos escolares, uma intencionalidade didática voltada ao desenvolvimento de um trabalho de educação do olhar. Nesse sentido, olhar para uma placa em rua abre a possibilidade de interrogá-la de muitas maneiras: quem é este/a personagem? Por que foi homenageado/a? Há quanto tempo esta rua foi nomeada? Quem decidiu homenageá-lo? Os/as moradores/as desta rua conhecem esse/a personagem? Quem poderia receber uma homenagem assim? O que essas escolhas nos ensinam? Nessa construção, as narrativas sobre um monumento ou uma rua podem engendrar a relação dos objetos estudados com as pessoas.

Numa primeira reflexão, já podemos verificar que sempre devemos prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza (LEMOS, 2013, p. 10).

A relação estabelecida entre os indivíduos e os objetos estudados, principalmente no caminhar pelas ruas dos municípios, nos leva a refletir sobre as diversas formas de pensar a educação com, na e pela cidade. Dessa relação surge o conceito de “Cidade Educadora”<sup>10</sup>. A

---

<sup>10</sup> O conceito de cidade educadora é proposto em 1972 por Edgar Fauré (e outros) na obra coletiva *Apprendre à être* (Unesco, 1972). Cidades Educadoras começou como um movimento, em 1990, com base no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, quando um grupo de cidades representadas por seus governos locais, pactuou o objetivo comum de trabalhar juntas em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, a partir da sua participação ativa na utilização e evolução da própria cidade e de acordo com a carta aprovada das Cidades Educadoras. Mais tarde, em 1994, o movimento foi formalizado como o III Congresso Internacional em Bolonha.

importância, inclusive internacional, do conceito e projeto de Cidade Educadora, que desde a década de 1990 foi formalizado e implantado por diversas cidades chama a atenção e nos convida a refletir sobre a forma como a educação se apresenta, na maior parte das vezes, separada da realidade da cidade. Daí a necessidade de buscar possibilidades de entendimento e práticas que possam contribuir para a educação na/pela cidade. Essa é uma proposta integradora da educação formal, não-formal e informal que se gera no contexto da cidade e se destina a todos os que a habitam; e também reveladora de um compromisso político, mas a toda sociedade organizada, a exemplo das famílias e às escolas, aos municípios, às associações, às indústrias culturais, às empresas e a outras instituições e coletividade. É necessário salientar que cabe ao poder executivo municipal aderir ao movimento e inserir a cidade como educadora, embora seja um movimento coletivo e de contribuições de vários setores da sociedade, há a necessidade de iniciativa do poder público municipal de inscrever seu respectivo município e aderir ao movimento das Cidades Educadoras.

Entende-se que a rua pode ser educativa quando trilha de ações coletivas, intencionais e identitárias de grupos que habitam e exploram pedagógica, política e culturalmente a cidade e seus múltiplos territórios (MOLL, 2008, p. 215).

Tais reflexões não caminham contrárias a escolarização social ou a minimização dos efeitos e possibilidades do trabalho escolar. Ao contrário, propõem uma abordagem que situe os espaços educacionais nas redes educadoras que se configuram no espaço da cidade e na própria cidade como espaço possibilitador de aprendizagens, portanto, numa abordagem que situe rua e escola como territórios educativos complementares, como pano de fundo a ideia da reconceitualização da esfera público-governamental como instância educadora.

O ensino de História entra nesse panorama de educação na/pela cidade através da História local que, assim como anunciam Cainelli e Schmidt (2009, p.137), sofre um descaso devido à influência de outras áreas e outros profissionais que escrevem a História das localidades; descaso esse que influencia também a ausência do ensino dessa História local.

Para Miranda e Blanch (2013, p.67), “a cidade se constitui como um espaço aberto à problematização do presente, à contestação da vida, à reflexão acerca da pluralidade das experiências humanas e marcas temporais que não são dadas no presente”. Questionar a realidade em que se vive é o ponto central para desenvolver uma abordagem historiográfica da cidade, levando em consideração inclusive o fato de que o próprio ensino de História busca essa problematização, fruto das transformações na própria historiografia, quando tenta suprir a



concepção mecanicista da História, ou seja, a problematização no lugar da História pronta. Quando se questiona o presente, a realidade posta, a ordem predominante, as experiências, surgem possibilidades do olhar no espaço e no tempo. O que potencializa a noção consciente de presente, ou presentes e, compreender que existem diversos presentes, é também compreender que existiram diversos passados, o que dá o tom ativo que o ensino de História necessita.

Este olhar para a cidade, entendido aqui como uma ação intelectual dos sentidos, a compreensão, permite ler a mesma, como propõem Blanch e Miranda:

Ler a cidade significa observar seus códigos e as linguagens nela presentes, estabelecer relações entre linguagens, enunciados e atores sociais, comparar pontos de vista, compreender as operações de seleção, emitir julgamentos e posicionar-se acerca de seus acontecimentos. Significa, ainda, a possibilidade de reler, de produzir novos enunciados tendo em vista a dimensão de pluralidade inerente às múltiplas linguagens através das quais a cidade pode ser apresentada ou representada. A questão central nesse caso é pensar que, no interior do espaço da cidade emergem cotidianamente novos signos e mensagens que se convertem em informações, verdades e formas de conhecimento, em diferentes meios, o que projeta continuamente, para o desafio educativo, a tarefa de ensinar novos modos de ler aquilo que se dá a ler (BLANCH; MIRANDA, 2013, p. 68-69).

A ideia proposta na Carta das Cidades Educadoras<sup>11</sup>, entre outros aspectos, destaca a relevância em se construir e reconstruir os laços e vínculos entre as pessoas, fomentando uma convivência hospitaleira e amistosa, de ajuda mútua na formação da coletividade desenvolvendo assim, as potencialidades latentes e o uso adequado das aptidões de cada um/a. Isso se constitui como a construção do espaço público, como diálogo constante entre indivíduo e comunidade, entre direitos e deveres de todos os atores sociais, uma prática educativa ao longo da vida, que não só renove afinidades para a mobilidade laboral, mas, sobretudo, o exercício da cidadania. Como nos orienta Lana Mara de Castro Siman:

a potência educativa da cidade a partir de uma nova epistemologia da História, e de uma forma a ela articulada, sustenta a ideia de que a cidade é um texto a ser lido, como também um espaço e tempo que sejam experienciados com sensibilidade e astúcia. (SIMAN, 2013, p.17).

Com base nesse modelo político-cultural, pode-se afirmar que fazer uma Cidade Educadora é promover a participação dos habitantes num processo que se possa estabelecer a melhor educação possível.

---

<sup>11</sup> Documento elaborados no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve sede em Barcelona em novembro de 1990.

#### 4 TRILHAS DE APRENDIZAGEM

*“A memória pendura-se em lugares,  
como a história em acontecimentos”*

- Pierre Nora -

O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) prevê como parte integrante de nossa dissertação a produção de um material educacional que concilie as discussões teóricas com a nossa prática em sala de aula, que aqui chamamos de Solução Mediadora de Aprendizagem. Esse material tem como objetivo propor soluções para o Ensino de História, lapidar nossas práticas no cotidiano escolar, ampliar as possibilidades de fontes e metodologias e, conseqüentemente, refletir sobre o ensino de história nas escolas brasileiras.

Como educadora da rede básica de ensino, tenho a oportunidade de dialogar com colegas da área de Ciências Humanas e Sociais, semanalmente, nas reuniões de AC (Atividade Complementar). Segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), a Atividade Complementar se constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do/a professor/a, destinado/a ao planejamento e a organização de suas atividades a serem realizadas de forma individual ou coletiva. Para nós professores/as, essa atividade, além de ser estabelecida como um direito que faz parte do nosso trabalho, pressupõe o comprometimento de cada professor/a com o aprimoramento e a qualificação das atividades desenvolvidas na escola, tanto no que se refere ao planejamento específico do seu trabalho com a sua disciplina, como também na articulação coletiva com seus pares, em Áreas de Conhecimento, no esforço para a realização de um trabalho colaborativo e em prol do fortalecimento das aprendizagens dos estudantes.

Durante esses encontros tive a oportunidade de apresentar o rascunho desta proposta pedagógica, acrescentar pontos sugeridos pelos colegas, refletir sobre a viabilidade das atividades e, principalmente, discutir sobre a relevância dessa temática. Coletivamente, construímos vários projetos na escola, mas a rapidez com que corre um dia do educador da Educação Básica não nos permitiu, até aqui, a escrita de artigos, a criação de um portfólio ou outro registro que guardasse nossas iniciativas para tornar o espaço educacional como um lugar de pesquisa e de aprendizagem significativa. Portanto, esta dissertação e, em especial, esta proposta pedagógica, são frutos de construções coletivas do chão das escolas em que atuei e atuo, e desdobramentos de reflexões que fazemos na busca por uma educação de qualidade. Reflexões essas que foram amadurecidas e referenciadas graças às disciplinas, às professoras

que tivemos oportunidade de conhecer e aos(às) autores/as que fomos discutindo ao longo do curso de Mestrado.

Atualmente, leciono no Colégio Estadual Balbino Muniz Barreto, na cidade de Ubaíra/BA; cidade para a qual fui designada pelo Núcleo Territorial de Educação 09 (NTE-09) quando ingressei como funcionária efetiva no serviço público estadual, em 2019. E, embora a proposta que será apresentada tenha como cenário a cidade de São Miguel das Matas, este trabalho pode ser aplicado em municípios diferentes, desde que se façam as adequações necessárias. A escolha em desenvolver esta proposta numa cidade diferente da que atuo profissionalmente se dá por motivos afetivos e por realização profissional também. São Miguel das Matas é o município em que resido desde a infância, e são nos caminhos que aparecerão no decorrer deste texto que transito cotidianamente; os substantivos próprios que nomeiam essas ruas, em alguns casos, são conhecidos e até vizinhos e/ou pais de amigos de infância. Para além desses fatores, esta é uma satisfação profissional em dar à minha cidade um trabalho que concilie a sua história com os seus valores, mostrando aos estudantes as pessoas por trás de suas placas e, principalmente, ouvir dos/as moradores/as os/as que foram esquecidos nessas homenagens. Refletindo, num processo que envolve estudantes, moradores e representantes políticos, sobre o ato de nomear, a preservação das memórias e a cidade como espaço que tem muito a nos ensinar, enquanto campo a ser explorado pelos transeuntes.

É válido destacar que a cidade de São Miguel das Matas não possui política pública ou projeto que envolva uma proposta de Cidade Educadora, Educação Patrimonial ou de ensino na/pela cidade. Isso faz com que esta proposta ganhe relevância devido ao seu caráter introdutório a essas concepções na cidade. A intenção é que outras possibilidades surjam a partir desta e, pensando além, que possa servir como incentivo para a criação de políticas públicas voltadas para essa perspectiva, ampliando o alcance deste trabalho.

Pode o caminhar pelas ruas, praças e avenidas da cidade de São Miguel das Matas estabelecer uma conexão entre memórias e o ensino de História? Foi essa pergunta que me fez ao me deparar com o desafio proposto pelo Mestrado Profissional de História (ProfHistória); pensar e planejar atividades educativas que pudessem contribuir com o ensino de História na Educação Básica. Poderia a história de cidades, como São Miguel das Matas, escrita através do diálogo entre as memórias, as lembranças e os esquecimentos, oferecer a alunos/as e professores/as oportunidades de aprender na/pela cidade? Quais são as ruas, os lugares, os personagens, as homenagens que marcam as memórias da população? Quem esses depoentes elegem como merecedores de homenagens? Que memórias foram esquecidas?

Quem são esses sujeitos que podem ajudar a nos perder em caminhos já traçados? O que eles nos dão a ver, escutar e refletir – mesmo sem ter a intenção de fazê-lo – ao narrarem sobre os *labirintos* da história da cidade? E de que forma o fazem, com que linguagem, com quais imagens, indícios, interjeições, silêncios e esquecimentos? (SIMAN, 2008, p. 242).

Nesta trajetória se constitui a possibilidade de narrarmos episódios da história da cidade, construída a partir dos depoimentos e das memórias de seus/as moradores/as. E esse mesmo convite se estende para pensarem nas possibilidades que se colocam pela escrita a respeito da história de outras cidades: da sua cidade, da cidade na qual habitam os seus alunos. Calvino diz que as leituras da cidade e de sua investigação histórica “não podem resumir-se ao jogo de economia ou às funções sociais de seus habitantes. As cidades possuem imaginários, cotidianos; são imprevisíveis, não-lineares” (CALVINO, 1990, p. 156).

No chão da sala de aula nós, professores de História, temos nos deparado com desafios, principalmente nessa realidade “pós-pandemia” em que os/as estudantes têm demonstrado uma maior dificuldade de concentração, e numa realidade em que o mundo aberto pelos aparelhos eletrônicos (smartphones) e suas distrações, são muito mais atrativos que a aula. Como nos alertam Moitinho e Pina:

o jovem gosta de ouvir história, de conhecer outras épocas e lugares, mas se interessa mesmo é pelo presente. Vive imerso na tecnologia digital, recebe infindáveis informações e processa um conhecimento fragmentado e superficial sobre a historicidade na qual foi criado, sobre os problemas que assolam o seu cotidiano e até mesmo sobre as suas escolhas enquanto cidadão, o que contribui muito pouco para a formação da sua identidade enquanto sujeito histórico (MOITINHO; PINA, 2019, p. 5111).

Refletindo sobre esses desafios nos surge a Educação Patrimonial como um campo de estudos que vem se constituindo como elo de aproximação entre Patrimônio e História Local com as atividades escolares. Não mais, ou somente, os prédios, os casarões, os museus, as estátuas, mas o que a sociedade define como relevante, valoroso para a comunidade na qual está inserido, que elenca como significativo para se estudar e/ou preservar, ou ainda, o que se propõe a mudar, nesse caso específico, o que se deseja renomear.

Os estudos sobre cidade, assim como o trabalho com a memória, têm contribuído para as práticas de história oral na escola. A história oral e as narrativas que ela nos oferece, fundadas na memória, possuem valores, limites e riscos; pontos estes que precisam nos manter vigilantes, contudo propiciam aos/às alunos/as perceberem a história como experiência. A história cidadina, narrada por seus moradores, parece-nos ser de enorme potencial para que os/as

estudantes reflitam sobre sua própria experiência histórica no lugar em que habitam, sobre suas responsabilidades no presente e na construção do futuro.

Por não se tratar de um tema formal, na distribuição dos conteúdos por série do Ensino Médio, esta proposta de trabalhar com a toponímia miguelense poderá ser aplicada fazendo adequações ao que é sugerido dentro do currículo prescrito, associado ao currículo da prática. “Para trabalharmos com história local, precisamos estar atentos ao currículo prescrito pelos órgãos administrativos, conhecer as possibilidades de intervenção que ele oferece, para que possamos encontrar o espaço de atuação sobre ele” (MOITINHO; PINA, 2019, p. 5114).

A história dos municípios, usualmente, é um conteúdo trabalhado nos primeiros anos do Ensino Fundamental I; nas demais etapas da Educação Básica esse tema não aparece. Daí a necessidade do professor em inserir tal temática dentro do seu conteúdo, visando à aproximação entre os estudantes e o ensino da História.

Quando não se nega a participação popular na construção da história, os jovens estudantes e os professores se veem como sujeitos históricos e compreendem a sua responsabilidade nas práticas políticas, sociais, culturais e econômicas que vigoram na sociedade da qual são protagonistas. Cientes de que o currículo prescrito pelos órgãos administrativos governamentais está imbuído das concepções do Estado, poderão praticá-lo devidamente adaptado à realidade local na qual se inserem (MOITINHO; PINA, 2019, p. 5114).

Há também a possibilidade de se trabalhar com projetos e um destes pode abordar a história do município, o que é comum para as escolas em datas comemorativas, como o aniversário de emancipação política. O relevante, neste caso, é que o professor torne o currículo um aliado em sua difícil tarefa de mediar os interesses das normas que regem a administração das escolas e produzem o currículo e as práticas sociais vividas por professores e estudantes dentro da escola, na sala de aula. Outra possibilidade é a de se trabalhar com esta sequência nas Eletivas<sup>12</sup> propostas pelo Novo Ensino Médio da Rede Estadual de Educação da Bahia, ou, ainda, como uma atividade direcionada nos Projetos Estruturantes. As Eletivas, segundo a Secretaria Estadual de Educação, visam à ampliação de conhecimentos nas áreas de interesse dos estudantes e/ou de relevância no cenário local, regional e territorial e em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade Escolar. Já os Projetos Estruturantes, implantados na Rede Estadual de Educação em 2012, tratam-se de experiências em políticas

---

<sup>12</sup> De forma genérica conceituam-se “Eletivas” como unidades curriculares, elementos com carga horária pré-definida cujo objetivo é desenvolver competências específicas, seja da Formação Geral Básica, seja dos Itinerários Formativos (BRASIL, 2018).

culturais com a juventude estudantil. E, dentro desses projetos, há o EPA (Educação Patrimonial e Artística).

O projeto Educação Patrimonial e Artística (EPA) deve avivar o debate e incrementar as práticas culturais nos campos da história, da arte, do patrimônio, da juventude e da democratização desses saberes e dos espaços históricos, com vistas à identificação do patrimônio baiano. (BAHIA, 2014, p. 33).

Os projetos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia pretendem “incrementar o desenvolvimento de ações essenciais para o exercício do direito à cultura, para a defesa dos valores históricos, artísticos e estéticos, para a formação de uma nova mentalidade cultural”<sup>13</sup> (BAHIA, 2014, p. 33). Nessa perspectiva, nos surgem vários questionamentos: quais são os valores históricos que devemos defender, a qual o conceito de patrimônio cultural possibilita o entendimento do tempo passado, presente e futuro? Quais são as experiências significativas – os acontecimentos culturais relevantes, os monumentos, os lugares (a escola, a casa, o bairro, a praça, a rua, a cidade) – que devem se constituir como parte de nossa memória, entendida como meio de pensar e viver a vida presente? Não é pretensão deste trabalho responder a tais proposições mas, apenas, refletir sobre as propostas colocadas pelo órgão que rege a educação em nosso estado frente a questões do Patrimônio Cultural.

Observar, selecionar e problematizar o patrimônio cultural de uma pequena cidade e, ainda, a sua utilização como instrumento metodológico de ensino, pode ser um importante mecanismo para se construir um novo olhar para os processos históricos, trazendo uma nova perspectiva para o ensino de História. Na medida em que as discussões em sala de aula passam a instigar os/as estudantes, dando a eles/as situações práticas e desafiadoras em que terão de problematizar a noção do próprio espaço em que vivem, partindo de situações concretas e cotidianas, esperamos que eles/as tirem o estigma que a história é a ciência que estuda o passado da humanidade; e compreendam que esta é uma área do conhecimento que estuda os sujeitos do seu tempo, inclusive eles/as próprios, com um olhar reflexivo sobre o passado.

As discussões acerca do Patrimônio, aliadas a temas formais (conteúdos históricos), propõem uma sala de aula que possibilite um processo participativo de escuta do que o nosso alunado compreende como construção social, e consiga fazer conexões dos acontecimentos nacionais e as influências que esses exercem em nossa realidade. No caminhar por São Miguel das Matas encontramos personagens do Império Brasileiro (Duque de Caxias), República

---

<sup>13</sup> Síntese dos Projetos Estruturantes. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/projetos-estruturantes> . Acesso em: 22 jul. 2022.

Varguista (Getúlio Vargas), Ditadura Militar (Marechal Castelo Branco), assim como cabeleireiros e contadores de histórias (João Ferreira de Brito), donas de casa (Anatildes Cardoso) e garis (Ivo de Jesus).

Conhecer o patrimônio local, observar as mudanças e o significado delas para os munícipes, levantar hipóteses a respeito do que se escreve ou se omite na história oficialmente divulgada, faz parte do processo de construção do pensamento histórico nos jovens. (MOITINHO; PINA, 2019, p.5118).

A toponímia e a história estão intimamente ligadas. Com o passar do tempo, novas cidades, distritos, bairros e ruas são criados, e seu surgimento evoca um novo acontecimento: a nomeação de tal lugar, o que demonstra que os topônimos acompanham a expansão territorial. Com isso, torna-se possível verificar que a toponímia anda em constante evolução. Assim, através do estudo toponímico, verificam-se elementos históricos e culturais de determinada região.

Encontram-se, dentro da Linguística, ciência que estuda a linguagem, as Ciências do Léxico. Estas se subdividem em Lexicografia, Terminologia e Lexicologia. Enquanto a primeira é utilizada na construção de dicionários, a segunda estuda termos específicos das ciências, em determinada língua; já a última estuda o léxico, ou seja, as palavras da língua. Inserida na Lexicologia, encontra-se a Onomástica, que estuda os nomes próprios. Esta divide-se em Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas) e Toponímia (estudo dos nomes de lugares). Portanto, entende-se por topônimo o nome atribuído a um determinado local, seja uma rua, bairro, cidade, praça, curso d'água, acidente geográfico. (FAGGION; MISTURINI, 2014, p.142)

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens e mulheres que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, “saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores” (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008, p. 278).

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem através da toponímia miguelense irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias que não foram homenageadas na nomenclatura das ruas, a coleta de dados, através da história oral, deve ressaltar a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante

das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à memória oficial, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Não é, portanto, objetivo desta proposta pedagógica reforçar valor e importância a nomes e sujeitos já perpetuados pela nomenclatura das ruas, mas refletir sobre o que propõe a Educação Patrimonial em sua busca por compreender “o patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local, considerando o olhar e as vivências desses” (SCIFONI, 2015, p. 200). Ainda nessa perspectiva esta proposta se constitui, também, como uma oportunidade de reconstruir um pouco da história municipal a partir da narrativa dos seus moradores, da busca documental e das conexões que se estabelecem com a história do país. Evidenciando, assim, para nossos estudantes, que os processos históricos são atrelados; os episódios que acontecem nos grandes centros e são narrados nos livros didáticos têm os seus desdobramentos em pequenos centros, como São Miguel das Matas.

Dentre as principais potencialidades da história regional/local se destaca a possibilidade de dar evidência a fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidade no âmbito da chamada “macrohistória” contribuindo, assim, para o conhecimento de múltiplas experiências históricas e o reconhecimento das diversas identidades que compõem a sociedade brasileira. (CAIMI, 2010, p.64)

Dito isso, apresentaremos, a seguir, uma sequência didática, que será desenvolvida em diferentes ambientes, partindo da escola, percorrendo caminhos pelas ruas miguelenses, fazendo entrevistas com seus moradores (familiares, vizinhos), conhecendo a função do Poder Legislativo, o contato com os documentos oficiais do município, elaborando projetos, propondo renomeações ou reforçando a importância de alguns já existentes e, por fim, a simulação de uma Sessão na Câmara de Vereadores em que apresentarão suas propostas, representando falas de seus munícipes e suas memórias.

A sequência didática será guiada por dois materiais: *Orientações pedagógicas*, destinadas ao/à professor/a, descrevendo o material a ser utilizado bem como orientações que possam ajudar na reflexão do tema; e *Caderno de registros*, direcionado aos/às estudantes para que possam ter contato com o material apresentado, bem como fazer anotações ao longo do desenvolvimento das atividades.



#### 4.1 CONHECENDO AS NOSSAS RUAS

A primeira atividade a ser desenvolvida será a apresentação inicial da proposta pedagógica que iremos desenvolver ao longo dos próximos encontros. Abordando o estudo da história local, na qual os/as moradores da cidade e os/as próprios/as estudantes se vejam representados, contribuindo para a diversidade nos estudos históricos que versam sobre a construção da sociedade. Para esta proposta,

[...] entendemos que a história local favorece esse exercício, dado que é do local que vemos o mundo, é no local que exercitamos a alteridade, que confrontamos memórias preservadas com outras silenciadas, que construímos e reconstruímos nossa identidade individual e coletiva. Enfim, no local o aluno tem grandes possibilidades de relacionar o passado com o presente vendo-se representado nesse processo histórico e de nele planejar o futuro, compreendendo-se como ser histórico (MOITINHO; PINA, 2019, p. 5125).

Neste momento de conversa, apresentaremos o Caderno de registros, material que acompanhará as nossas atividades durante este percurso. Em seguida, iremos retomar com os/as estudantes o que sabem sobre a cidade em que vivem, qual a história que se conta sobre ela, se consideram importante estudar sobre essa temática e o que a cidade nos ensina enquanto caminhamos por ela. Caso desejem, há um espaço reservado no Caderno de registros para escreverem livremente sobre essas reflexões.

Ao estudar uma rua, localidade ou cidade, dois conceitos são importantes segundo Siman (2008): o de “referências culturais”, que compreende objetos, práticas e lugares relacionados à construção de sentidos de identidades; e, também, o conceito de “lugares de memória”, segundo a autora associado ao primeiro conceito, descrito como o conjunto de referências culturais, lugares, práticas e expressões com um passado comum. Estes dois conceitos são importantes para basear a análise das vivências nas ruas visitadas, já que o trabalho envolve perceber a rua e sua nomenclatura, as lembranças e os esquecimentos.

O primeiro momento será o de sondar com os/as estudantes o nome da rua em que moram, questionando o que sabem sobre esses/as personagens. Juntamente com a sondagem, criaremos um mapa do trajeto que eles e elas fazem de casa para a escola, contribuindo para o exercício de percepção do olhar que eles têm com relação aos espaços que fazem parte do seu cotidiano, refletindo sobre o que se destaca nesse caminho e o que sabem sobre os nomes que recebem os caminhos pelos quais passam cotidianamente. Para esta fase, utilizaremos um questionário, em que os estudantes possam anotar suas percepções e garantindo que expressem

suas ideias, caso não se sintam à vontade de expor oralmente. A partir deste primeiro momento de socialização, levantaremos algumas questões:

Como utilizar uma rua e seus espaços como forma de conhecer as histórias de uma cidade, suas mudanças e permanências? Como lidar com as ausências de referências materiais e simbólicas que marcam as relações entre passado e presente nesta rua? De que forma um percurso pela rua consegue envolver os alunos na reflexão sobre as relações entre passado e presente? Como identificar referências culturais, espaços e memórias, que foram invisibilizadas ao longo das transformações ocorridas? Que histórias foram silenciadas nesse processo? Que camadas de tempo podem ser identificadas nestes espaços? (DERETTI, 2020, p.57)

Para responder a essas perguntas, fez-se necessário conhecer um pouco do que se conta da história da cidade, através da narrativa de seus moradores, que devem ser levadas em consideração no decorrer das ações educativas propostas neste trabalho.

**Figura 4** - Questionário sobre trajeto realizado por estudantes.

**Para saber um pouco mais...**

Qual o nome da rua em que você mora?

Ela é conhecida por outro nome ou apelido?

No trajeto até a escola, por quais ruas você passa?

Escolha um lugar, uma construção, uma árvore ou placa que chame a sua atenção nesse trajeto de casa até a sua escola e descreva-o.

Desenhe abaixo o caminho que você percorre de sua casa até a escola.

Entre o Arco-íris e as Matas    Manual de Atividades    Pág. 5

**Fonte:** produzido pela autora.

Na segunda atividade, apresentaremos para os/as estudantes uma sequência de imagens, encontradas, em sua maioria, nas páginas de redes sociais “*São Miguel das Matas*” (Instagram) e “*Blog São Miguel das Matas*” (Facebook)<sup>14</sup>. Para esta atividade, em especial, selecionamos imagens que dão visibilidade ao trajeto que visitaremos numa atividade subsequente. Vale ressaltar que as fotos não têm registro de quem foram os/as fotógrafos/as ou data em que foram tiradas. A análise das fotografias servirá para a percepção das camadas de tempo que envolvem a cidade, trabalhando a ideia de mudanças e permanências, por exemplo, e será realizada através do preenchimento de uma ficha de análise que foi pensada com o intuito de estimular a reflexão sobre as imagens.

As fichas de análise das imagens serão utilizadas porque são instrumentos muito eficazes para o trabalho com fontes históricas, contribuindo para um melhor aproveitamento das informações disponíveis e também uma melhor organização dos registros. Além de ser um instrumento de escuta de estudantes, que não costumam verbalizar suas percepções ao longo das discussões e bate-papos.

Trabalhar com imagens pode ser uma forma de encontrar as invisibilidades produzidas com relação a história cidadina. Neste caminho de trabalho com análises de fontes diversificadas e diferentes espaços educativos, um interessante exemplo é o projeto da “Caixa de História”<sup>15</sup>, que serviu de inspiração para nosso produto. Realizado em algumas cidades do Rio de Janeiro, esse projeto conta com um material didático de apoio ao professor que indica atividades para trabalhar determinados temas e fornece o material necessário para a atividade, reunindo uma série de fotografias, documentos, depoimentos, entre outras fontes possíveis. O trabalho com essas fontes se dá através de fichas de observação, tabelas de comparação, análise de mapas e outras muitas possibilidades apresentadas.

Para finalizar esta etapa da atividade faremos uma roda de conversa com os/as estudantes, objetivando a socialização para que as diferentes formas de olhar para a cidade apareçam e para que possa acontecer o compartilhamento de informações sobre a rua e suas referências. A prática de socializações, debates e conversas mediadas pelo/a professor/a estará presente em outras atividades do percurso, justamente por contribuir para o estímulo aos estudantes em perceber a existência de várias cidades dentro da cidade, sendo esta atividade o

---

<sup>14</sup> Ambas as páginas são gerenciadas por moradores locais que recolhem e divulgam fotos antigas e atuais da cidade. A página do Facebook é administrada por João Neto, e está disponível em: <https://pt-br.facebook.com/BlogSaoMiguelDasMatas/>. A do Instagram é gerenciada por Ivanildo Bastos e está disponível em <https://www.instagram.com/saomigueldasmatas.ba/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

<sup>15</sup> Mais informações sobre o projeto “Caixa de História” estão disponíveis em <http://www.oficinasdehistoria.com.br/caixa-dehistoria/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

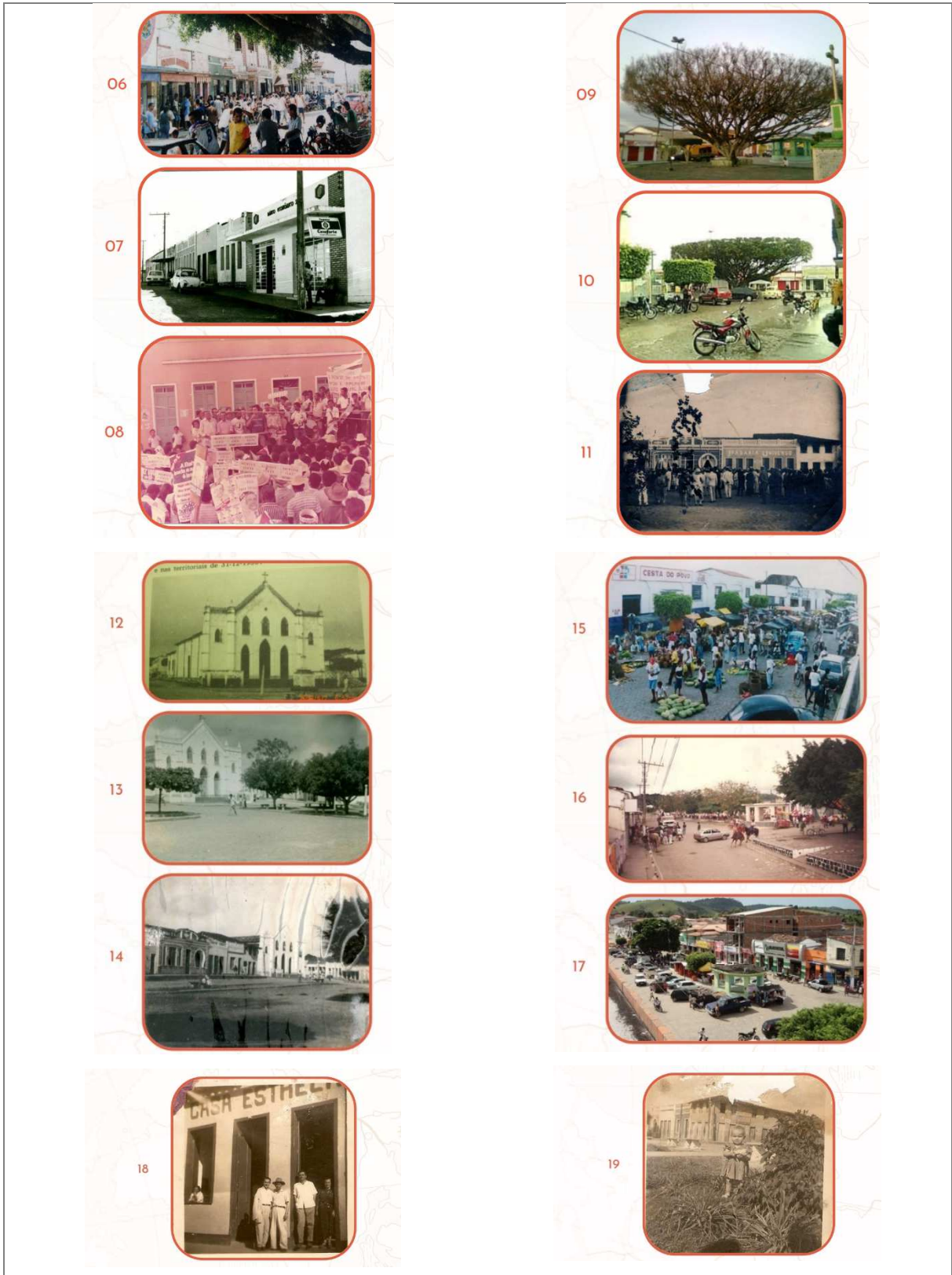
primeiro passo nesta direção. As rodas de conversa são importantes para um diálogo com os/as estudantes de modo mais horizontal, no qual não há um professor no comando da narrativa.

A aposta é estimular que todos participem da discussão, ao criar um ambiente de escuta, troca de ideias, valorização da opinião de todas e todos, de colaboração e buscando levantar questionamentos, pontuando dúvidas em que as respostas não estarão a cargo apenas do/a professor/a, que será um mediador na construção de reflexões e diálogos compartilhados.

Nesta atividade, a roda de conversa possui a intenção de estimular os/as alunos/as a refletirem sobre a rua no cotidiano de cada um/a: como elas se chamam? Por que foram nomeadas assim? Que lugares eles conhecem das imagens? Que outros espaços da rua eles usam? A rua está presente no seu cotidiano? Como (trajeto casa-escola, compras, passeio...)? É neste momento que o mapa criado antes também entra nas discussões, para que o aluno identifique a presença ou não das ruas que apresentamos no seu dia a dia.

**Figura 5** – Pannel de fotografias de diferentes épocas e ruas de São Miguel das Matas





Fonte: São Miguel das Matas (Instagram) e Blog São Miguel das Matas (Facebook)<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponíveis em <https://www.instagram.com/saomigueldasmatas.ba/> e <https://pt-br.facebook.com/BlogSaoMiguelDasMatas/>. Acesso em: 10 jul. 2022.



**Figura 6** - Questões para análise das imagens.

**Rua, local de passagem e de histórias**

Você reconhece os lugares das fotografias reproduzidas anteriormente?

Essas imagens são de uma mesma época? O que te levou a essa conclusão?

Descreva brevemente algumas imagens que mais lhe chamaram a atenção. O que se destaca em cada imagem?

Essas imagens se referem a uma única rua em São Miguel das Matas? Você saberia dizer quais ruas são essas? Olhando para as diferentes imagens você consegue reconhecer lugares ou identificar pontos de referência? Liste as suas descobertas:

Entre o Arco e as Matas      Manual de Atividades      Pág. 13

**Fonte:** produzido pela autora.

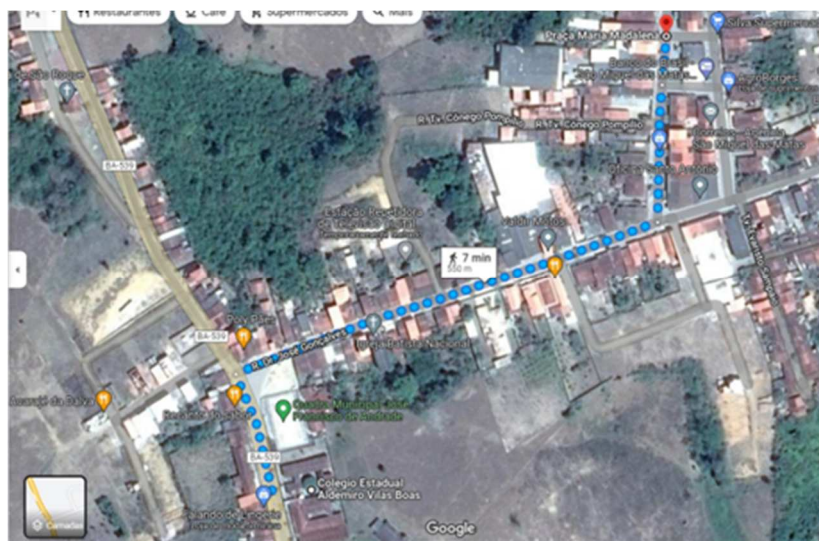
Outra proposta de trabalho que se adequa ao tema, bem como a cultura juvenil, são as releituras de fotografias. Os/as estudantes podem refazer essas imagens, utilizando o mesmo ângulo e foco que a original, mostrando a cidade antes e agora. Este é um exercício para que possam compreender as mudanças e as permanências pelas quais passa o espaço citadino. Tais imagens podem ser divulgadas no espaço escolar, ou ainda, nas páginas das redes sociais, estimulando debates e convidando a comunidade a participar da atividade. Esta é, apenas, uma sugestão para mais uma atividade, que pode ser aplicada ou não no decorrer da sequência, dependendo da disponibilidade financeira da escola, tendo em vista que a exposição de fotografias gera um custo, e da disponibilidade de tempo para que se aplique esse roteiro, já que uma campanha de divulgação em redes sociais requer tempo.

A maior parte de nosso público estudantil nunca viu o coreto que existia na Praça Maria Magdalena, local em que aconteciam leilões, comícios político-partidários e também brincadeiras das crianças. Essa construção foi demolida por volta do ano de 2012, numa iniciativa do Poder Público de modernizar a praça central da cidade. Iniciativa essa que se repete no Brasil desde o início do século XX, quando teve início a modernização da cidade do Rio de Janeiro, buscando adequá-la aos “moldes europeus”. O objetivo é o de apagar o passado, relacionado ao atraso da cidade, e modernizar os espaços urbanos. Com isso vai se apagando toda a história das cidades, com a destruição de tudo que não corresponde mais aos valores da modernidade.

#### 4.2 PELAS RUAS DA CIDADE

É chegada a hora de fazermos uma visita guiada às ruas que, nas atividades anteriores, conhecemos através de fotografias, desenhos e conversas. Nesta atividade, faremos uma aula de campo pelas ruas no entorno do Colégio Estadual Aldemiro Vilas Boas, escola em que será aplicada a atividade proposta. Saindo da escola nos deparamos com a Rua Ruy Barbosa, seguimos em direção à Rua Dr. José Gonçalves, passando pela Rua Cônego Pompílio e finalizaremos nosso trajeto na Praça Maria Magdalena. Esse trajeto mede menos de 1km e é um caminho percorrido por muitos estudantes, já que passam por essas mesmas ruas para encontrarem o transporte escolar.

**Figura 7** - Trecho percorrido entre o Colégio Estadual Aldemiro Vilas Boas e a Praça Maria Magdalena, São Miguel das Matas – BA.



Fonte: Google Maps.

Sônia Regina Miranda e Joan Pagés Blanch argumentam que em nível mundial a cidade vem sendo tematizada no debate educacional, “como um *locus* múltiplo, plural e permanente, passível de reinterpretação e ressignificação nos mais diferentes territórios e experiências sociais” (MIRANDA; BLANCH, 2013, p.63). A saída do espaço escolar para a experiência com a cidade é um momento essencial para as atividades propostas neste trabalho. Levar as aulas sobre a história local para fora da sala de aula intensifica a relação dos/as estudantes com essa história e potencializa as aprendizagens e a construção de conhecimentos.

A cidade é ambiente de grande potencial educativo se pensarmos em seus espaços, suas instituições e também as diferentes relações entre pessoas e saberes. Anterior aos deslocamentos é importante realizar um bate-papo com nossos/as alunos/as sobre os objetivos das atividades, explicar a proposta de deslocamento através de caminhada por pontos que se relacionam com as atividades realizadas em sala, mostrando a importância e a potência de aprender na/pela cidade.

Ao fazer isso, destaque o fato de que a cidade está relacionada com o nosso cotidiano e que nela se encontram muitas histórias e memórias de pessoas e momentos distintos e que o trajeto pela cidade pode desenvolver um contato sensível com essas histórias e memórias, assim como com o próprio conhecimento sobre ela (DERETTI, 2020, p.73).

O interesse por essa temática de pesquisa – representações dos/as alunos/as sobre a história narrada no espaço citadino – fundamenta-se também no entendimento de que o uso e a construção do espaço têm uma linguagem própria baseada nas relações sociais, que por sua vez são relações de poder. O sujeito “constrói” sua relação com o espaço da cidade, o que se denomina comunicação proxêmica (RAMOS, 2016, p.3).

Neste trajeto, passaremos em frente à Escola Municipal Professora Marineide Regina Santos Sousa, de Ensino Fundamental II, local em que a maioria dos/as estudantes cursou esse ciclo de ensino; a agência bancária da cidade, que é outro ponto de referência de nosso caminho (por sinal a única de nossa cidade); passaremos também pela Biblioteca Municipal Oldack Leal Sampaio; e nosso ponto final, a Praça Maria Magdalena, que é o centro comercial da cidade e onde está situada a Igreja Matriz.

Caminhar pelas ruas, mesmo que com um destino previamente traçado (visita aos patrimônios), colocava-nos diretamente em contato com a realidade à nossa volta. Uma das ideias do ato de andar é estimular a percepção de que, a partir da crescente movimentação coletiva, sensações e percepções vão se anulando, quase como se o ato de perceber a cidade fosse se resumindo a ver, ao longo dos trajetos, borrões mascarados de cinza. Sentir o cheiro da cidade,



ouvir seus sons, contemplar seu horizonte (por vezes até procurar por ele), não são, portanto, ações habitualmente valorizadas (BATISTA, 2022, p. 179)

Pensar e construir práticas de ensino-aprendizagem, nessa perspectiva, correspondem a uma busca pelo rompimento com o olhar frontal e restrito sobre a paisagem urbana, aquele olhar a que estamos geralmente condicionados pelos meios de transporte ou distrações tecnológicas (smartphone), por exemplo. Caminhar pela cidade possibilita o exercício de diferentes estímulos, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar mais abrangente sobre ela. É quase como se mudássemos a opção no momento de fazer uma fotografia, colocando-a no modo panorâmico. Essa prática proporciona uma percepção mais sensível à paisagem urbana, como se déssemos um zoom em cada detalhe que se apresenta diante dos nossos olhos. Andar pelas ruas da cidade nos leva quase que instintivamente a ativar essas capacidades. Desta forma, buscamos chegar ao destino tendo feito do percurso uma das grandes potências desse desvendar, dessa relação com a cidade até então desconhecida e, por vezes, temida.

Cabe ao ensino de História, especialmente por se entrelaçar com as temáticas que envolvem a cidade, abordar o patrimônio de forma ampliada, questionando escolhas e evidenciando as relações de poder. Quando se pensa o patrimônio a partir das relações de poder, os silenciamentos e ausências se evidenciam. Onde estão, por exemplo, as representatividades femininas, indígenas e negras? (BATISTA, 2022, p. 179).

Não é objetivo, deste texto, abordar diretamente as questões no que tange a invisibilidade e silêncios de um grupo em destaque, os movimentos negros e suas lutas por reconhecimento social, embora esta temática, especialmente, no âmbito do ensino-aprendizagem de História em diálogo com a Educação Patrimonial pode proporcionar uma aula que aborde como os grupos negros politicamente organizados reagiram ao racismo e à segregação espacial durante a urbanização. Para tal reflexão basta sair da escola para observar, com atenção, o espaço urbano construído, o patrimônio edificado, os lugares e os não-lugares de memória do ponto de vista das pessoas negras. Ainda que indiretamente, será importante também debater esta temática.

Ao longo do trajeto vamos apresentando as placas, os nomes que as ruas recebem e um pequeno resumo de sua biografia. Pediremos que os/as estudantes realizem uma avaliação do percurso como um todo, pensando nas atividades, nos espaços e nas experiências que tiveram a partir do mesmo. Ela pode ser feita através das anotações no caderno de registros ou como roda de conversa, no nosso próximo encontro, em sala de aula. Incentivando-os/as a pensarem em outros lugares da cidade que fazem parte do seu cotidiano para pensar o quanto estes lugares

podem nos falar sobre diversas coisas, ou até pensar em outras temáticas relacionadas aos espaços que visitamos.

Como recurso para auxiliar os/as nossos/as estudantes a compreenderem a relevância da cidade como espaço de aprendizagem, inclusive a cidade em que vivem, assim como a definição de toponímia como um tema a ser explorado em nossas próximas atividades, apresentaremos um Padlet, que é um mural virtual em que eles/as encontrarão textos, vídeos, músicas, entrevistas e artigos que darão suporte para as atividades que serão desenvolvidas nas aulas subsequentes. Neste recurso, os/as estudantes poderão, ainda, interagir, acrescentando dúvidas e/ou comentários. O conteúdo disponibilizado neste recurso será utilizado nas discussões em sala de aula.

**Figura 8 - Padlet apresentando material didático.**




Fonte: produzido pela autora<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> O painel do Padlet foi disponibilizado no link <https://padlet.com/lucianarosahist1/iyqjbo66pseaqx7w>.

**Figura 9** - Painel com biografia de personalidades que nomeiam ruas miguelenses.


**Pelas ruas da cidade...**




**Maria Magdalena Souza Andrade**, segundo relatos de memorialistas, foi uma comerciante miguelense e benfeitora da Igreja Católica. Exercia forte influência na política municipal, embora nunca tenha exercido cargos públicos.

O evento de nomeação da praça contou com a presença de um ex-governador do Estado e Ministro das Comunicações no período.

Na foto ao lado aparece, ainda, Maria de Lourdes Vieira, filha do primeiro casamento do genro da homenageada.



Entre o Arcojão e as Matas    Manual de Atividades    Pág. 15



**José Gonçalves da Silva** nasceu em Mata de São João, em 22 de dezembro de 1838, e faleceu em Senhor do Bonfim, em 15 de agosto de 1911. Foi um político brasileiro, governador da Bahia. Nomeado para o cargo pelo presidente Deodoro da Fonseca, em substituição a seu irmão que adoecera, assumiu em 16 de novembro de 1890, com a principal incumbência de gerenciar a administração enquanto formava-se a Assembleia Constituinte Estadual.


Par ampla maioria do colegiado, José Gonçalves permaneceu em seu posto. Em 3 de novembro desse mesmo ano ocorre o Golpe de Estado promovido pelo Marechal Deodoro, contra o qual se insurgem por todo o país os republicanos democratas. Não foi, entretanto, o caso do governador baiano. José Gonçalves, contrariando a opinião de todos no Estado, envia mensagem de apoio ao fechamento do Congresso, que então se ensaiara.

Um levante se forma à Praça da Piedade, capitaneado pelo tribuno César Zama, de verbo inflamado e mestre na oratória. O povo subleva-se, cercando o governador em sua residência, para onde acorreram alguns milicianos - mas não os militares. Tiros são disparados, pessoas morrem, e José Gonçalves recusa-se a ceder. Instado pelo General Tude Soares Neiva, comandante do 13º Distrito Militar, entretanto, não lhe resta alternativa: entrega o cargo, a fim de evitar um desastre maior.

Encerrava-se, assim, de forma melancólica, este que passaria à História como o primeiro governador constitucional do Estado da Bahia, e único deposto pelo povo, em 24 de novembro de 1891.

Fonte: <http://ilustresdabahia.blogspot.com/2014/02/153-jose-goncalves-da-silva.html>

Entre o Arcojão e as Matas    Manual de Atividades    Pág. 16



**Ruy Barbosa de Oliveira** nasceu em Salvador, em 5 de novembro de 1849, e morreu em Petrópolis, em 1 de março de 1923. Foi um polymata brasileiro, tendo se destacado como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais conhecidos do seu tempo, foi designado por Deodoro da Fonseca como representante do nascente governo republicano, tornando-se um de seus principais organizadores,

além de coautor da Constituição da Primeira República, juntamente com Prudente de Moraes. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais.

Primeiro ministro da Fazenda do regime instaurado em novembro de 1889, chamada de República da Espada, teve sua breve e discutida gestão marcada pelo encilhamento, grave crise econômica provocada pelo aumento indiscriminado da emissão de papel-moeda. Ainda como ministro de Deodoro, envolveu-se em grande polêmica ao mandar destruir parte importante da documentação histórica relacionada ao tráfico de escravos. Foi também deputado e senador, tornando-se um opositor ferrenho do comunismo, que classificava como "a invasão do ódio entre as classes" e uma ameaça à liberdade cristã; assim como foi contra a vacinação obrigatória, classificando as vacinas como possíveis condutoras "da molesta, ou da morte". Ruy Barbosa foi ainda o criador da primeira bandeira do Brasil republicano, inspirada na bandeira dos Estados Unidos e que foi adotada pelo governo provisório por quatro dias, sendo substituída pela atual fíamula brasileira.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/ruy-barbosa.htm>

Entre o Arcojão e as Matas    Manual de Atividades    Pág. 17

Fonte: produzido pela autora.

### 4.3 COLETANDO INFORMAÇÕES

Como atividade de casa, os/as estudantes deverão coletar entrevistas com seus pais, mães, avós e/ou vizinhos sondando o que sabem sobre o nome, o personagem que nomeia a rua em que moram, o nome não oficial como é conhecida e ainda como deveria, na visão do entrevistado, ser chamada aquela rua, a quem ela deveria homenagear e o porquê. O que se pretende a partir dessa coleta de dados é conhecer a cidade de São Miguel das Matas a partir da visão de seus moradores, um pouco de sua história, seus valores e sua cultura, os sujeitos e personagens que foram esquecidos na toponímia oficial e os que não foram esquecidos, como as homenagens já prestadas pelos órgãos oficiais. De posse destas entrevistas teremos a oportunidade de discutir essas narrativas, levando em consideração o seguinte:

[...] como fontes importantes, as memórias devem ser analisadas criteriosamente, explicitadas, questionadas, considerando que para servirem à história, precisam ser confrontadas com outras fontes e outras memórias, sobretudo aquelas que foram esquecidas. Ou seja, recordações, relatos e memórias, são úteis ao ensino de História se forem abordadas a partir dos critérios do método histórico. Somente assim o estudante poderá desenvolver o pensamento histórico livre de naturalizações do passado ou compreensões acríticas do legado memorial que pode estar disponível em seu local de vivências (MOITINHO; PINA, 2019, p. 2).

Assim, conectando as experiências de moradores e familiares, o estudo da história local ajudará os/as estudantes a compreenderem-se enquanto sujeito histórico e os capacitarão a assimilar a complexidade do seu meio social. Nesse sentido, abordar a história na proposta da Educação Histórica - que valoriza os saberes construídos pelos alunos a partir da análise de fontes históricas e da mediação docente – contribui para o desenvolvimento do pensamento histórico dos jovens o que, conseqüentemente, conferirá à disciplina de História um significado concreto na vida dos mesmos, “identificando as evidências diversas do passado coletivo e analisando-as em sala de aula, no sentido de construir uma visão multiperspectivada sobre a experiência humana no tempo, é condição fundamental para a aprendizagem histórica desses alunos” (MOITINHO; PINA, 2020, p. 89).

Quando falamos de história local estamos considerando a pluralidade de vozes. As atividades ligadas ao roteiro estão diretamente relacionadas a essa característica e também fomentam a discussão sobre as diferentes memórias e histórias de pessoas distintas. Seguindo a lógica dessas atividades, este exercício tem como objetivo estimular a pesquisa sobre a história local, ao mesmo tempo que envolve perceber as várias memórias que compõem a nossa história. Neste momento, devemos orientar os/as estudantes desde a escolha do entrevistado, a

atenção ao escutar suas respostas, a busca por um local bem iluminado e silencioso, até a elaboração da entrevista, revisando as perguntas disponibilizadas no roteiro com outras que o/a aluno poderá acrescentar ao longo da entrevista que pretende fazer com a pessoa escolhida.

**Figura 10** - Instrumento para entrevista.

**Um papo pela cidade...**

**Roteiro da entrevista**

- 1 Para começar, gostaria que dissesse seu nome completo, a data e o local de seu nascimento.
- 2 Qual o nome de seu pai e de sua mãe? E de seus avós?
- 3 Tem irmãos? Qual o nome deles?
- 4 O que o(a) senhor(a) sabe sobre a origem de sua família?  
Como vieram para São Miguel das Matas?
- 5 Como o(a) senhor(a) define a sua classe social?
- 6 E quanto à sua cor, como o(a) senhor(a) se vê?
- 7 Frequentou a escola na infância? Até que série estudou?
- 8 Como era a cidade na sua infância?
- 9 Muita coisa mudou na cidade? Quais foram as principais mudanças?
- 10 Sempre morou nesta rua ou já residiu em outros endereços?
- 11 O(a) senhor(a) sabe quem é, ou quem foi, a pessoa que nomeia a rua em que mora? (neste momento apresentar uma imagem da placa com o nome da rua)
- 12 O que levou essa pessoa a ser homenageada, dando nome a esta rua?
- 13 Há outra personalidade, da cidade, que merecia essa homenagem?  
Quem e por quê?
- 14 Essa rua teve outro nome ou é conhecida por outro nome?
- 15 Se você pudesse renomear essa rua, como ela se chamaria?

Entre o Arco e as Matas      Manual de Atividades      Pág. 20

**Fonte:** produzido pela autora.



Entendemos “que a memória na cidade contemporânea é resgatada em lugares determinados, a partir de símbolos que permitem compreender um todo socialmente determinado” (ANDRADE; TARDIVO, 2022, p. 89). Há lugares, assim como há objetos, capazes de despertar afetividade em moradores e de representar narrativas. Por isso, sugerimos que nesse itinerário das entrevistas os estudantes usem fotografias das placas que nomeiam as ruas em que os depoentes moram. Muitas placas nunca foram vistas ou notadas, mas outras podem representar um marco relevante para os moradores. Através do exercício de verbalização de fragmentos de memórias, intenta-se uma reconstrução sensível das relações das pessoas com o lugar em que vivem, que se revelam por meio do discurso, percebendo como os trajetos projetados se constituem e reverberam em cada observador.

**Figura 11** - Placa nomeando logradouro público em São Miguel das Matas.



**Fonte:** fotografia da própria autora<sup>18</sup>

A valorização de fontes orais e da memória é outro aspecto que caracteriza a perspectiva traduzida neste trabalho.

No início da década de 1970, o historiador francês Philippe Joutard, apontava que o registro da história oral surgiu com três inspirações principais: 1. ouvir a voz dos excluídos; 2. trazer à tona as realidades indescritíveis e 3. testemunhar as situações de extremo abandono. Com essa abordagem, a história contada pelas pessoas poderia trazer à tona aquilo que não fosse possível encontrar em documentos escritos, sobretudo a memória, a sensibilidade e a percepção (ANDRADE; TARDIVO, 2022, p. 101).

<sup>18</sup> A escolha desta placa para uso como exemplo se dá pelo fato de ter sido encontrada como lixo, na rua, pela autora. Foi recolhida, higienizada e guardada como lembrança do tema deste trabalho.

#### 4.4 SOCIALIZANDO AS PESQUISAS

De volta à escola, é o momento de socialização com os resultados das pesquisas. A proposta é que usem a metodologia da sala de aula invertida. Neste momento, cada estudante terá a oportunidade de apresentar a sua pesquisa, socializando suas descobertas e possíveis curiosidades.

Neste momento, deverão aparecer nomes em comum ou não, passíveis de receber homenagens, e a turma deve discutir, emitindo suas opiniões com argumentos baseados nas entrevistas coletadas. Quais personagens a comunidade elege como merecedores de homenagens? Quais nomes oficiais foram esquecidos e substituídos por nomes afetivos? Quais nomes foram apagados das memórias dos miguelenses? O que está envolvido nessas lembranças e nesses esquecimentos? O que faz uma pessoa merecer e outra não tal homenagem? O que uma homenagem como essa pode significar na história da cidade? Que outras formas de homenagear as pessoas existem pela cidade? Que outras pessoas você considera merecedoras desse tipo de homenagem?

São essas e tantas outras questões que deverão surgir ao se apresentarem os resultados das entrevistas realizadas pelos/as estudantes.

Confrontar dados, formular hipóteses, e também o encontro de duas narrativas que podem se contrapor ou se complementar, buscando apresentar para o/a aluno/a que a construção do conhecimento histórico é composta por processos e narrativas diversas. (DERETTI, 2020, p.64).

Este é o momento de refletir sobre tudo o que vimos, as fontes com que tivemos contato, os locais visitados, os personagens e as situações que conhecemos. Todas as atividades desenvolvidas até aqui contribuem para conhecer uma parte da história de São Miguel das Matas, mas servem também para pensar o nosso cotidiano, os locais que atravessamos diariamente, os pontos que marcam a nossa memória nesse trajeto. Um caminhar direcionado a um olhar pedagógico nos apresenta a cidade de uma forma diferente, com detalhes antes não percebidos, com experiências, com significados para o coletivo da cidade e também para cada estudante.

Ao final, é importante que formem grupos por afinidades de ideias no que se refere a personagens a serem homenageados, já que defenderão essa ideia numa sessão simulada na Câmara de Vereadores.

#### 4.5 VISITA À CÂMARA DE VEREADORES

Este é o momento em que faremos uma visita à casa legislativa do município. São Miguel das Matas é uma cidade relativamente pequena, o que nos favorece em planejar visitas a locais como a Câmara Municipal de Vereadores, já que é um trajeto que pode ser percorrido a pé e, portanto, mais acessível, por não depender de transporte para acontecer. As câmaras municipais são responsáveis pela indicação, discussão e aprovação de leis do Executivo e do próprio Legislativo. Portanto, a nomeação de ruas da cidade passa por essa instância municipal.

Nesta atividade, previamente agendada, assistiremos a uma sessão ordinária, que acontece às quartas-feiras, às 9h da manhã, a fim de compreender o seu funcionamento, e encerrada a reunião promoveremos um bate-papo entre estudantes e vereadores, buscando conhecer quem são os nossos representantes na Câmara, numa apresentação rápida, de sua trajetória social e política, bem como os trâmites de nomeação das ruas, desde a elaboração do projeto, apresentação aos demais representantes do povo até a votação para aprovação ou não.

Ainda na Câmara, os estudantes deverão ter contato com documentos que oficializaram os nomes de algumas ruas do município. Assim como as outras fontes históricas já exploradas neste trabalho, os ofícios de lei nos servirão para compreender o contexto sociopolítico em que algumas ruas foram nomeadas, tendo em vista as datas em que foram aprovadas e o corpo legislativo daquele período. Neste momento deverão ser lançadas à turma questões que levem os estudantes a refletirem sobre a relação estabelecida entre o homenageado e os vereadores.

Numa visita prévia tivemos a oportunidade de conhecer o corpo administrativo e os trâmites da documentação que passa por essa casa Legislativa. É perceptível que não há no prédio, que é alugado, um espaço que sirva como arquivo. A documentação se encontra armazenada em classificadores, sem nenhum tipo de catalogação, numa sala reservada à secretária do presidente da Câmara.



**Figura 12** - Cópia de lei nomeando logradouro em São Miguel das Matas.


Quinta-feira  
19 de dezembro de 2019  
Ano I • Edição Nº 651

- 8 -

Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas - BA

Diário Oficial do  
**EXECUTIVO**

LEI (Nº 146/2020)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**São Miguel**  
Nas cores, na realidade  
das Matas

LEI DE Nº 146 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

"DENOMINA PRAÇA  
ANATILDES DE JESUS  
CARDOSO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, ESTADO DA BAHIA, no exercício do cargo e no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Praça ANATILDES DE JESUS CARDOSO, hoje conhecida como Praça do Triângulo, situada na Rua Getúlio Vargas, nesta cidade de São Miguel das Matas.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas comunicará aos órgãos competentes e providenciará placa de identificação.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Miguel das Matas-BA, em 17 de dezembro de 2019.

José Renato Curvelo de Araújo  
Prefeito Municipal

Rua Marechal Castelo Branco, 02-CEP: 44.580-000 – São Miguel das Matas – BA  
CNPJ 13.825.600/0001-04 – Tel.: (75) 3676-2141 / 2346  
E-mail: prefeiturasmmatas@hotmail.com

<http://saomiguelasmatas.ba.gov.br/>

- CERTIFICADO DIGITALMENTE POR: AC CERTSIGN SRF ICP-BRASIL | IMPRENSAOFICIAL.ORG -

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores.

#### 4.6 ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Esta etapa poderá ocorrer em vários encontros, tendo em vista as leituras, as músicas, os vídeos, as pesquisas que foram realizadas, as socializações que podemos fazer e o compartilhamento de descobertas sobre a toponímia, sobre a construção do conhecimento e sobre a história da cidade em que moram.

Compreendido o processo em que se dá um nome a uma rua, praça ou avenida, agora é a vez dos/as estudantes colocarem em prática suas vivências, aprendizados, e darem voz às pessoas que foram esquecidas na toponímia miguelense ou reforçar as homenagens já existentes, a partir das suas percepções e dos depoimentos que foram coletados com as entrevistas realizadas.

Para esta fase de nossa produção, os/as estudantes (em grupo) deverão elaborar projetos de lei defendendo uma nova nomeação para uma das ruas miguelenses, ou ainda reafirmarem a importância e permanência das que já estão nomeadas. Este projeto precisa ter em seu esboço uma justificativa, por escrito, abordando elementos históricos e sociais das possíveis candidaturas a homenagear. Deste grupo, sairá um representante que defenderá a “lei” no simulado da sessão na Câmara de Vereadores.

Aqui, os/as estudantes deverão refletir sobre o que a nomeação das ruas representa para eles/as, para o seu cotidiano, para a comunidade em que estão inseridos; mas também refletir sobre os efeitos que o roteiro e as atividades tiveram na percepção deles/as sobre a rua e a cidade em geral. Repensar nomes para as ruas que transitam todos os dias é um exercício de reconhecimento da construção de novos conhecimentos ao longo do percurso, bem como de sistematizar as análises e reflexões que foram realizadas.

As concepções de abordagem e ensino de História têm nos mostrado que,



[...] as perspectivas da didática da história foram grandemente expandidas, indo além de considerar apenas os problemas de ensino e aprendizado na escola. A didática da história analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar (RÜSEN, 2010, p. 32-33 *apud* ALVES, 2013, p. 57).

Propor a renomeação de uma rua ou ainda defender a permanência de um nome já existente, não é simplesmente escolher alguém mais ou menos relevante dentro ou fora da comunidade, mas sim refletir historicamente a partir das fontes que nos foram apresentadas. É

compreender que esse processo, na prática, é uma escolha política, em muitos casos partidária. Faz-se necessário lembrá-los/as que em nosso país existe uma lei (Lei 6.454/1977) que impede que se dê “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta” (BRASIL, 1977, art. 1º, redação anterior). E que esta norma foi alterada em 2013 pela Lei 12.781/13, para também excluir dessas homenagens “pessoa que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava” (BRASIL, 1977, art. 1º, nova redação).

Os projetos de lei encontrados na Câmara Municipal de Vereadores para nomeação de logradouros não apresentam justificativa, somente uma indicação de nomenclatura e designação de providências para divulgação de informações aos órgãos competentes. No entanto, para este trabalho utilizaremos como modelo os projetos que apresentem justificativa, como o modelo que segue abaixo.

**Figura 13 - Projeto de lei apresentado pelo vereador Charles Bonfim.**

 <p>Estado da Bahia <b>CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS</b> Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380 CNPJ nº 42.242.628/0001-43</p> <p><b>PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.</b></p> <p><b>DETERMINA A DIVULGAÇÃO, NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA, DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, FABRICAÇÃO, RECUPERAÇÃO OU AMPLIAÇÃO E AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADOS POR EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA QUE ESTEJAM EM EXECUÇÃO OU PARALISADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b></p> <p><b>Art. 1º</b> Fica determinada a divulgação, no site da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações relativas às obras públicas municipais de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação e aos serviços de engenharia realizados por execução direta ou indireta que estejam contratadas a serem iniciadas ou paralisadas.</p> <p>§ 1º A divulgação das obras que estejam paralisadas deverá as seguintes informações:</p> <p>I – tempo de interrupção;</p> <p>II – motivos que determinaram a interrupção da obra e as medidas que estão sendo tomadas para sua retomada;</p> <p>III – percentual executado do cronograma da obra interrompida, tanto para as etapas como para a sua conclusão; e</p> <p>IV – data prevista para a retomada e para a conclusão da obra.</p> <p>§ 2º A divulgação das obras que estejam contratadas para serem iniciadas deverão conter as seguintes informações:</p>	 <p>Estado da Bahia <b>CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS</b> Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380 CNPJ nº 42.242.628/0001-43</p> <p>I – Previsão de início das obras;</p> <p>II – Cronograma de execução, com atualizações mensais constando os itens já executados;</p> <p>III – Número do contrato, modalidade de contratação, empresa e engenheiro responsável e fiscal da Prefeitura responsável pela medição;</p> <p>IV – Valor total contratado, valor já pago e origem dos recursos.</p> <p>§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se obra paralisada aquela iniciada, mas cujas atividades estejam suspensas há mais de 30 (trinta) dias.</p> <p>§ 4º As informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas deverão ser de fácil acesso e visualização pela população.</p> <p><b>Art. 2º</b> Deverão ser disponibilizadas, além das informações previstas no art. 1º desta Lei, os dados completos da obra, tais como endereço, número do contrato administrativo e a indicação do órgão público ou da concessionária responsável.</p> <p><b>Art. 3º</b> Decorrido o prazo de paralisação de que trata o § 2º do art. 1º desta Lei, o responsável pela obra deverá informar ao Executivo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o motivo da interrupção da obra.</p> <p><b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.</p> <p>São Miguel das Matas, 08 de Novembro de 2021.</p> <p>Charles Santos Bonfim Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas</p>
---	--



Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
 Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
 CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380  
 CNPJ nº42.242.628/0001-43

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação e à consideração dos nobres vereadores o presente Projeto de Lei, que visa à divulgação, na página de internet da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações sobre obras públicas paralisadas em nosso Município, contendo os motivos, tempo de interrupção e percentual de execução, bem como a previsão para reinício e para a conclusão da obra.

Quando a Administração Pública toma a decisão de realizar uma obra, movida pelo benefício que resultará para a população, é necessário que a obra seja executada da forma mais adequada e transparente possível, até porque, no mais das vezes, essas obras demandam investimentos vultosos de dinheiro público.

Nesse sentido, pelo cuidado que devemos ter no uso do escasso dinheiro público, torna-se necessário que os administradores disponibilizem aos cidadãos as ferramentas necessárias para que tenham acesso à informação e possam fiscalizar o andamento da gestão. No caso do assunto tratado por este Projeto de Lei, saber o motivo pelo qual uma obra pública está paralisada e os prejuízos econômicos e sociais que essa interrupção causa à sociedade.

A publicidade e a transparência são princípios que devem reger a atuação da Administração Pública como um todo, consoante determinam a Constituição Federal (art. 37, *caput*), a Constituição Estadual (art. 22) e a Lei Orgânica do Município de São Miguel das Matas (art. 86).

Importante observar também que, devido à conformação jurídica do Estado Brasileiro, qual seja a de um Estado Democrático de Direito que adota a forma republicana, o pleno acesso dos cidadãos às informações relativas à coisa pública, bem como o direito destes de fiscalizar os negócios públicos, revestem-se da qualidade de direito fundamental.

Nesse contexto, a Constituição Federal cuidou de estabelecer no capítulo destinado à disciplina da Administração Pública que a publicidade das obras, no caso, além de observar o postulado da impessoalidade, deverá ter caráter informativo ou de orientação social.



Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
 Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
 CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380  
 CNPJ nº42.242.628/0001-43

que a população tenha informação sobre o que acontece em São Miguel das Matas e como os recursos públicos estão sendo aplicados, reforçando, assim, o controle social.

É conbecendo a sensibilidade desta Casa que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 08 de Novembro de 2021.

Charles Santos Bomfim

Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas



Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
 Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
 CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380  
 CNPJ nº42.242.628/0001-43

Verifica-se, então, que é imperiosa a divulgação, pela Administração Pública, das informações de interesse público, em cumprimento ao princípio da publicidade, o qual não pode ser compreendido apenas no aspecto formal de mera publicação na imprensa oficial dos atos, dos contratos e das leis, entre outros.

Ainda a respaldar a propositura, tem-se o art. 5º. XXXIII da Carta Magna, *verbis*:

Art. 5º [...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Vale destacar que o dispositivo constitucional acima mencionado foi regulamentado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”, devendo ser citadas as seguintes previsões constantes da referida lei pela pertinência que guardam com o pretendido pela propositura em análise:

1) de acordo com o art. 2º, os procedimentos para assegurar o direito de acesso à informação devem se pautar, dentre outras, pelas diretrizes de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações (inc. II) e da utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação (inc. III); e

2) de acordo com o art. 7º, inc. VI, o acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.

Nesse sentido, a presente Proposição tem por escopo contribuir para que a gestão pública se aproxime ainda mais dos cidadãos, ao aumentar a transparência dos seus atos com a divulgação, de forma acessível, da relação de obras paralisadas, com os motivos para tais paralisações, de maneira

**Fonte:** Câmara Municipal de Vereadores.

#### 4.7 SESSÃO SIMULADA DA CÂMARA DE VEREADORES

Durante muitos anos, como nos aponta Carmem Gil (2019, p. 9), os projetos de educação patrimonial estiveram centrados nos objetos e edificações, sendo os atores sociais ofuscados pela materialidade dos bens. Dito isso, observa-se que as práticas educativas enfatizavam a importância e a necessidade da preservação dos bens materiais, o que produziu um efeito reificado e fetichizado dos objetos.

Neste trabalho, pudemos refletir sobre o ensino de História e Educação Patrimonial a partir de outras fontes, para que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares, monumentos, nomenclaturas sejam problematizados em sua historicidade.

Além de ensinar História com “novas fontes”, a educação patrimonial possibilita associar o currículo às diferentes leituras das cidades, mobilizando cultura e educação para construir aulas de História impregnadas de afetividade e atribuições de sentido que correlacionam pautas históricas e identitárias. Para isso, é necessária a mediação do professor não só no planejamento das aulas, mas também na construção de um desenho curricular que tenha a cultura como contexto da educação (GIL, 2019, p.10).

A escolha em pensar a educação a partir da cultura se fundamenta na opção política de que a educação necessita estar comprometida com a vida e com os afetos políticos e estéticos. Esse é um caminho potente para operar com a educação patrimonial e, assim, produzir pertencimento, estranhamento, reflexão, pensamento histórico e ação. Trata-se de uma educação patrimonial que não está interessada somente nos objetos, nos monumentos, no conjunto arquitetônico, nas coleções, mas na dignidade das pessoas, nas histórias silenciadas das pequenas cidades, nas memórias dos sujeitos subalternizados, enfim, na vida cotidiana.

E é pensando nessa vida cidadina de uma cidade do interior e também na potência política que as ações escolares podem desenvolver numa comunidade que vamos apresentar a população um pouco de nossas discussões e de concluir, por ora, nossas atividades. Para isso, utilizaremos o espaço da Câmara Municipal de Vereadores e faremos uma Sessão Simulada em que os/as “vereadores/as” serão os/as estudantes (um membro de cada equipe) apresentando seus projetos de lei de nomeação ou reforçando os nomes já homenageados na toponímia miguelense. Após a apresentação, uma votação decidirá pela aprovação ou não da nova lei. Para além da votação, aprovação ou não, o que se destaca aqui é o papel da História no campo do Patrimônio e da Educação Patrimonial, no sentido de promover o debate das memórias, explicitando não só as escolhas e seleções, mas os escolhidos, visto que atenta para o esquecimento como o duplo da memória.

A Sessão Simulada será aberta ao público, previamente divulgada na comunidade escolar e com convite estendido aos/às vereadores/as do município. Esta é a atividade final desta sequência didática, que pode ser vista, inclusive, como culminância, mas não como fim desse processo, já que se abriu um espaço em sala de aula de observação à cidade enquanto patrimônio da comunidade, de valorização e debate das memórias como construção de histórias do local em que se vive. “Assim entendida, a educação é um processo contínuo de escolhas políticas e decisões pedagógicas” (GIL, 2019, p.8). Desta maneira, o ensinar e o aprender são, necessariamente, reflexivos, participativos, democráticos e implicados com as histórias silenciadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um curso de Mestrado não é nada fácil, mas é enriquecedor, sem sombra de dúvida. Do ponto de vista pessoal, pela realização de um sonho, e do ponto de vista profissional, por me permitir ampliar meus horizontes enquanto professora da rede básica que pode ser também pesquisadora e divulgadora de novas perspectivas e novos conhecimentos.

Este trabalho apresentou uma proposta de Ensino de História aliada à Educação Patrimonial, discutindo o conceito de cidade dentro de São Miguel das Matas - BA. Constituída por um roteiro que envolvesse leituras, discussões, aulas de campo na/pela cidade, visita à casa legislativa municipal, roteiro de entrevistas com moradores e, por fim, uma sessão simulada na Câmara Municipal.

Centrados na temática das diversidades e sociabilidades na formação e cotidiano de São Miguel das Matas, as narrativas, as ruas, os espaços e os personagens contribuem para o desenvolvimento das reflexões feitas a partir das percepções dos/as próprios alunos/as, juntamente com a análise das fontes. Para o apoio à realização das atividades, foram elaborados materiais pedagógicos voltados para estudantes e professores, trazendo as atividades a serem desenvolvidas, sugestões e orientações para os/as professores/as e espaços para registros dos/as alunos/as.

Iniciamos o trabalho a partir da apresentação da toponímia oficial do município, conhecendo um pouco da biografia desses personagens que nomeiam as ruas miguelenses, apresentando uma narrativa tradicional e oficial sobre a história da cidade, ao mesmo tempo em que vamos, coletivamente, construindo possibilidades temáticas com relação ao estudo da história da cidade. A intenção, desde o início, era a relação entre a educação formal e a educação não formal, entrelaçando o trabalho da escola com as potencialidades educativas que a cidade proporciona.

O conceito de Educação Patrimonial que está posto neste trabalho se baseia na problematização e no questionamento, debatendo as memórias e buscando a interpretação do patrimônio a partir de documentos. Isso é realizado pensando a relação do patrimônio com os sujeitos e a cidade. Ao estimular a experiência com a rua em que vivem, com os caminhos que passam todos os dias, almejamos o surgimento de questionamentos sobre o valor e as escolhas que estão atrelados a esses patrimônios por parte dos discentes. A intenção é fazer com que esses patrimônios sejam pensados enquanto elementos constituídos a partir de experiências. A ideia é mostrar que interrogar o patrimônio pode resultar no conjunto de elementos discutidos aqui – a dimensão da informação, do engajamento e da experiência, ou seja, interrogar o

patrimônio é uma forma de questionar, interpelar e também de cuidar e de pensar outros futuros possíveis.

As discussões teóricas formaram uma parte bem densa deste trabalho, mas a elaboração da sequência didática se tornou mais trabalhosa. Não temos na cidade de São Miguel das Matas um arquivo público, ou um acervo documentado; então todo o material produzido para este trabalho precisou ser angariado em relatos de memórias, páginas de redes sociais e visitas reiteradas à Câmara Municipal, além de caminhar pelas ruas da cidade, pelo trajeto escolhido como aula de campo, na tentativa de voltar o meu olhar para o caminhar e o experimentar a rua e seus espaços da forma como eu estava propondo, o que não é uma tarefa das mais simples.

Enquanto reflexão docente, posso afirmar que todo o processo de criação deste trabalho contribuiu para a construção de um novo olhar sobre as minhas práticas pedagógicas. Produzir um material pensando em mediações, estratégias pedagógicas e escolhas de fontes, nesse caso, vai além do trabalho de uma pesquisa historiográfica, pois nesta proposta existe a necessidade de tornar a fonte histórica um material didático para alunos/as e para que outros/as professores/as enxerguem as possibilidades através de tal proposta.

O contato e a reflexão acerca de conceitos como Cidades Educadoras, Educação Patrimonial e Ensino de História na/pela cidade, me permitiram dar vida para as soluções das minhas angústias enquanto professora, além, obviamente, de toda a bagagem teórica que adquiri ao longo desses mais de dois anos. Portanto, ao construir essa proposta que apresentei aqui, eu também construí uma nova professora, muito mais atenta às possibilidades que o meu entorno apresenta, percebendo que a educação e, conseqüentemente, o ensino de História, devem se relacionar com as realidades próximas, do contrário serão apenas divagações vazias de significados. E, o mais importante, hoje sou uma professora que conhece formas possíveis de realizar esse tipo de educação.

A dissertação que foi elaborada aqui não teve como pretensão o desenvolvimento de um trabalho historiográfico sobre a cidade; muito pelo contrário, a intenção sempre foi utilizar o que estava disponível, preocupando-se mais com a dimensão pedagógica. Assim, foi feita a apropriação de discussões já realizadas sobre a historiografia da cidade, principalmente com as dissertações no banco de dados do ProfHistória, com especial destaque para o trabalho de Valdinei Deretti (2020) e Pâmela Fernanda de Andrade (2020), que me serviram de inspiração e norte para leituras e construção do material pedagógico.

O ensino de História na/pela cidade, como pode ser visto nesta proposta, não é algo novo. Essa é uma temática discutida por vários/as historiadores/as e outros/as pesquisadores/as



pelo Brasil. O que torna este trabalho inovador é a especificidade da proposta, trabalhar com a toponímia de São Miguel das Matas como recurso para as aulas de História. A cidade, até o momento, não conta com ações visando a esse tipo de proposta pedagógica. Desenvolver uma pesquisa e um material que contribuam para o desenvolvimento da educação a partir da história local foi uma decisão tomada desde a minha entrada no mestrado. A intenção sempre foi fazer a diferença e contribuir para a educação e para a cidade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. História e vida: o encontro epistemológico entre didática da história e educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun., 2013.
- ANDRADE, Adriano Dias de; TARDIVO, Jessica Aline. Travessias urbanas: uma cartografia sensível do lugar. **Revista Sillogés**. v. 5. n.1, jan./jul., 2022.
- ANDRADE, Pamela Fernanda de. **Ensino de história por meio dos espaços de memória da cidade**. Dissertação (Mestrado Profissional em História – ProfHistória), Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2020.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Ministério da Cultura, 1987.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Carta das Cidades Educadoras** (proposta definitiva). [s.l.], [200-]. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf> . Acesso em: 13 set. 2021.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BATISTA, Taís. Pelas ruas da cidade: patrimônio e ensino de história. In: SILVA, Adriana Maria Paulo da; SILVA, Lucas Victor; SILVA, Wesley Garcia Ribeiro (org.). **Qual ensino de História para a educação básica?** [recurso eletrônico]. Brasília: Rosivan Diagramação & Artes gráficas, 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAHIA. Secretaria de Educação. **Síntese dos Projetos Estruturantes**. Material produzido para a Jornada Pedagógica da rede estadual. [Salvador], 2014. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/projetos-estruturantes>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6454.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6454.htm). Acesso em: 07 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. [Coleção Explorando o Ensino, v. 21.]

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez., 2015.

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. [Coleção Explorando o Ensino, v. 21.]

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DERETTI, Valdinei. **Ensinar história na cidade: uma proposta de Educação Patrimonial para Guaramirim/SC**. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória). Orientadora: Mônica Martins da Silva. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586313> . Acesso em: 04 ago. 2022.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A cidade e seus símbolos: as disputas pela toponímia no território do novo centro de Maringá**. [2000]. [Texto não publicado].

DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp, v. 8, n. 1, p. 155-181, jan./jun., 2012.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Os nomes como marcadores ideológicos. Coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas Toponímico: Um estudo de caso. **Acta Semiotica et Lingvistica**, São Paulo, SBPL/Plêiade, 1996.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água** (online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, dez. 2014.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. **Métis: história e cultura**, v. 1, n. 1, Caxias do Sul, Educs, 2008.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015. p. 2-30.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GERMINARI, Geysa. Educação Histórica: a construção de um campo de pesquisa. **Revista HISTENDBR On-line**, Campinas/SP, n. 42, p. 54-70, jun/2011.

GERMINARI, Geysa. A História da Cidade, Consciência Histórica e Identidade de Jovens Escolarizados: o caso de Curitiba. **Antíteses**, Curitiba, v. 4, n. 7, jan./jun. 2011.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Des(loca)r aulas de história e mirar o patrimônio da cidade**. Cadernos do Patrimônio. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Ensinar, aprender e formar-se professora de História em diálogo com patrimônio cultural**. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, 2020.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica** (online), Recife, v. 38, p. 107-127, jan./jun., 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Consciência e Educação Históricas. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 47-63.

MIRANDA, Sônia Regina; BLANCH, Joan Pagès. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. In: MIRANDA, Sônia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (orgs.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

MOITINHO, Helena Rosa; PINA, Maria Cristina Dantas. O currículo escolar e o ensino de história local. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, Bahia, v. 7, n. 7, p. 5111-5127, maio 2019.

MOITINHO, Helena Rosa; PINA, Maria Cristina Dantas. História local como estratégia para ressignificar o ensino de história. In: **Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**, Vitória da Conquista, 2020.

MOLL, Jaqueline. A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis. **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. In: Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), 10, São Paulo, 2008.

NADAI, Elza; LAGOA, Ana. História: O bonde que a escola perdeu. **Revista Nova Escola**, São Paulo, Editora Abril, n. 53, p. 16, nov. 1991.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História, n. 10.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: CIRCE, Bittencourt (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. **Revista Esboços**, Florianópolis, UFSC, v. 19, p. 217-239, 2008.

PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos**, v. 19 (1), p.199-220, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989.

POZO, Joan Manuel del. **O conceito de cidade educadora, hoje**. Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras. In: Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), 10, São Paulo, 2008.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Apropriações de alunos do Ensino Médio quanto à história da cidade de Londrina/PR. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 60-95, set./dez., 2016.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. **Fundamento da proposta de aula-oficina no PIBID de história da Universidade Estadual de Londrina**. Brasília: ANPUH, 2017.

RAMOS, Márcia Elisa Teté (org.). Precisamos defender a importância do professor de história. Apresentação. In: RAMOS, Márcia Elisa Teté. **Conhecimento Histórico Escolar: sujeitos, práticas, suportes**. 1. ed. Maringá: Edições Diálogos, 2019.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15 a 38.

SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Paróquia de São Miguel Arcanjo: antes da criação da diocese de Amargosa 1823-1942**. São Miguel das Matas, BA, [19--]. [Relato memorialista sem publicação e sem data de produção.]

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015. p. 195-206.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SILVEIRA, Flávio; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al. (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.81-97.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 241-270, jun. 2008.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Cidade: um texto a ser lido, experienciado e recriado, entre flores e ervas daninhas. In: MIRANDA, Sônia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (orgs.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SOLÉ, Glória (org.). **Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial**. Portugal: Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2015.

SOUSA, Matheus. São Miguel das Matas. In: PROJETO de Leitura. **Coletânea de Textos**. São Miguel das Matas: CEAVB, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira. **Educação patrimonial:** políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno temático n. 5, p. 38-48).

VILAS BOAS, Ismar Araujo. **O livro do Tombo:** a história de São Miguel das Matas e do seu povo. São Miguel das Matas, BA, [199-]. [Livro de memórias sem publicação e sem data de produção.]

## **APÊNDICE**

### **Sequência Didática**



LUCIANA BISPO DA ROSA



## Entre o Arcanjo e as Matas

Os Caminhos de São Miguel  
das Matas como Ferramenta  
para o Ensino de História



# Sumário

Orientações  
pedagógicas

Caderno  
de registros

03	Apresentação	03
05	Para início de conversa	04
07	Para saber um pouco mais	05
09	São Miguel de outros tempos e outros olhares	06
17	Rua, local de passagem e de histórias	14
20	Pelas ruas da cidade	16
26	Um papo pela cidade	21
29	Leis migueleenses	23
33	Conhecendo um projeto de lei	26
38	Nosso projeto de lei	30
41	Relato	32



# Apresentação

O presente trabalho foi desenvolvido como requisito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e tem como objetivo principal servir de inspiração para educadores(as) que buscam trabalhar com a temática de Educação Patrimonial aliada ao Ensino de História, tendo como campo de atuação a cidade. Nossa cidade, neste caso, é **São Miguel das Matas**, que fica no interior do Estado da Bahia, conta com uma população de pouco mais de 10 mil habitantes (segundo dados do IBGE) e tem, como outras cidades brasileiras, personagens que nomeiam as suas ruas, praças e avenidas, que são desconhecidos pela maioria da população cidadina.

É nessa busca de conhecer esses homenageados que esta sequência didática se debruça, mas também, e o mais importante, na busca de ouvir seus habitantes, quem eles elegem como merecedores de tributos, quem são, segundo eles(as), os(as) miguelenses que foram esquecidos(as) nesse percurso histórico. E, a partir dessas descobertas, conhecer um pouco mais sobre a história de São Miguel das Matas e de sua população.

Este material é fruto de leituras, pesquisas e reflexões sobre os temas acima citados. A partir deles, foi construída uma sequência nomeada de **Orientações Pedagógicas**, destinada a professores(as) que se interessem em trabalhar com a temática, reunindo imagens, roteiro de entrevistas, cópias de leis municipais, propostas de atividades, entre outros.



Com o título de **Entre o arcanjo e as matas: os caminhos de São Miguel das Matas como ferramenta para o ensino de História**, a proposta consiste em um projeto que mescla discussões em sala, aula de campo pelas principais ruas da cidade, entrevistas com familiares e vizinhos, visita à Câmara Municipal, bate-papo com vereadores e, por fim, uma Sessão Simulada, com os(as) estudantes atuando como vereadores.

Todas as atividades têm como objetivo problematizar a história da cidade por meio de uma proposta de Educação Patrimonial, buscando a relação entre a sala de aula, os munícipes e a cidade. O público-alvo do percurso são alunos do Ensino Médio, da Educação Básica, o que não impede a realização das atividades com outros níveis de ensino, já que a realização do trabalho com a proposta pode ser adaptada. Sendo assim, sugiro que você adapte, recrie ou crie novos materiais a partir da proposta apresentada, sempre que considerar necessário e conveniente, pois este material foi construído para ser uma inspiração pedagógica de trabalho com (e na) cidade, não devendo ser visto como um guia, cartilha ou manual para o professor.

A vida cidadina é recheada de vivências e de experiências, mesmo quando estamos falando de percepções e ações individuais. As vivências são múltiplas, e cada cidadão percebe a cidade de diferentes formas, em diferentes momentos. De maneira geral, o potencial educativo de uma cidade aparece através de inúmeras, talvez incontáveis, abordagens didáticas e possibilidades pedagógicas. Neste caso, por meio da Educação Patrimonial e do ensino na/pela cidade, busca-se alcançar uma abordagem democrática, que considere os diferentes sujeitos e culturas presentes nesses territórios, através de abordagens sensíveis aos espaços, à memória e à história.

Luciana Bispo da Rosa



# Para início de conversa...



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Num primeiro momento de conversa é interessante sondar o que os/as estudantes conhecem sobre a história da cidade em que vivem.

Em algum momento da vida escolar esse tema foi abordado? Já leu ou ouviu informações sobre esse tema em outro local? Consideram importante estudar sobre essa temática? A cidade pode nos ensinar alguma coisa enquanto caminhamos por ela?

São algumas provocações que podem dar início a um processo reflexivo de olhar a cidade como espaço educativo. É importante que todas as atividades realizadas sejam anotadas no “Caderno de registros”, que deve ser impresso e entregue para os/as estudantes, estimulando-os a fazerem estes registros desde as primeiras atividades. Uma possibilidade é a criação de pequenos grupos, de três estudantes, para realização dos registros em um mesmo caderno.

### Objetivos desta atividade:

- Explorar o conhecimento prévio dos/as estudantes sobre a história de São Miguel das Matas;
- Refletir sobre a cidade como espaço de aprendizagem.





# Para saber um pouco mais...



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Esta é a atividade de introdução dos/as estudantes ao trajeto que faremos posteriormente. É uma atividade que servirá para provocar reflexões acerca da presença da rua no cotidiano dos garotos e das garotas e sua percepção da mesma. As pessoas costumam transitar pela cidade sem nem notar os pontos de referência, as placas, as árvores que encontram pelo caminho. Esta atividade tem como objetivo principal fazer os olhares se voltarem para os caminhos que os/as estudantes percorrem diariamente.

### Objetivos desta atividade:

- Conhecer o trajeto percorrido pelos/as estudantes cotidianamente no caminho para a escola;
- Refletir sobre os marcadores de referência dos estudantes nas ruas miguelenses.



## Para saber um pouco mais...

Qual o nome da rua em que você mora?

Ela é conhecida por outro nome ou apelido?

No trajeto até a escola, por quais ruas você passa?

Escolha um lugar, uma construção, uma árvore ou placa que chame a sua atenção nesse trajeto de casa até a sua escola e descreva-o.

Desenhe abaixo o caminho que você percorre de sua casa até a escola.





# São Miguel de outros tempos e outros olhares



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

### Objetivos desta atividade:

- Observar os pontos de referência no caminho percorrido durante a aula de campo;
- Comparar as imagens com a cidade atual, apontando as mudanças e as permanências.

### Lista de fotografias utilizadas nesta atividade:

- 01:** Vista do Coreto Municipal, Praça Maria Magdalena; década de 90, século XX.
- 02:** Vista do Coreto Municipal, Praça Maria Magdalena; década de 90, século XX.
- 03:** Rua Cônego Pompílio; década de 90, século XX.
- 04:** Rua Dr. José Gonçalves; década de 90, século XX.
- 05:** Rua Dr. José Gonçalves; década de 90, século XX.
- 06:** Praça Maria Magdalena; década de 90, século XX.
- 07:** Rua Cônego Pompílio; década de 80, século XX.
- 08:** Praça Maria Magdalena; década de 80, século XX.
- 09:** Praça Maria Magdalena; primeira década, século XXI.
- 10:** Praça Maria Magdalena; primeira década, século XXI.
- 11:** Praça Maria Magdalena; década de 20, século XX.
- 12:** Praça Maria Magdalena; primeira década, século XX.
- 13:** Praça Maria Magdalena; década de 20, século XX.
- 14:** Praça Maria Magdalena; década de 20, século XX.
- 15:** Rua Cônego Pompílio; primeira década, século XXI.
- 16:** Praça Maria Magdalena; década de 90, século XX.
- 17:** Praça Maria Magdalena; primeira década, século XXI.
- 18:** Rua Cônego Pompílio; década de 50, século XX.
- 19:** Praça Maria Magdalena; década de 50, século XX.



# São Miguel de outros tempos e outros olhares

01



02





03



04



05





06



07



08



09



10



11





12



13



14



15



16



17





18



19





# Rua, local de passagem e de histórias



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Num primeiro momento é preciso orientar os/as estudantes quanto ao reconhecimento dos locais e a associação destes em momentos distintos. É de grande importância, também, orientá-los/as a analisarem as mudanças e permanências que conseguimos identificar nas fotografias, criando assim uma relação inicial entre presente e passado. As imagens mais antigas, as mudanças na arquitetura, os/as personagens que aparecem podem despertar sentimentos e curiosidades. Neste momento os/as estudantes podem trazer essas falas para debate ou relatar em forma de texto em seu caderno de registros.

### Objetivos desta atividade:

- Reconhecer as mudanças e permanências no caminho percorrido durante a aula de campo;
- Utilizar as imagens como fontes históricas numa forma de encontrar as invisibilidades produzidas com relação à história cidadina.



# Rua, local de passagem e de histórias

Você reconhece os lugares das fotografias reproduzidas anteriormente?

Essas imagens são de uma mesma época? O que te levou a essa conclusão?

Descreva brevemente algumas imagens que mais lhe chamaram a atenção. O que se destaca em cada imagem?

Essas imagens se referem a uma única rua em São Miguel das Matas? Você saberia dizer quais ruas são essas? Olhando para as diferentes imagens você consegue reconhecer lugares ou identificar pontos de referência? Liste as suas descobertas:





# Pelas ruas da cidade...



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Nesta atividade serão apresentados três personagens da toponímia miguelense das ruas visitadas: **Ruy Barbosa**, figura conhecida nacionalmente; **José Gonçalves**, um político baiano; e **Maria Magdalena**, uma esposa de comerciante natural de São Miguel das Matas.

Nessas apresentações podem ser levantados questionamentos sobre a escolha destes personagens para nomear as ruas: o que estaria envolvido em suas escolhas? Qual a relevância dessas pessoas para a cidade em destaque? O que fizeram para receber tais homenagens? São questões que podem guiar nossas conversas nesse itinerário.

Neste percurso aparecerá, ainda, o nome de **Cônego Pompílio**, que propositalmente não foi citado neste painel, para que os/as estudantes perguntem sobre ele e isso vire um tema de pesquisa e conversa com moradores/as da cidade.

### Objetivos desta atividade:

- Conhecer um pouco sobre a vida de três personagens que nomeiam os caminhos miguelenses;
- Problematizar sobre as escolhas dos homens e mulheres que dão nome às ruas na cidade.





# Pelas ruas da cidade...



←  
Maria Magdalena Souza Andrade, segundo relatos de memorialistas, foi uma comerciante miguelense e benfeitora da Igreja Católica. Exercia forte influência na política municipal, embora nunca tenha exercido cargos públicos.

O evento de nomeação da praça contou com a presença de um ex-governador do Estado e Ministro das Comunicações no período.

Na foto ao lado aparece, ainda, Maria de Lourdes Vieira, filha do primeiro casamento do genro da homenageada.





**José Gonçalves da Silva** nasceu em Mata de São João, em 22 de dezembro de 1838, e faleceu em Senhor do Bonfim, em 15 de agosto de 1911. Foi um político brasileiro, governador da Bahia. Nomeado para o cargo pelo presidente Deodoro da Fonseca, em substituição a seu irmão que adoecera, assumiu em 16 de novembro de 1890, com a principal incumbência de gerenciar a administração enquanto formava-se a Assembleia Constituinte Estadual.

Por ampla maioria do colegiado, José Gonçalves permanece em seu posto. Em 3 de novembro desse mesmo ano ocorre o Golpe de Estado promovido pelo Marechal Deodoro, contra o qual se insurgem por todo o país os republicanos democratas. Não foi, entretanto, o caso do governador baiano: José Gonçalves, contrariando a opinião de todos no Estado, envia mensagem de apoio ao fechamento do Congresso, que então se ensaiara.

Um levante se forma à Praça da Piedade, capitaneado pelo tribuno César Zama, de verbo inflamado e mestre na oratória. O povo subleva-se, cercando o governador em sua residência, para onde acorreram alguns milicianos - mas não os militares. Tiros são disparados, pessoas morrem, e José Gonçalves recusa-se a ceder. Instado pelo General Tude Soares Neiva, comandante do 13º Distrito Militar, entretanto, não lhe resta alternativa: entrega o cargo, a fim de evitar um desastre maior.

Encerrava-se, assim, de forma melancólica, este que passaria à História como o primeiro governador constitucional do Estado da Bahia, e único deposto pelo povo, em 24 de novembro de 1891.

Fonte: <http://ilustresdabahia.blogspot.com/2014/02/153-jose-goncalves-da-silva.html>







**Ruy Barbosa de Oliveira** nasceu em Salvador, em 5 de novembro de 1849, e morreu em Petrópolis, em 1 de março de 1923. Foi um polímata brasileiro, tendo se destacado como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais conhecidos do seu tempo, foi designado por Deodoro da Fonseca como representante do nascente governo republicano, tornando-se um de seus principais organizadores,

além de coautor da Constituição da Primeira República, juntamente com Prudente de Moraes. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais.

Primeiro ministro da Fazenda do regime instaurado em novembro de 1889, chamado de República da Espada, teve sua breve e discutida gestão marcada pelo encilhamento, grave crise econômica provocada pelo aumento indiscriminado da emissão de papel-moeda. Ainda como ministro de Deodoro, envolveu-se em grande polêmica ao mandar destruir parte importante da documentação histórica relacionada ao tráfico de escravos. Foi também deputado e senador, tornando-se um opositor ferrenho do comunismo, que classificava como "a invasão do ódio entre as classes" e uma ameaça à liberdade cristã; assim como foi contra a vacinação obrigatória, classificando as vacinas como possíveis condutoras "da moléstia, ou da morte". Ruy Barbosa foi ainda o criador da primeira bandeira do Brasil republicano, inspirada na bandeira dos Estados Unidos e que foi adotada pelo governo provisório por quatro dias, sendo substituída pela atual flâmula brasileira.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/rui-barbosa.htm>







Registro da aula de campo “Pelos ruas da cidade”:

---

---

---

---

---

---

---

---



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Apresentar aos/às estudantes o **Padlet** como recurso pedagógico para discutirmos o uso da cidade como espaço de aprendizagem, utilizando textos, artigos de opinião, entrevistas e músicas. Apreciar um pouco da literatura e recursos visuais sobre a cidade de São Miguel das Matas e conhecer a definição de toponímia, bem como sua aplicabilidade neste estudo.

### Objetivos desta atividade:

- Apresentar o Padlet como recurso virtual para exibição de textos, vídeos, músicas, entrevistas e artigos que darão suporte para as atividades que serão desenvolvidas nas aulas;
- Utilizar o Padlet como recurso para auxiliar os/as nossos/as estudantes a compreenderem a relevância da cidade como espaço de aprendizagem.



Para saber um pouco mais da história de São Miguel das Matas, acesse o painel do Padlet escaneando o “QR Code” ao lado.

Se preferir, acesse pelo link:

<https://padlet.com/lucianarosaHist1/iyqjbo66pseaqx7w>



# Um papo pela cidade...



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Será disponibilizado para a turma um roteiro para que realizem as entrevistas. Alertar os/as estudantes que este é um modelo, mas que eles/as podem incrementar outras questões a depender de seus/suas depoentes. Acrescentar que deverão procurar moradores da rua em que moram, podendo ser seus pais, avós ou responsáveis, e que podem entrevistar mais de uma pessoa.

### Objetivos desta atividade:

- Coletar, através de entrevistas, informações sobre o nome do/a personagem que nomeia a rua em que moram;
- Utilizar as fontes orais como recurso de inclusão de pessoas comuns nos processos históricos.



# Um papo pela cidade...

## Roteiro da entrevista

- 1 Para começar, gostaria que dissesse seu nome completo, a data e o local de seu nascimento.
- 2 Qual o nome de seu pai e de sua mãe? E de seus avós?
- 3 Tem irmãos? Qual o nome deles?
- 4 O que o(a) senhor(a) sabe sobre a origem de sua família? Como vieram para São Miguel das Matas?
- 5 Qual a faixa de renda *per capita* de sua família?  
( ) até 1 salário mínimo ( ) Entre 1 e 3 salários mínimos ( ) mais de 3 salários mínimos
- 6 E quanto à sua cor, como o(a) senhor(a) se define?  
( ) Branco ( ) Indígena ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Outro
- 7 Frequentou a escola na infância? Até que série estudou?
- 8 Como era a cidade na sua infância?
- 9 Muita coisa mudou na cidade? Quais foram as principais mudanças?
- 10 Sempre morou nesta rua ou já residiu em outros endereços?
- 11 O(a) senhor(a) sabe quem é, ou quem foi, a pessoa que nomeia a rua em que mora? (neste momento apresentar uma imagem da placa com o nome da rua)
- 12 O que levou essa pessoa a ser homenageada, dando nome a esta rua?
- 13 Há outra personalidade, da cidade, que merecia essa homenagem? Quem e por quê?
- 14 Essa rua teve outro nome ou é conhecida por outro nome?
- 15 Se você pudesse renomear essa rua, como ela se chamaria?



# Leis migueleenses



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Este é o momento de contato com as fontes escritas: algumas das leis municipais que foram encontradas na Câmara Municipal de Vereadores, que nomeiam ruas em São Miguel das Matas. É a oportunidade de apresentar para os/as estudantes documentos oficiais do município, explorando as informações que eles nos fornecem, como data de publicação e os nomes escolhidos para serem homenageados.

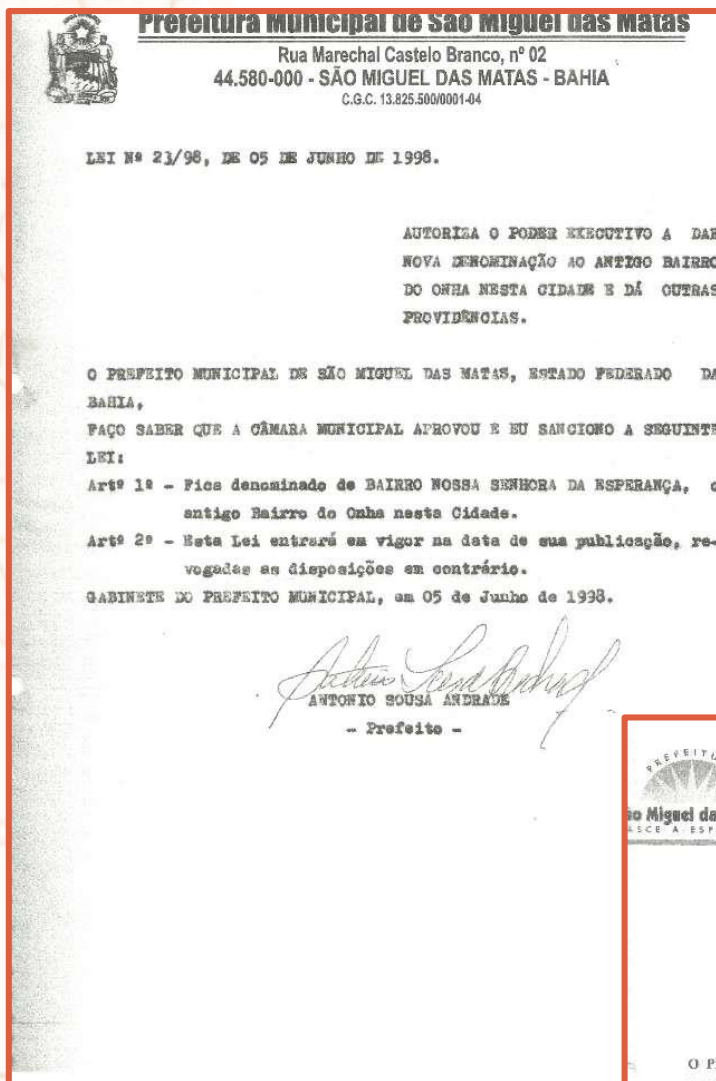
### Objetivos desta atividade:

- Conhecer as fontes escritas do município;
- Compreender o contexto sociopolítico em que algumas ruas foram nomeadas, tendo em vista as datas em que foram aprovadas e o corpo legislativo do respectivo período.





# Leis miguелenses



01

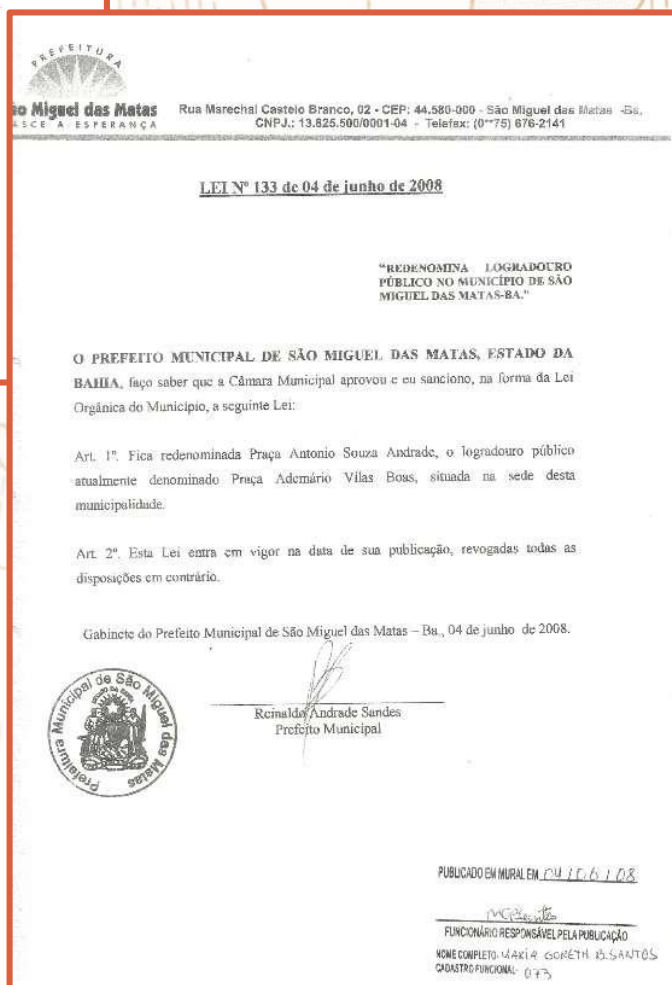
Lei municipal nº 23/1998

“Autoriza o Poder Executivo a dar nova denominação ao antigo bairro do Onha nesta cidade e dá outras providências”

02

Lei municipal nº 133/2008

“Redenomina logradouro público no município de São Miguel das Matas”



LEI Nº 146/2019



LEI DE Nº 146 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

"DENOMINA PRAÇA  
ANATILDES DE JESUS  
CARDOSO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, ESTADO DA BAHIA, no exercício de cargo e no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Praça ANATILDES DE JESUS CARDOSO, hoje conhecida como Praça do Triângulo, situada na Rua Getúlio Vargas, nesta cidade de São Miguel das Matas.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas comunicará aos órgãos competentes e providenciará placa de identificação.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Miguel das Matas-BA, em 17 de dezembro de 2019.

José Renato Corrêa de Araújo  
Prefeito Municipal

Rua Marechal Castelo Branco, 02-CEP: 44.960-000 - São Miguel das Matas - BA  
CNPJ: 13.825.500/0001-04 - Tel.: (75) 3678-2141 / 2345  
E-mail: pm@saomiguelasmatas.ba.gov.br

<http://saomiguelasmatas.ba.gov.br/>

CERTIFICADO DIGITALMENTE POR: AC:02701011 SRI:10P-KXABIL | IMPRESSÃO OFICIAL BRN



03

Lei municipal nº 146/2019

"Denomina a praça Anatildes de Jesus Cardoso, e dá outras providências"

Observe os documentos apresentados. De que tratam esses documentos?

---

---

---

Quando essas leis foram criadas?

---

---

---

Você conhece essas ruas? Sabe localizá-las?

---

---

---



Você sabia que essas ruas tinham esses nomes?  
Conhece-as por outros nomes? Quais?

---

---

---

Conhece estes personagens homenageados?  
O que saberia dizer sobre eles?

---

---

---

Qual a importância da criação das leis municipais que nomeiam ruas,  
praças e avenidas?

---

---

---

Podemos tirar alguma conclusão sobre a toponímia de São Miguel a  
partir dessas leis?

---

---

---





# Conhecendo um projeto de lei



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Nesta etapa será apresentado à turma um projeto de lei, criado por um vereador do município, com um texto completo que eles/as utilizarão como base para a construção de seus projetos de nomeação de rua. Verifica-se que o assunto, no documento abaixo, difere da nossa proposta, isto porque não foi encontrado na Câmara um projeto que se destinasse à nomeação de logradouros públicos e contivesse uma justificativa.

Nesse processo é necessário lembrar aos/às alunos/as sobre as entrevistas que foram realizadas e que, neste momento, eles/as serão representantes dessa parcela da sociedade que, até o momento, não tinha sido consultada sobre o assunto.



# Conhecendo um projeto de lei



Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**DETERMINA A DIVULGAÇÃO, NO *SITE* DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA, DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, FABRICAÇÃO, RECUPERAÇÃO OU AMPLIAÇÃO E AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADOS POR EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA QUE ESTEJAM EM EXECUÇÃO OU PARALISADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica determinada a divulgação, no *site* da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações relativas às obras públicas municipais de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação e aos serviços de engenharia realizados por execução direta ou indireta que estejam contratadas a serem iniciadas ou paralisados.

**§ 1º** A divulgação das obras que estejam paralisadas deverá as seguintes informações:

I – tempo de interrupção;

II – motivos que determinaram a interrupção da obra e as medidas que estão sendo tomadas para sua retomada;

III – percentual executado do cronograma da obra interrompida, tanto para as etapas como para a sua conclusão; e

IV – data prevista para a retomada e para a conclusão da obra.

**§ 2º** A divulgação das obras que estejam contratadas para serem iniciadas deverão conter as seguintes informações:





Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº42.242.628.0001-43

I – Previsão de início das obras;

II – Cronograma de execução, com atualizações mensais constando os itens já executados;

III – Número do contrato, modalidade de contratação, empresa e engenheiro responsável e fiscal da Prefeitura responsável pela medição;

IV – Valor total contratado, valor já pago e origem dos recursos.

§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se obra paralisada aquela iniciada, mas cujas atividades estejam suspensas há mais de 30 (trinta) dias.

§ 4º As informações disponibilizadas no *site* da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas deverão ser de fácil acesso e visualização pela população.

**Art. 2º** Deverão ser disponibilizadas, além das informações previstas no art. 1º desta Lei, os dados completos da obra, tais como endereço, número do contrato administrativo e a indicação do órgão público ou da concessionária responsável.

**Art. 3º** Decorrido o prazo de paralisação de que trata o § 2º do art. 1º desta Lei, o responsável pela obra deverá informar ao Executivo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o motivo da interrupção da obra.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

São Miguel das Matas, 08 de Novembro de 2021.

---

Charles Santos Bomfim

**Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas**







Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.550-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº42.242.628/0001-43

### JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação e à consideração dos nobres vereadores o presente Projeto de Lei, que visa à divulgação, na página de internet da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações sobre obras públicas paralisadas em nosso Município, contendo os motivos, tempo de interrupção e percentual de execução, bem como a previsão para reinício e para a conclusão da obra.

Quando a Administração Pública toma a decisão de realizar uma obra, movida pelo benefício que resultará para a população, é necessário que a obra seja executada da forma mais adequada e transparente possível, até porque, no mais das vezes, essas obras demandam investimentos vultosos de dinheiro público.

Nesse sentido, pelo cuidado que devemos ter no uso do escasso dinheiro público, torna-se necessário que os administradores disponibilizem aos cidadãos as ferramentas necessárias para que tenham acesso à informação e possam fiscalizar o andamento da gestão. No caso do assunto tratado por este Projeto de Lei, saber o motivo pelo qual uma obra pública está paralisada e os prejuízos econômicos e sociais que essa interrupção causa à sociedade.

A publicidade e a transparência são princípios que devem reger a atuação da Administração Pública como um todo, consoante determinam a Constituição Federal (art. 37, *caput*), a Constituição Estadual (art. 22) e a Lei Orgânica do Município de São Miguel das Matas (art. 86).

Importante observar também que, devido à conformação jurídica do Estado Brasileiro, qual seja a de um Estado Democrático de Direito que adota a forma republicana, o pleno acesso dos cidadãos às informações relativas à coisa pública, bem como o direito destes de fiscalizar os negócios públicos, revestem-se da qualidade de direito fundamental.

Nesse contexto, a Constituição Federal cuidou de estabelecer no capítulo destinado à disciplina da Administração Pública que a publicidade das obras, no caso, além de observar o postulado da impessoalidade, deverá ter caráter informativo ou de orientação social.





Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spinola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

Verifica-se, então, que é imperiosa a divulgação, pela Administração Pública, das informações de interesse público, em cumprimento ao princípio da publicidade, o qual não pode ser compreendido apenas no aspecto formal de mera publicação na imprensa oficial dos atos, dos contratos e das leis, entre outros.

Ainda a respaldar a propositura, tem-se o art. 5º, XXXIII da Carta Magna, *verbis*:

Art. 5º [...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Vale destacar que o dispositivo constitucional acima mencionado foi regulamentado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”, devendo ser citadas as seguintes previsões constantes da referida lei pela pertinência que guardam com o pretendido pela propositura em análise:

1) de acordo com o art. 2º, os procedimentos para assegurar o direito de acesso à informação devem se pautar, dentre outras, pelas diretrizes de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações (inc. II) e da utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação (inc. III); e

2) de acordo com o art. 7º, inc. VI, o acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.

Nesse sentido, a presente Proposição tem por escopo contribuir para que a gestão pública se aproxime ainda mais dos cidadãos, ao aumentar a transparência dos seus atos com a divulgação, de forma acessível, da relação de obras paralisadas, com os motivos para tais paralisações, de maneira



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spinola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefex (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

que a população tenha informação sobre o que acontece em São Miguel das Matas e como os recursos públicos estão sendo aplicados, reforçando, assim, o controle social.

É conhecendo a sensibilidade desta Casa que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 08 de Novembro de 2021.

Charles Santos Bomfim

Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas



# Nosso Projeto de Lei



## ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Compreendido o processo em que se dá um nome a uma rua, praça ou avenida, agora é a vez dos/as estudantes colocarem em prática suas vivências, aprendizados, e darem voz às pessoas que foram esquecidas na toponímia miguelense ou reforçar as homenagens já existentes, a partir das suas percepções e dos depoimentos que foram coletados com as entrevistas realizadas.

Para esta fase de nossa produção, os/as estudantes (em grupo) deverão elaborar projetos de lei defendendo uma nova nomeação para uma das ruas miguelenses, ou, ainda, reafirmarem a importância e permanência das que já estão nomeadas. Este projeto precisa ter em seu esboço uma justificativa, por escrito, abordando elementos históricos e sociais das possíveis candidaturas a homenagear.

Deste grupo, sairá um representante que defenderá a “lei” na sessão simulada na Câmara Municipal de Vereadores.

### **Objetivos desta atividade:**

- Elaborar projetos de lei defendendo uma nova nomeação para uma das ruas miguelenses, ou ainda reafirmarem a importância e permanência das que já estão nomeadas;
- Apresentar os projetos de lei na Câmara de Vereadores, de nomeação ou reforçando os nomes já homenageados na toponímia miguelense.





# Nosso Projeto de Lei

Agora que vocês já conhecem o processo de elaboração dos projetos do município é a vez de colocar no papel as ideias que surgiram a partir das discussões que tivemos até este momento. Escolham uma rua e, em seguida, um(a) personagem a homenagear dando nome a esta rua. Lembrem que vocês podem também defender a permanência do nome que já existe. Feitas as escolhas, construam, coletivamente, um texto justificando tais escolhas. Lembrem de usar argumentos históricos e sociais, consultem as leituras sugeridas, revejam as entrevistas realizadas, ouçam músicas, caminhem pela rua escolhida e boa produção!

## Projeto de Lei Municipal

Rua:

Nome:

Artigos





## Projeto de Lei Municipal

### Justificativa







**UESB**  
Universidade Estadual  
do Sudoeste da Bahia



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Produto educacional elaborado por Luciana Bispo da Rosa.

Diagramado por Hendye Gracielle Dias Borém.

Bahia - 2022

LUCIANA BISPO DA ROSA



## Entre o Arcanjo e as Matas

Os caminhos de São Miguel das  
Matas como ferramenta para o  
ensino de História





# Sumário

- 03 Apresentação
  - 04 Para início de conversa
  - 05 Para saber um pouco mais
  - 06 São Miguel de outros tempos e outros olhares
  - 14 Rua, local de passagem e de histórias
  - 16 Pelas ruas da cidade
  - 21 Um papo pela cidade
  - 23 Leis miguelenses
  - 26 Conhecendo um projeto de lei
  - 30 Nosso projeto de lei
  - 32 Relato
- 

# Apresentação

Queridos e queridas estudantes!

Este é um material desenvolvido para vocês!

Este caderno foi planejado para vocês realizarem anotações à medida que forem desenvolvidas as atividades. Para que, desta forma, vocês façam melhor aproveitamento de todo o percurso das atividades propostas.

É um material simples, e aqui você encontrará as **fichas de análises das fontes** e também espaços para anotações de suas **respostas e reflexões** sobre as indagações feitas durante as atividades.

A ordem dos registros está relacionada ao planejamento desenvolvido pelo/a professor/a. Cada parte é identificada pelo título da própria atividade.

Bons estudos!

**Luciana Bispo da Rosa**







## Para saber um pouco mais...

Qual o nome da rua em que você mora?

Ela é conhecida por outro nome ou apelido?

No trajeto até a escola, por quais ruas você passa?

Escolha um lugar, uma construção, uma árvore ou placa que chame a sua atenção nesse trajeto de casa até a sua escola e descreva-o.

Desenhe abaixo o caminho que você percorre de sua casa até a escola.



# São Miguel de outros tempos e outros olhares

01



02





03



04



05





06



07



08



09



10



11





12



13



14





15



16



17





18



19



## Data das fotografias utilizadas nesta atividade:

- 01:** década de 90, século XX.
- 02:** década de 90, século XX.
- 03:** década de 90, século XX.
- 04:** década de 90, século XX.
- 05:** década de 90, século XX.
- 06:** década de 90, século XX.
- 07:** década de 80, século XX.
- 08:** década de 80, século XX.
- 09:** primeira década, século XXI.
- 10:** primeira década, século XXI.
- 11:** década de 20, século XX.
- 12:** primeira década, século XX.
- 13:** década de 20, século XX.
- 14:** década de 20, século XX.
- 15:** primeira década, século XXI.
- 16:** década de 90, século XX.
- 17:** primeira década, século XXI.
- 18:** década de 50, século XX.
- 19:** década de 50, século XX.



# Rua, local de passagem e de histórias

Você reconhece os lugares das fotografias reproduzidas anteriormente?

Essas imagens são de uma mesma época? O que te levou a essa conclusão?

Descreva brevemente algumas imagens que mais lhe chamaram a atenção. O que se destaca em cada imagem?

Essas imagens se referem a uma única rua em São Miguel das Matas? Você saberia dizer quais ruas são essas? Olhando para as diferentes imagens você consegue reconhecer lugares ou identificar pontos de referência? Liste as suas descobertas:







# Pelas ruas da cidade...



←  
Maria Magdalena Souza Andrade, segundo relatos de memorialistas, foi uma comerciante miguelense e benfeitora da Igreja Católica. Exercia forte influência na política municipal, embora nunca tenha exercido cargos públicos.

O evento de nomeação da praça contou com a presença de um ex-governador do Estado e Ministro das Comunicações no período.

Na foto ao lado aparece, ainda, Maria de Lourdes Vieira, filha do primeiro casamento do genro da homenageada.







**José Gonçalves da Silva** nasceu em Mata de São João, em 22 de dezembro de 1838, e faleceu em Senhor do Bonfim, em 15 de agosto de 1911. Foi um político brasileiro, governador da Bahia. Nomeado para o cargo pelo presidente Deodoro da Fonseca, em substituição a seu irmão que adoecera, assumiu em 16 de novembro de 1890, com a principal incumbência de gerenciar a administração enquanto formava-se a Assembleia Constituinte Estadual.

Por ampla maioria do colegiado, José Gonçalves permanece em seu posto. Em 3 de novembro desse mesmo ano ocorre o Golpe de Estado promovido pelo Marechal Deodoro, contra o qual se insurgem por todo o país os republicanos democratas. Não foi, entretanto, o caso do governador baiano: José Gonçalves, contrariando a opinião de todos no Estado, envia mensagem de apoio ao fechamento do Congresso, que então se ensaiara.

Um levante se forma à Praça da Piedade, capitaneado pelo tribuno César Zama, de verbo inflamado e mestre na oratória. O povo subleva-se, cercando o governador em sua residência, para onde acorreram alguns milicianos - mas não os militares. Tiros são disparados, pessoas morrem, e José Gonçalves recusa-se a ceder. Instado pelo General Tude Soares Neiva, comandante do 13º Distrito Militar, entretanto, não lhe resta alternativa: entrega o cargo, a fim de evitar um desastre maior.

Encerrava-se, assim, de forma melancólica, este que passaria à História como o primeiro governador constitucional do Estado da Bahia, e único deposto pelo povo, em 24 de novembro de 1891.

Fonte: <http://ilustresdabahia.blogspot.com/2014/02/153-jose-goncalves-da-silva.html>





**Ruy Barbosa de Oliveira** nasceu em Salvador, em 5 de novembro de 1849, e morreu em Petrópolis, em 1 de março de 1923. Foi um polímata brasileiro, tendo se destacado como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais conhecidos do seu tempo, foi designado por Deodoro da Fonseca como representante do nascente governo republicano, tornando-se um de seus principais organizadores,

além de coautor da Constituição da Primeira República, juntamente com Prudente de Moraes. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais.

Primeiro ministro da Fazenda do regime instaurado em novembro de 1889, chamado de República da Espada, teve sua breve e discutida gestão marcada pelo encilhamento, grave crise econômica provocada pelo aumento indiscriminado da emissão de papel-moeda. Ainda como ministro de Deodoro, envolveu-se em grande polêmica ao mandar destruir parte importante da documentação histórica relacionada ao tráfico de escravos. Foi também deputado e senador, tornando-se um opositor ferrenho do comunismo, que classificava como "a invasão do ódio entre as classes" e uma ameaça à liberdade cristã; assim como foi contra a vacinação obrigatória, classificando as vacinas como possíveis condutoras "da moléstia, ou da morte". Ruy Barbosa foi ainda o criador da primeira bandeira do Brasil republicano, inspirada na bandeira dos Estados Unidos e que foi adotada pelo governo provisório por quatro dias, sendo substituída pela atual flâmula brasileira.

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/rui-barbosa.htm>









# Um papo pela cidade...

## Roteiro da entrevista

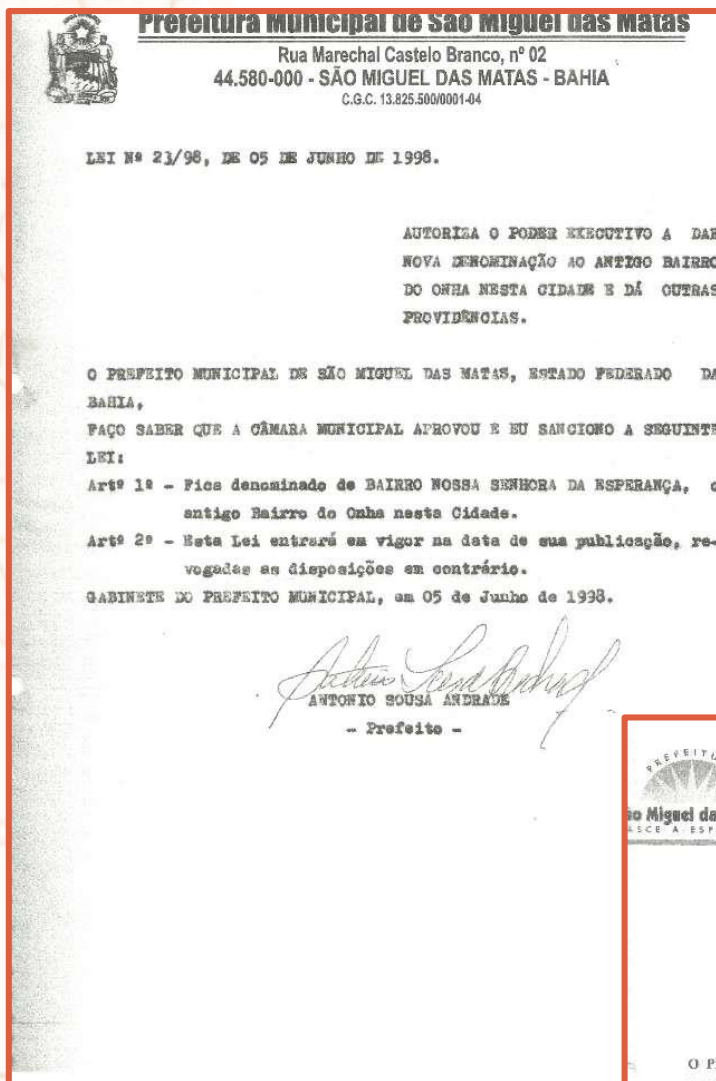
- 1 Para começar, gostaria que dissesse seu nome completo, a data e o local de seu nascimento.
- 2 Qual o nome de seu pai e de sua mãe? E de seus avós?
- 3 Tem irmãos? Qual o nome deles?
- 4 O que o(a) senhor(a) sabe sobre a origem de sua família? Como vieram para São Miguel das Matas?
- 5 Qual a faixa de renda *per capita* de sua família?  
( ) até 1 salário mínimo   ( ) Entre 1 e 3 salários mínimos   ( ) mais de 3 salários mínimos
- 6 E quanto à sua cor, como o(a) senhor(a) se define?  
( ) Branco   ( ) Indígena   ( ) Negro   ( ) Pardo   ( ) Outro
- 7 Frequentou a escola na infância? Até que série estudou?
- 8 Como era a cidade na sua infância?
- 9 Muita coisa mudou na cidade? Quais foram as principais mudanças?
- 10 Sempre morou nesta rua ou já residiu em outros endereços?
- 11 O(a) senhor(a) sabe quem é, ou quem foi, a pessoa que nomeia a rua em que mora? (neste momento apresentar uma imagem da placa com o nome da rua)
- 12 O que levou essa pessoa a ser homenageada, dando nome a esta rua?
- 13 Há outra personalidade, da cidade, que merecia essa homenagem? Quem e por quê?
- 14 Essa rua teve outro nome ou é conhecida por outro nome?
- 15 Se você pudesse renomear essa rua, como ela se chamaria?







# Leis miguелenses



01

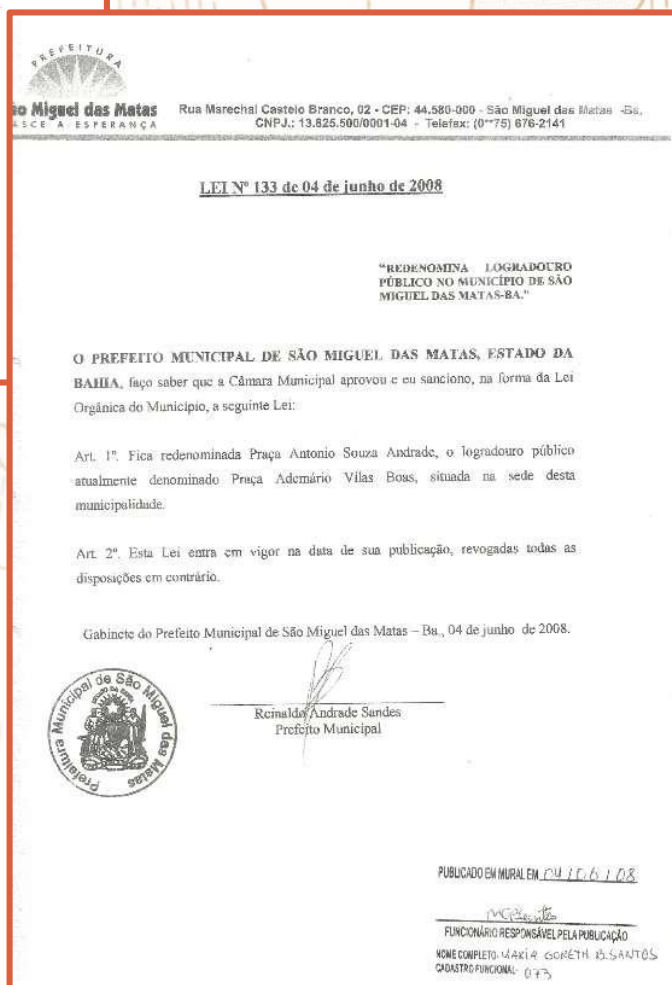
Lei municipal nº 23/1998

“Autoriza o Poder Executivo a dar nova denominação ao antigo bairro do Onha nesta cidade e dá outras providências”

02

Lei municipal nº 133/2008

“Redenomina logradouro público no município de São Miguel das Matas”



LEI Nº 146/2019



LEI DE Nº 146 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

"DENOMINA PRAÇA  
ANATILDES DE JESUS  
CARDOSO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS, ESTADO DA BAHIA, no exercício do cargo e no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Praça ANATILDES DE JESUS CARDOSO, hoje conhecida como Praça do Triângulo, situada na Rua Getúlio Vargas, nesta cidade de São Miguel das Matas.

Art. 2º. A Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas comunicará aos órgãos competentes e providenciará placa de identificação.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Miguel das Matas-BA, em 17 de dezembro de 2019.

José Renato Corrêa de Araújo  
Prefeito Municipal

Rua Marechal Castelo Branco, 02-CEP: 44.960-000 – São Miguel das Matas – BA  
CNPJ: 13.835.500/0001-04 – Tel.: (75) 3678-2141 / 2345  
E-mail: pm@saomiguelasmatas.ba.gov.br

<http://saomiguelasmatas.ba.gov.br/>

CERTIFICADO DIGITALMENTE POR: AC:02701018 5811 10P-KXAB11 | IMPRESSÃO OFICIAL BRN



03

Lei municipal nº 146/2019

"Denomina a praça Anatildes de Jesus Cardoso, e dá outras providências"

Observe os documentos apresentados. De que tratam esses documentos?

---

---

---

Quando essas leis foram criadas?

---

---

---

Você conhece essas ruas? Sabe localizá-las?

---

---

---



Você sabia que essas ruas tinham esses nomes?  
Conhece-as por outros nomes? Quais?

---

---

---

Conhece estes personagens homenageados?  
O que saberia dizer sobre eles?

---

---

---

Qual a importância da criação das leis municipais que nomeiam ruas,  
praças e avenidas?

---

---

---

Podemos tirar alguma conclusão sobre a toponímia de São Miguel a  
partir dessas leis?

---

---

---





# Conhecendo um projeto de lei



Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**DETERMINA A DIVULGAÇÃO, NO *SITE* DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA, DE INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA, FABRICAÇÃO, RECUPERAÇÃO OU AMPLIAÇÃO E AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADOS POR EXECUÇÃO DIRETA OU INDIRETA QUE ESTEJAM EM EXECUÇÃO OU PARALISADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica determinada a divulgação, no *site* da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações relativas às obras públicas municipais de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação e aos serviços de engenharia realizados por execução direta ou indireta que estejam contratadas a serem iniciadas ou paralisados.

**§ 1º** A divulgação das obras que estejam paralisadas deverá as seguintes informações:

I – tempo de interrupção;

II – motivos que determinaram a interrupção da obra e as medidas que estão sendo tomadas para sua retomada;

III – percentual executado do cronograma da obra interrompida, tanto para as etapas como para a sua conclusão; e

IV – data prevista para a retomada e para a conclusão da obra.

**§ 2º** A divulgação das obras que estejam contratadas para serem iniciadas deverão conter as seguintes informações:





Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº42.242.628.0001-43

I – Previsão de início das obras;

II – Cronograma de execução, com atualizações mensais constando os itens já executados;

III – Número do contrato, modalidade de contratação, empresa e engenheiro responsável e fiscal da Prefeitura responsável pela medição;

IV – Valor total contratado, valor já pago e origem dos recursos.

§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se obra paralisada aquela iniciada, mas cujas atividades estejam suspensas há mais de 30 (trinta) dias.

§ 4º As informações disponibilizadas no *site* da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas deverão ser de fácil acesso e visualização pela população.

**Art. 2º** Deverão ser disponibilizadas, além das informações previstas no art. 1º desta Lei, os dados completos da obra, tais como endereço, número do contrato administrativo e a indicação do órgão público ou da concessionária responsável.

**Art. 3º** Decorrido o prazo de paralisação de que trata o § 2º do art. 1º desta Lei, o responsável pela obra deverá informar ao Executivo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o motivo da interrupção da obra.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

São Miguel das Matas, 08 de Novembro de 2021.

---

Charles Santos Bomfim

**Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas**





Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spínola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.550-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº42.242.628/0001-43

### JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação e à consideração dos nobres vereadores o presente Projeto de Lei, que visa à divulgação, na página de internet da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas, de informações sobre obras públicas paralisadas em nosso Município, contendo os motivos, tempo de interrupção e percentual de execução, bem como a previsão para reinício e para a conclusão da obra.

Quando a Administração Pública toma a decisão de realizar uma obra, movida pelo benefício que resultará para a população, é necessário que a obra seja executada da forma mais adequada e transparente possível, até porque, no mais das vezes, essas obras demandam investimentos vultosos de dinheiro público.

Nesse sentido, pelo cuidado que devemos ter no uso do escasso dinheiro público, torna-se necessário que os administradores disponibilizem aos cidadãos as ferramentas necessárias para que tenham acesso à informação e possam fiscalizar o andamento da gestão. No caso do assunto tratado por este Projeto de Lei, saber o motivo pelo qual uma obra pública está paralisada e os prejuízos econômicos e sociais que essa interrupção causa à sociedade.

A publicidade e a transparência são princípios que devem reger a atuação da Administração Pública como um todo, consoante determinam a Constituição Federal (art. 37, *caput*), a Constituição Estadual (art. 22) e a Lei Orgânica do Município de São Miguel das Matas (art. 86).

Importante observar também que, devido à conformação jurídica do Estado Brasileiro, qual seja a de um Estado Democrático de Direito que adota a forma republicana, o pleno acesso dos cidadãos às informações relativas à coisa pública, bem como o direito destes de fiscalizar os negócios públicos, revestem-se da qualidade de direito fundamental.

Nesse contexto, a Constituição Federal cuidou de estabelecer no capítulo destinado à disciplina da Administração Pública que a publicidade das obras, no caso, além de observar o postulado da impessoalidade, deverá ter caráter informativo ou de orientação social.







Estado da Bahia  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spinola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

Verifica-se, então, que é imperiosa a divulgação, pela Administração Pública, das informações de interesse público, em cumprimento ao princípio da publicidade, o qual não pode ser compreendido apenas no aspecto formal de mera publicação na imprensa oficial dos atos, dos contratos e das leis, entre outros.

Ainda a respaldar a propositura, tem-se o art. 5º, XXXIII da Carta Magna, *verbis*:

Art. 5º [...]

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Vale destacar que o dispositivo constitucional acima mencionado foi regulamentado pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como “Lei de Acesso à Informação”, devendo ser citadas as seguintes previsões constantes da referida lei pela pertinência que guardam com o pretendido pela propositura em análise:

1) de acordo com o art. 2º, os procedimentos para assegurar o direito de acesso à informação devem se pautar, dentre outras, pelas diretrizes de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações (inc. II) e da utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação (inc. III); e

2) de acordo com o art. 7º, inc. VI, o acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.

Nesse sentido, a presente Proposição tem por escopo contribuir para que a gestão pública se aproxime ainda mais dos cidadãos, ao aumentar a transparência dos seus atos com a divulgação, de forma acessível, da relação de obras paralisadas, com os motivos para tais paralisações, de maneira



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MATAS**  
Praça Orlando Spinola, Nº174 - Centro - São Miguel das Matas - Ba  
CEP 44.580-000 - Telefax (75) 3676-2380  
CNPJ nº 42.242.628/0001-43

que a população tenha informação sobre o que acontece em São Miguel das Matas e como os recursos públicos estão sendo aplicados, reforçando, assim, o controle social.

É conhecendo a sensibilidade desta Casa que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 08 de Novembro de 2021.

Charles Santos Bomfim

Vereador da Câmara Municipal de São Miguel das Matas



# Nosso Projeto de Lei

Agora que vocês já conhecem o processo de elaboração dos projetos do município é a vez de colocar no papel as ideias que surgiram a partir das discussões que tivemos até este momento. Escolham uma rua e, em seguida, um(a) personagem a homenagear dando nome a esta rua. Lembrem que vocês podem também defender a permanência do nome que já existe. Feitas as escolhas, construam, coletivamente, um texto justificando tais escolhas. Lembrem de usar argumentos históricos e sociais, consultem as leituras sugeridas, revejam as entrevistas realizadas, ouçam músicas, caminhem pela rua escolhida e boa produção!

## Projeto de Lei Municipal

Rua:

Nome:

Artigos



## Projeto de Lei Municipal

### Justificativa







**UESB**  
Universidade Estadual  
do Sudoeste da Bahia



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Produto educacional elaborado por Luciana Bispo da Rosa.

Diagramado por Hendye Gracielle Dias Borém.

Bahia - 2022